

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Criminalidade no Feminino: estudo de caso do
Estabelecimento Prisional de Viana em Luanda**

Juscelina Evelize do Sacramento Fernandes Cacete

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Aline Carla Afonso Pereira, Investigadora,
Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2015



Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

**Criminalidade no Feminino: estudo de caso do
Estabelecimento Prisional de Viana em Luanda**

Juscelina Evelize do Sacramento Fernandes Cacete

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Estudos Africanos

Orientadora:
Doutora Aline Carla Afonso Pereira, Investigadora,
Centro de Estudos Internacionais - Instituto Universitário de Lisboa

Coorientadora:
Doutora Ana Catarina Larcher das Neves Santos Carvalho, Professora Auxiliar Convidada,
ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Julho, 2015

AGRADECIMENTOS

A concretização deste projeto só foi possível graças a um conjunto de pessoas que me ajudaram a ultrapassar barreiras, me incentivaram e indicaram o caminho a seguir, pelo que a todas expresso o meu profundo agradecimento. Neste sentido, não poderia deixar de agradecer a Deus, o facto de ter criado condições para que tivesse tido a oportunidade de cruzar-me com as pessoas certas no momento exato.

Em primeiro lugar quero agradecer a todas as reclusas que colaboraram comigo na realização deste trabalho, trabalho este que só se tornou possível graças à cooperação das funcionárias e guardas prisionais do Estabelecimento Prisional de Viana, em Luanda.

Ao grupo de psicólogas agradeço toda a prontidão, disponibilidade e inestimável contributo na recolha dos dados.

À D. Noémia e D. Delfina por todo o apoio prestado e pela preciosa colaboração que muito contribuiu para a realização deste trabalho.

Um agradecimento especial ao MININT / Direção Geral dos Serviços Prisionais do Estabelecimento Prisional de Viana pelo interesse e colaboração desde o início deste projeto.

À Professora Doutora Aline Afonso Pereira, orientadora da dissertação, agradeço todo o apoio, incentivo, partilha do saber, sugestões e disponibilidade constantes que foram fundamentais para a execução deste trabalho. Por toda a dedicação, compreensão e pelos desafios cada vez mais complexos que me foi colocando e pelo estímulo e exigência crescente que me foi impondo à medida que caminhava para a sua conclusão.

À Professora Ana Larcher, co-orientadora da dissertação, agradeço a compreensão e disponibilidade que tornaram possível a concretização desta tese

Aos meus queridos Bruno e Leandro pela amizade e carinho com que me ajudaram a ultrapassar os momentos mais críticos.

À minha mãe por todo o apoio e compreensão e por suportar tão pacientemente a minha ausência e o tempo que lhe não dei. Por estar sempre presente, pelo carinho e ajuda durante todos estes anos, o meu sentido reconhecimento.

Ao meu marido que tem sido um porto seguro em todas as minhas aventuras e que assumiu com dedicação extrema, muitas das minhas responsabilidades familiares, propiciando a minha dedicação à tese, agradeço todas as manifestações de companheirismo, compreensão, encorajamento e apoio sem limites.

Finalmente e mais importante, gostaria de dedicar este trabalho aos meus filhos, por me terem dispensado das minhas obrigações de mãe durante o tempo necessário para poder levar este projeto até ao fim e por serem a fonte de inspiração que todos os dias me motiva.

A todos os que me ajudaram a alcançar os objetivos propostos e que não mencionei, sem que contudo os esqueça, um grande OBRIGADA!

RESUMO

A presente investigação tem como objetivo estudar a criminalidade no feminino. Neste âmbito, visa conhecer as características psicossociais das mulheres reclusas angolanas e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nos seus padrões comportamentais atuais.

Participaram neste estudo 34 reclusas do Estabelecimento Prisional de Luanda, com idades compreendidas entre os 18 e os 75 anos, sendo a maioria de nacionalidade angolana.

O procedimento metodológico implementado na consecução deste trabalho é misto, pois entendemos que a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas torna a pesquisa mais forte e reduz o enviesamento dos resultados. A recolha dos dados foi efetuada através de uma entrevista semiestruturada e da aplicação do Questionário da história de adversidade na infância, Inventário de autoconceito e de um questionário sociodemográfico, elaborado especialmente para o efeito.

Os resultados quantitativos e qualitativos revelam que parece não existir uma correlação direta entre as adversidades sofridas na infância e o autoconceito/perceção que as mulheres reclusas têm acerca de si próprias. Verificou-se, ainda, que a história de vida das inquiridas e os antecedentes criminais dos seus familiares não parecem ter qualquer impacto no tipo de crimes cometidos na idade adulta.

Palavras-chave: Criminalidade feminina, Adversidades na infância, Autoconceito, Angola.

ABSTRACT

This research has as a main purpose of the research was to study the feminine criminality. In this context, it aims to know the psychosocial characteristics of Angolan women prisoners and understand how their life story narrates and influences their current behavioral pattern.

34 inmates of the Prison of Luanda, aged between 18 and 75 have participated in this study, being the majority of them from Angolan nationality.

The methodological procedure implemented in achieving this work is diverse, has we understand that the combination of quantitative and qualitative techniques turns the research stronger and reduces the bias of the results. In this sense, the data collection was performed through a variety of methods including a semi-structured interview, questionnaires of adversity in childhood, of Inventory of self and of a socio-demographic questionnaire developed especially for this purpose.

The results obtained seem to indicate that show that there is no correlation between the adversities suffered in childhood and the self-concept of prisoner women. It was also found that the life story of the respondents and the criminal history of their families have no impact on the type of crimes committed in adulthood.

Key words: Feminine criminality, Adversity in childhood, Self, Angola.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS	9
ÍNDICE DE GRÁFICOS	10
ÍNDICE DE QUADROS	11
ÍNDICE DE TABELAS	12
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	13
INTRODUÇÃO	14
1. Problemática e objetivos	14
1.1. Apresentação da temática do trabalho	14
1.2. Justificação da investigação	17
1.3. Objetivos	18
1.3.1. Objetivo geral	18
1.3.2. Objetivos específicos	18
2. Perguntas de partida	18
3. Questões de investigação	18
4. Metodologia	19
5. Síntese dos capítulos	20
PARTE 1 – ENQUADRAMENTO TEÓRICO	21
CAPÍTULO 1. A MULHER ANGOLANA NA SOCIEDADE ATUAL	21
1.1. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico	21
1.1.1. A mulher em Angola	22
1.1.2. Medidas de política a nível nacional	22
1.2. A responsabilidade das mulheres no período pós-guerra	25
1.3. Transformações ocorridas a partir da mudança dos papéis da mulher na sociedade	27
CAPÍTULO 2. CRIMINALIDADE NO FEMININO	30
2.2. Antecedentes da prática de crimes	32

2.2.1. Violência contra as mulheres	32
2.3. Homicídio: tipologia criminal mais frequente	34
2.4. Perceção da mulher sobre a reclusão	35
2.5. Reintegração social e reeducação da população reclusa	37
CAPÍTULO 3. COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES ANGOLANAS EM RECLUSÃO	39
3.1. O sistema prisional em Angola	39
3.2. Realidade urbana <i>versus</i> realidade rural	41
3.2. A importância do suporte social	44
3.2.1. Experiências adversas durante a infância	47
3.2.2. Autoconceito	50
PARTE 2 – ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO	52
CAPÍTULO 1. METODOLOGIA	52
1.1. Objetivos e hipóteses de estudo	52
1.2. Participantes	52
1.3. Instrumentos	56
1.3.1. Questionários	56
1.3.1.1. Questionário da história de adversidade na infância	56
1.3.1.2. Inventário de autoconceito	56
1.3.1.3. Questionário sociodemográfico	57
1.3.2. Entrevistas semiestruturadas	57
1.4. Procedimento	58
CAPÍTULO 2. RESULTADOS	60
2.1. Perfil das reclusas	60
2.2. Estatísticas descritivas e diferenciais	71
2.3. Associação entre variáveis	74
CAPÍTULO 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	76
3.1. Verificação de hipóteses	76

Hipótese 1: O tipo de crime cometido está associado com a exposição a violência doméstica	76
Hipótese 2: O suporte social influencia o comportamento desviante das mulheres angolanas (reclusão)	77
Hipótese 3: A história de vida das mulheres reclusas tem influência nos padrões de comportamento atuais (reclusão)	77
Hipótese 4: Existe correlação entre as adversidades vividas na infância e o autoconceito das mulheres reclusas	78
CONCLUSÃO	79
BIBLIOGRAFIA	82
APÊNDICES	87
Apêndice 1. Questionário sociodemográfico	87
Apêndice 2. Guião de entrevista	89
Apêndice 3. Pedido de autorização para a realização do estudo	95
Apêndice 4. Consentimento informado	96
ANEXOS	97
Anexo 1. Questionário da história de adversidade na infância	97
Anexo 2. Inventário de autoconceito	98

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Etapas do processo de investigação	19
Figura 2.	Estabelecimento Prisional de Viana em Luanda	40
Figura 3.	Nuvem de palavras com os termos mais referidos pelas reclusas	71

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Cargos de destaque ocupados pelas mulheres angolanas (valores absolutos) ..	25
Gráfico 2.	Naturalidade das reclusas	53
Gráfico 3.	Responsáveis pelas crianças durante o período de reclusão das mães	54
Gráfico 4.	Pessoas com quem as inquiridas viveram durante a infância	55
Gráfico 5.	Religião das inquiridas	55
Gráfico 6.	Crimes cometidos pelas reclusas	71
Gráfico 7.	Tempo que as inquiridas se encontram em reclusão	72

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1.	Distribuição por tipo de crime	41
Quadro 2.	Acesso aos serviços básicos	42
Quadro 3.	Perfil das reclusas	66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Estado civil das inquiridas	53
Tabela 2.	Habilitações literárias das reclusas	54
Tabela 3.	Periodicidade das visitas	72
Tabela 4.	Valores médios das variáveis em estudo	73
Tabela 5.	Dimensões das adversidades na infância e do autoconceito em função da idade das inquiridas	74
Tabela 6.	Correlação entre as adversidades na infância e o autoconceito	75

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- CASA-CE - Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral
- CMG - Conselho Multisectorial de Género
- e.g. - *exempli gratia*
- GMP - Grupo das Mulheres Parlamentares
- MINFAMU - Ministério da Família e Promoção da Mulher
- MPLA - Movimento Popular de Libertação de Angola
- OMA - Organização da Mulher Angolana
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SADC - Southern African Development Community
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
- UNICEF - United Nations Children's Fund
- UNITA - União Nacional para a Independência Total de Angola

INTRODUÇÃO

1. Problemática e objetivos

1.1. Apresentação da temática do trabalho

A criminalidade feminina está associada à modificação na estrutura sociológica derivada dos avanços no início do século XX. Se por um lado a mulher começa a ocupar cargos e posições semelhantes às dos homens, por outro passa a dividir também as suas angústias e necessidades, nomeadamente a manutenção e o sustento da família, encontrando muitas vezes no crime, uma saída para satisfazer estas carências (Silva, 2011).

Neste contexto, uma das teorias mais utilizadas para explicar a razão pela qual as mulheres cometem crimes diz respeito aos conceitos de causalidade e determinismo, sendo esta realidade conceituada como um conjunto de relações causa – efeito causados por acontecimentos que derivam do meio em que se inserem (Butt, 2014).

“(...) ela só se defendeu dos abusos, não era para o matar (...) e deixou ela de estudar, por causa daquele demónio!”¹

Os trabalhos de Cunha (2008) realizados com a população portuguesa demonstram que a maioria das reclusas são originárias de zonas pobres e a sua inserção no mundo do crime surgiu por necessidade de sobrevivência. Algumas nasceram na prisão, filhas de pais criminosos e, quando se tornam maiores de idade voltam à mesma prisão onde nasceram, após um percurso delinquente de pequenos furtos, prostituição e consumo de drogas.

“(...) a pequena como está aqui com as outras crianças na creche e já nasceu aqui, pensa que esta é a nossa casa.”²

Green, Miranda, Daroowalla e Siddique (2005) acrescentam que as mulheres reclusas apresentam uma elevada taxa de exposição aos mais variados traumas (e.g., abuso físico, emocional e/ou sexual, negligência física), referindo, ainda, que a maioria destas mulheres, no passado, foram vítimas de maus tratos o que provavelmente contribuiu para que se envolvessem em comportamentos criminosos.

“O meu marido me batia muito, então lhe dei com uma enxada, sem querer (...) não o matei de propósito (...) só me defendi de sempre me bater”.³

Os maus-tratos sofridos pelas mulheres reclusas têm consequências diversas a longo prazo, dos quais destacamos o baixo autoconceito, as dificuldades de relacionamento interpessoal, agressividade, isolamento, dificuldades na perceção e aceitação de normas morais e sociais, violência conjugal,

¹ Maria (nome fictício) – Familiar de uma reclusa

² Ana (nome fictício) – Reclusa

³ Carla (nome fictício) – Reclusa

maus-tratos nos próprios filhos, toxicod dependência e conduta antissocial (Messina, Grella, Cartier, & Torres, 2010).

“(...) aqui não tenho amigas e não gosto de algumas guardas e de algumas das minhas companheiras.”⁴

A maioria destas mulheres provém de famílias destruídas e desorganizadas o que, por vezes, se reflete em menor apoio familiar. Todavia, é importante salientar que, devido à escassez de estabelecimentos prisionais femininos, a reclusão da mulher implica com frequência o afastamento geográfico em relação à família. Todas estas condicionantes têm repercussões na vida destas mulheres, sendo uma das mais prementes, a separação dos filhos (Moreira, 2008).

Não é apenas a dor da perda e da saudade o que estas mulheres enfrentam, mas muitas vezes, elas exerciam o papel de chefe de família, por isso, quando presas são obrigadas a deixar as crianças aos cuidados de familiares e, na falta destes (Soares & Ilgenfritz, 2002).

“Tiraram-ma [filha] quando completou 3 anos. Deram a minha filha à minha família e 3 meses depois adoeceu e morreu.”⁵

A separação é terrível tanto para as reclusas como para os filhos que têm que estar dependentes da boa vontade de terceiros para os levarem a visitar a mãe. Algumas reclusas temem a reação dos filhos no momento da sua saída do estabelecimento prisional, pois têm receio de ser rejeitadas e que os mesmos prefiram ficar com os familiares a quem estão entregues (Costa, 2007).

Os poucos estudos que existem sobre essa temática (e.g., Green et al., 2005; Hatch, 2005; Sani, 2006) ressaltam a ideia de que estas reclusas centram nos filhos um conjunto de competências que parecem funcionar como estratégia de alheamento face à vivência do cumprimento da pena e ao mesmo tempo forma de apaziguarem a sua culpa.

A arte da sobrevivência, sobretudo, quando as situações de adversidade são uma constante surge, quase, como uma decorrência natural de um conjunto de antecedentes individuais, familiares e sociais. Contudo, estes laços sociais, entre as reclusas, são marcados por um permanente estado de tensão que resulta da ação direta e indireta da cadeia, bem como da saturação que sentem de si e das suas companheiras (Matos & Machado, 2007).

“(...)“de positivo nada, tudo é negativo! O barulho das outras presas, a luta, as paredes, tudo⁶!”

Com a entrada no estabelecimento prisional as mulheres são confrontadas com um sistema de organização e um modo de funcionamento aos quais têm, necessariamente, que se adaptar. Durante este processo as reclusas, recorrem à sua experiência social e desenvolvem um sentido da realidade

⁴ Carla (nome fictício) – Reclusa

⁵ Leonor (nome fictício) – Reclusa

⁶ Leonor (nome fictício) – Reclusa

muito particular tanto física, como psicologicamente. É, assim, que os mais pequenos detalhes materiais, as mais insignificantes mudanças de humor ou de comportamento e as mínimas mudanças relacionais, normalmente impercetíveis e não valorizadas em sociedade, tomam uma importância primordial na prisão e condicionam as relações sociais que estabelecem entre si e com os funcionários, nomeadamente com as guardas prisionais (Almeda, 2003).

O contacto permanente, que se estabelece entre reclusas e guardas, implica uma relação de proximidade que permite conhecer e partilhar códigos, pois são as funcionárias da prisão que melhor conhecem estas mulheres e as que lhes estão mais próximas (Martins, 2012). Isto não significa ausência de conflitualidade, mas para que a comunicação exista – como tem mesmo que existir – é imprescindível que esteja longe do antagonismo definido pela sociedade. As interações sociais são sempre pensadas em termos dos sujeitos que estão a interagir e não dos seus grupos de pertença, pelo que é importante salientar que as relações que estabelecem, apesar de não serem de amizade, também não são de confronto (Butt, 2014).

“(...) a nossa relação [reclusas e guardas prisionais] é boa, punimos quando temos que punir e rimos quando temos que rir.”⁷

Teresa⁸ desempenha funções nos serviços prisionais há 10 anos, 9 dos quais na cadeia feminina e gosta muito do trabalho que faz. Quando questionada acerca do comportamento das reclusas, refere que as reclusas não têm mau comportamento, porque são obedientes quando são bem tratadas.

Acrescenta que existe muita diferença no comportamento da reclusa que recebe visitas com frequência em relação àquela que não recebe

“existe muita diferença por motivos óbvios (...) quando recebem visitas sentem-se mais amparadas, criam um vínculo familiar mais forte, do mesmo modo que quando se limita ou corta a visita cria-se um transtorno. Muitas preferem estar no isolamento do que sem visitas ou telefones. As que não recebem visitas sentem-se desprezadas e inferiores em relação as outras (...) porque não recebem nada de fora para mostrar às outras reclusas, por isso elas oferecem-se para fazer trabalhos para receber alguma coisa em troca.”

Considera que o seu trabalho é muito importante por causa do apoio emocional, aconselhamento, orientação e estabilidade emocional que dão às reclusas e também aos seus familiares. Refere, ainda, que muitas reclusas procuram o serviço de psicologia voluntariamente porque precisam de ajuda para aceitar a sua situação em que se encontram. Todo este processo contribui para se conhecerem melhor e para ficarem preparadas para a sua reinserção no mercado de trabalho e na sociedade.

⁷ Dulce (nome fictício) – Guarda prisional

⁸ Teresa (nome fictício) – Psicóloga

Quando questionada sobre a possibilidade de alterar alguma coisa, refere que:

“mudaria a posição da creche, tiraria do interior penal para o exterior porque as crianças não são reclusas e devem usufruir da liberdade.”

A reclusão produz efeitos devastadores na personalidade, pois conduz à perda da autoimagem, identidade, autoestima e autoconceito e ao invés de assegurar padrões de comportamento e convivência o mais próximo possível da vida em liberdade, incentiva a pessoa a adequar-se ao contexto prisional. Deste modo, após o cumprimento de uma pena mais ou menos longa, a reclusa nada mais tem em comum com o mundo em que vivia (e.g., valores, aspirações, interesses, objetivos) e uma nova detenção funciona como retorno ao lar, e assim perpetua a constante entrada e saída da prisão (Siqueira, 2001).

“(...) não sou a mesma [e] só me arrependo porque estou aqui presa. Agora se me abusarem, não sei o que posso fazer. É verdade né? Não vou dizer que vou ficar santa.”⁹

Neste contexto, é primordial identificar e analisar algumas das principais causas que desencadeiam estes comportamentos desviantes, no sentido de proceder à sua prevenção primária e controlar os fatores de risco e/ou causas associadas aos mesmos.

“Fui menina de rua, cresci na rua, depois uma senhora pôs-me na casa dela para cuidar das filhas (...), era uma criada, nunca tive um carinho nem nada. Fiquei lá muito tempo e depois fugi, fui para o lar. Era muito pior, batiam-nos e nem sempre tínhamos comida.”¹⁰

1.2. Justificação da investigação

As mulheres têm tido uma presença discreta nos estudos relativos aos comportamentos antissociais e criminosos. Todavia, o aumento da criminalidade feminina, demonstra a necessidade da investigação se debruçar sobre esta população, no sentido de conhecer as suas características psicossociais e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nos seus padrões de sobrevivência atuais, pois só assim é possível traçar planos de intervenção eficazes.

A inspiração para a realização deste trabalho advém da minha experiência profissional e pela escassez de trabalhos de investigação nesta área, o que enfatiza a pertinência do estudo sobre o fenómeno da criminalidade vivido no feminino na sociedade angolana.

Espera-se que este estudo possa contribuir a vários níveis: (1) socialmente no sentido de conhecer as características psicossociais das reclusas e desenvolver medidas que ajudem a melhorar a integração social da mulher após o período de reclusão; (2) economicamente através da identificação de medidas

⁹ Ana (nome fictício) – Reclusa

¹⁰ Leonor (nome fictício) – Reclusa

que se possam refletir na diminuição das despesas sociais; (3) cientificamente no sentido em que se pretende que seja uma fonte a ser consultada pelos diversos atores na área da criminalidade feminina.

1.3. Objetivos

1.3.1. Objetivo geral

Conhecer as características psicossociais das mulheres reclusas angolanas e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nas suas práticas de sobrevivência atuais.

1.3.2. Objetivos específicos

1. Identificar as características psicossociais das mulheres angolanas que se encontram em reclusão.
2. Contribuir para o maior conhecimento dos principais fatores que têm influenciado o crescimento da criminalidade feminina nos últimos anos.
3. Identificar os comportamentos e práticas de sobrevivência da mulher angolana na prisão.
4. Avaliar a influência do suporte social na criminalidade feminina.
5. Compreender de que modo a história de vida das mulheres reclusas se relaciona e tem influência nos padrões de comportamento atuais.

2. Perguntas de partida

Qual o perfil da mulher reclusa?

Quais as práticas de sobrevivência das mesmas em contexto prisional?

3. Questões de investigação

Destas questões principais extraímos 4 questões derivadas igualmente pertinentes para a elaboração deste trabalho, nomeadamente:

1. Qual o perfil da mulher reclusa?
2. A criminalidade feminina surge como uma prática de sobrevivência?
3. O suporte social poderá de alguma forma influenciar o comportamento desviante das mulheres angolanas?
4. Será que a história de vida das mulheres reclusas se relaciona e tem influência nos padrões de comportamento atuais?

4. Metodologia

O procedimento metodológico procura conferir ao trabalho, rigor, objetividade e fiabilidade, pelo que serão aplicadas técnicas quantitativas e qualitativas. Procurou-se não condicionar a recolha de dados a

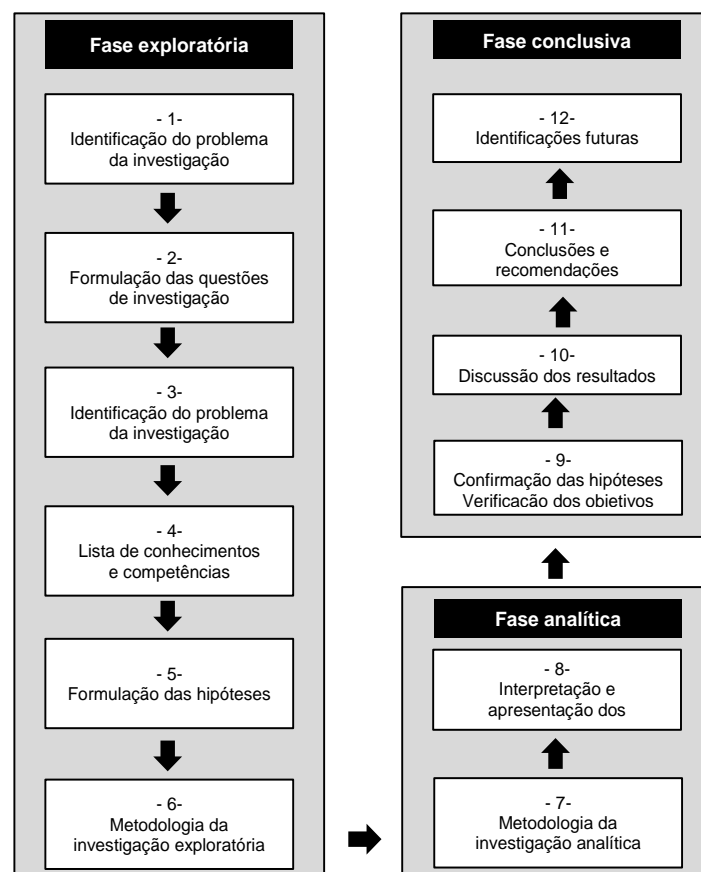
um único método para reduzir o enviesamento dos resultados e a subjetividade na interpretação dos mesmos, bem como para recolher um conjunto de informações que melhor permitam responder às questões apresentadas neste estudo.

Neste contexto, recorrer-se-á ao inquérito por questionário pelo seu carácter preciso e formal de construção e aplicação prática; e a entrevistas semiestruturadas que permitem recolher informação mais rica, aprofundada e pormenorizada.

Sendo este um estudo de carácter exploratório e descritivo, não tem a pretensão de dar respostas definitivas, mas acreditamos que poderá dar algum contributo a esta reflexão em torno da Criminalidade no feminino em Angola.

Deste modo, o presente trabalho seguiu as três fases principais: exploratória, analítica e conclusiva, recomendadas por Sarmento (2008). Cada uma destas fases decompõe-se em várias etapas, como se pode verificar na Figura 1.

Figura 1. Etapas do processo de investigação



(Adaptado de Sarmento, 2008, p. 9)

5. Síntese dos capítulos

Após uma breve introdução em que será apresentada a temática em estudo e os motivos que nos levaram à escolha da mesma, serão delineados os objetivos, a pergunta de partida, as questões de investigação que queremos ver respondidas e a metodologia utilizada na execução desta investigação.

Para a consecução dos objetivos propostos, este trabalho encontra-se estruturado em duas partes. A primeira parte – Enquadramento teórico é dedicada à revisão da literatura. Assim, o primeiro capítulo remete para o papel da mulher angolana na sociedade atual em que serão abordados os fatores comunitários e estatuto socioeconómico das mulheres, bem como a responsabilidade no período pós-guerra e as transformações ocorridas a partir da mudança dos papéis da mulher na sociedade.

O segundo capítulo debruça-se sobre a criminalidade no feminino e começa por refletir sobre os antecedentes da prática de crimes e sobre o facto de o homicídio ser a tipologia criminal mais frequente entre as reclusas angolanas. Na última parte deste capítulo, discute-se o comportamento da mulher reclusa e a possível reintegração social e a reeducação da população reclusa.

O capítulo 3 é dedicado aos comportamentos e práticas de sobrevivência das mulheres angolanas em reclusão. Assim, será abordado o sistema prisional em Angola e apresentada a realidade urbana *versus* realidade rural, bem como a importância do suporte social, nomeadamente, as experiências adversas durante a infância e o autoconceito das mulheres reclusas.

A segunda parte é dedicada ao enquadramento metodológico. O Capítulo 1 – Metodologia – debruça-se sobre o esclarecimento dos objetivos, hipóteses, material e métodos que motivaram esta investigação. Na consecução deste trabalho será aplicada uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa) que entendemos ser a mais adequada à operacionalização deste estudo.

O capítulo dois, ocupar-se-á do tratamento, análise e interpretação dos dados obtidos. E no capítulo três, serão discutidos os resultados, referenciando a literatura mais relevante nesta área. Finalmente, nas notas conclusivas, refletimos de forma crítica, sobre o trabalho desenvolvido ao longo dos vários capítulos, apontando alguns dos seus limites e perspetivando outras questões de investigação.

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

CAPÍTULO 1. A MULHER ANGOLANA NA SOCIEDADE ATUAL

As desigualdades de género são transversais às relações de classe e apesar de constituírem importantes fatores de constrangimento, a opressão das mulheres não pode ser relacionada apenas com as clivagens de classe, do sistema capitalista ou das relações de produção. Embora as mulheres de classe alta tenham, em determinadas sociedades um estatuto mais elevado que os homens de classe baixa, de forma geral, em todas as classes as mulheres são consideradas inferiores aos homens (Mahone, 1997; cit. por Pereira, 2011). Porém, nos últimos anos, as mulheres têm vindo a conquistar posições relevantes na sociedade e Angola não é exceção.

A igualdade entre os géneros está assegurada na Constituição da República, promulgada a 5 de fevereiro de 2010 e mais recentemente pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, no capítulo 6, secção 6.1: Política de População, Objetivos de Política com Prioridade, que estabelece a necessidade de “aplicar uma Política de Igualdade de Género que promova, para homens e *mulheres, iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, política e social*” (PAANE II, 2015).

1.1. Fatores comunitários e estatuto socioeconómico

A sociedade angolana tem sido o palco de várias mudanças políticas, culturais, sociais e económicas. Os contornos destas transformações deixam cada vez mais visíveis as desigualdades sociais traçadas na esfera laboral, pelo que a intensidade da entrada da mulher no mercado de trabalho, tem vindo a gerar um leque de expectativas sobre os modelos dos padrões de inclusão e integração social da mulher (República de Angola, 2000).

A situação da mulher angolana, ainda, está repleta de desafios que derivam de quase quarenta anos de conflito e da herança de práticas e hábitos baseados no género e que, por vezes, colocam a mulher em desvantagem em termos de saúde, educação e acesso aos recursos essenciais (PAANE II, 2015).

O governo de Angola tem envidado esforços para integrar a mulher na sociedade e dar-lhe algum poder. A igualdade da mulher está consagrada na legislação nacional e na nova Constituição, mas a discriminação decorrente de práticas costumeiras é resistente e serão necessários esforços adicionais para conseguir alcançar uma verdadeira igualdade e uma maior participação das mulheres no desenvolvimento do país (Nações Unidas, 2013).

Apesar do importante papel desempenhado pelas mulheres no período de guerra civil, tanto ao nível do cuidado e sobrevivência das famílias, como combatente e participantes ativas nos processos de paz,

não lhes foi dado o devido reconhecimento quando foram estabelecidos os acordos de paz. Segundo Ducados (2004) as combatentes femininas foram excluídas de quaisquer benefícios diretos.

1.1.1. A mulher em Angola

A instabilidade macroeconómica do país, marcada por elevadas taxas de inflação; a economia baseada fundamentalmente no sector petrolífero, o qual, emprega apenas 1% da população economicamente ativa e a fragilidade da capacidade de resposta dos órgãos do Estado para fazer face aos inúmeros problemas que a população, em geral, e as mulheres, em particular, enfrentam têm contribuído para fragilizar ainda mais a posição da mulher angolana no que concerne sobretudo às desigualdades do género (Costa, 2007).

A guerra civil teve um grande impacto na desigualdade económica e social que atualmente se vive Angola, nomeadamente ao nível do desenvolvimento social e mercado de trabalho. As mulheres passaram a dedicar-se mais às atividades de reprodução em prejuízo das atividades de produção económica, sendo as suas vidas indiretamente transformadas pela guerra em diversos aspetos, entre os quais: a sua integridade física (os inúmeros acidentes que ocorreram nos campos agrícolas minados), a morte dos familiares, a sua educação e dos seus filhos, as atividades produtivas e profissionais e a migração forçada do campo para a cidade (PAANE II, 2015).

Em termos gerais, a desigualdade de género, em Angola, está a diminuir e ao longo do tempo têm vindo a ser feitos alguns progressos (FME, 2011). Tendo-se, de facto, verificado que, nos últimos anos, houve uma conquista clara de posições relevantes por parte das mulheres.

1.1.2. Medidas de política a nível nacional

A igualdade entre os géneros está assegurada na Constituição da República, promulgada a 5 de fevereiro de 2010 e, mais recentemente, pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 (capítulo 6, secção 6.1: Política de População, Objetivos de Política com Prioridade), que estabelece a necessidade de “aplicar uma Política de Igualdade de Género que promova, para homens e *mulheres*, *iguais oportunidades, direitos e responsabilidades em todos os domínios da vida económica, política e social*” (PAANE II, 2015).

A Lei Geral do Trabalho (Lei nº 2/2000, de 11 de fevereiro) considera que todos os cidadãos (homens e mulheres) têm direito ao trabalho livremente escolhido, com igualdade de oportunidades e sem qualquer discriminação. Atualmente esta lei está em processo de revisão.

A Lei nº2/2005, de 1 de julho – Lei Dos Partidos Políticos – contém uma provisão de representação de género não inferior a 30%. E a Constituição angolana promulgada a 5 de fevereiro de 2010, no seu artigo 1º, contempla o princípio de igualdade, segundo o qual todos são iguais perante a lei e “*ninguém pode ser prejudicado, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão*

da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão”.

Por conseguinte o Código da Família, em vigor desde 1988, assegura um aumento da igualdade entre homens e mulheres uma vez que a sua essência é totalmente oposta à lei da família até então em vigor. O aumento de igualdade é considerado uma melhoria no que respeita a relações entre pais e filhos, pois cria a igualdade entre os cônjuges em todos os aspetos da vida familiar e da educação dos filhos, incluindo questões de propriedade; estabelece o casamento como um ato voluntário e não como uma transação económica; legaliza a coabitação (união de facto) quando uma relação monogâmica dura há mais de três anos; pune a negligência em apoiar a família materialmente e abandono das crianças. Todavia, ainda se verificam inúmeras limitações nesta lei, das quais se destacam: (1) o não tratamento de questões relacionadas com a vida familiar, como o aborto, o adultério, a violência doméstica, a questão da habitação arrendada; (2) a definição da instituição familiar como uma família monogâmica, sendo que na realidade angolana a mesma é bastante diferente quer no meio rural quer no urbano onde as unidades familiares poligâmicas para além de serem frequentes são também aceites (Costa, 2007).

A nível regional e sub-regional são as comissões regionais das Nações Unidas e outras estruturas sub-regionais/regionais que promovem e apoiam as instituições nacionais apropriadas para o acompanhamento e execução da Plataforma de Ação, no âmbito dos seus mandatos. Este acompanhamento deve ser feito articuladamente com a execução das respetivas plataformas e/ou planos de ação regionais e em restrita cooperação com a Comissão do Estatuto das Mulheres, tendo em linha de conta a imprescindibilidade de acompanhamento coordenado das Conferências das Nações Unidas nas áreas económica, social, de direitos humanos (Nações Unidas, 2013).

Um dos domínios onde provavelmente os fatores históricos mais que os culturais e tradicionais fragilizaram a participação ativa das mulheres, foi sem dúvida alguma o da esfera política. A maioria dos grupos étnicos linguísticos em Angola transmitia a descendência por via materna, a posição da mulher era (é) tradicional, espiritual e socialmente mais forte. No entanto, o sistema de parentesco matrilinear prevaleceu até mesmo durante o período colonial. Porém, a política especial de assimilação imposta pelo colonialismo repercute-se hoje nas elites políticas e na sua identificação com valores ocidentais que em combinação com a ideologia marxista-leninista conduziu, conseqüentemente, ao repúdio das de valores tradicionais não cristãos (Rocha & Ferreira, 2006).

A proclamação da independência nacional e a adesão e adoção de uma série de mecanismos internacionais foi sem dúvidas o que abriu novas perspectivas para as mulheres, que sempre se destacaram ao lado dos homens quer no período da luta de libertação nacional, quer na luta pela democracia e defesa dos direitos da mulher. Prova disto foram as leis aprovadas no período pós independência sem qualquer espectro discriminatório (Jorge, 1988).

A ocupação colonial provocou a desarticulação social, política e cultural ao mesmo tempo que desacreditou o poder das autoridades tradicionais. O direito tradicional (consuetudinário) condiciona e retifica as relações interpessoais dentro do grupo e para fora dele, ao mesmo tempo que protege os interesses individuais e coletivos. Feijó (2012) refere que esse sistema não constitui exatamente um sistema jurídico, pois essas normas não são exatamente leis, mas sim práticas e costumes compulsivos. As normas do direito tradicional nunca se afastam e nunca se desligam do sistema ético e são por ele geradas e geridas.

Neste sentido, verifica-se uma certa ligação entre a prática desse direito e o parentesco, sendo os grupos de parentesco um outro e muito complicado sistema de relações onde se processam a propriedade dos meios de produção, a distribuição e consumo, a redistribuição, e os laços de sangue ou de afinidade.

Não obstante, durante o período da luta contra o colonialismo, a Organização da Mulher Angolana (OMA) mobilizou mulheres para a participação em todas as tarefas da revolução, desde alfabetizar, prestar apoio social aos guerrilheiros e, até mesmo, participar nos combates. Assim, é pertinente compreender, os desafios que as angolanas enfrentaram ontem, os que hoje enfrentam e talvez os que enfrentarão amanhã.

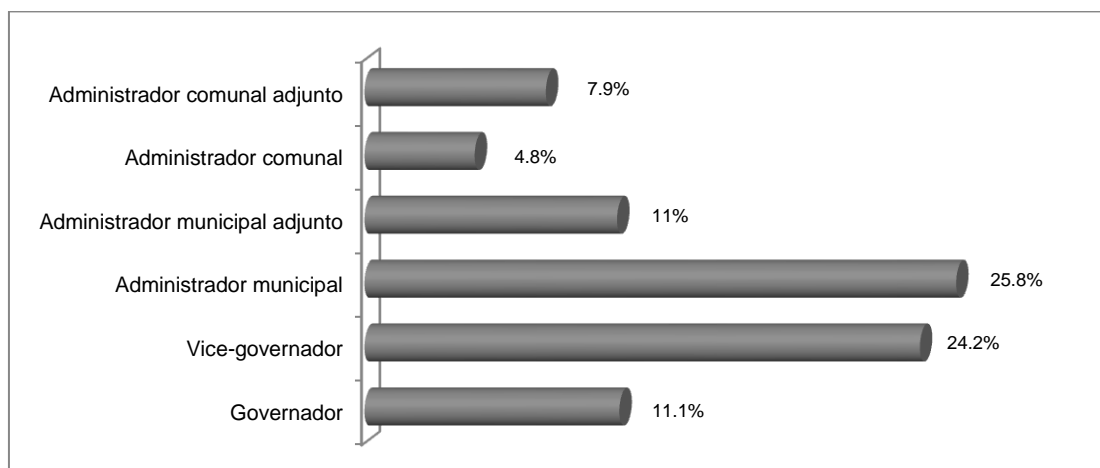
As mulheres firmam a vontade inabalável de atingir os seus objetivos e começam a emancipar-se, verificando-se que, atualmente, poucos países no mundo terão uma Angola com uma tão vasta panóplia de textos legais (*e.g.*, Constituição, Lei da Família, Lei do Trabalho), consagrados aos direitos da mulher, como em Angola.

A nível político é notável a forma como as mulheres se continuam a impor, e em 2008, dos 220 deputados existente na Assembleia Nacional, 31 eram mulheres. Em 2012, as segundas eleições legislativas na história do país, assinalaram um progresso na representação feminina que passou a ter 76 assentos parlamentares.

Na atual Assembleia Nacional, dos 220 lugares, são ocupados por mulheres, sendo 69 eleitas pelo MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), 10 pela UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) e 2 pela CASA-CE (Convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral).

Ao nível dos Governos Provinciais, em 2014, dos 18 governadores, apenas 2 são mulheres (Cabinda e Lunda-Sul) e, dos 33 vice-governadores, apenas 8. Entre os 163 Administradores municipais, 42 são mulheres; entre os 163 Administradores municipais-adjuntos, apenas 18 são mulheres; entre os 545 Administradores comunais, apenas 26 são mulheres; e entre os 545 Administradores comunais-adjuntos, 43 são mulheres. No entanto, verifica-se que Angola é o décimo país do mundo com mais mulheres nos órgãos de decisão política.

Gráfico 1. Cargos de destaque ocupados pelas mulheres angolanas (valores absolutos)



As organizações de mulheres em termos da defesa dos seus direitos e objetivos têm vindo a crescer, consideravelmente, o que se traduz na constituição de ONG a trabalhar em diversos domínios dos quais se destacam a paz, com particular destaque para a Rede Mulher Angola que engloba mulheres de diversos quadrantes políticos, religiões e atividades laborais (Costa, 2007).

No entanto, o número de mulheres em posições de poder e influência permanece claramente inadequado. Embora 54% da população seja formada por mulheres, elas estão sub-representadas em todos os órgãos decisórios. Este facto pode ser explicado por muitos fatores, entre os quais a ausência comparativa da hierarquia dos partidos políticos e as restrições de tempo que as impedem de competir em pé de igualdade na esfera política (Nações Unidas, 2013).

1.2. A responsabilidade das mulheres no período pós-guerra

Quatro décadas de um conflito violento infligiram danos pesados à população angolana e especialmente às mulheres. O impacto do conflito e da pobreza em Angola sobre os dois sexos são evidentes e especialmente diferentes nos indicadores de desenvolvimento humano das mulheres em comparação aos homens. Com a falta de segurança humana sendo ainda uma dura realidade quotidiana, as mulheres e crianças constituem os grupos mais vulneráveis estando usualmente, a par dos idosos de ambos os sexos. Após a guerra, as mulheres angolanas enfrentam novos desafios e lutam para vencer estas contrariedades e conseguir participar em pleno na sua sociedade (Ducados, 2004).

O modelo tradicional de entidade familiar, que se caracterizava pelo pai, representante do poder económico e a mulher, responsável pelos cuidados da casa e da educação dos filhos foi alterado, tendo com o passar dos anos se estabelecido à necessidade da mulher em ter uma identidade própria. Sendo aparentes as consequências ocasionadas por esse processo de mudança, diante de toda a dinâmica gerada em torno dos papéis femininos no mundo atual (Frinhani & Souza, 2005).

Os caminhos percorridos pelas mulheres no papel de soldados, líderes, ativistas, sobreviventes e vítimas de uma das guerras mais trágicas do continente africano ainda têm de ser discutidos e suas implicações percebidas dado que a história recente das mulheres angolanas permanece ainda amplamente desconhecida quando se fala de guerra. No entanto, a atual chegada das mulheres ao poder das mulheres e os lugares que ocupam nas forças armadas angolanas parece confirmar que, após a participação na Luta de Libertação e na Guerra Civil, um espaço político se abriu para algumas mulheres, sobretudo para aquelas que são agentes das práticas e discursos no seio das elites políticas dominantes (Rodrigues, 2003).

As mulheres sofreram as consequências diretas da guerra de maneiras diversas. Para além do grande número de mulheres que morreram em consequência de combates, é finalmente encarado que muitas foram violadas por combatentes de ambos os lados. Embora os soldados devessem proteger a população, muitos aproveitaram a sua posição para subjugar as mulheres. O seu comportamento e o impacto sobre as relações de poder entre os dois sexos talvez tenham ocultado a confiança da população feminina nesses soldados. As mulheres que foram sequestradas enfrentaram o dilema de deixar ou não os seus maridos da UNITA e voltar aos seus lares originais, onde corriam o risco de serem rejeitadas. Por outro lado, há indícios de que as mulheres da UNITA, que se embrenharam nas matas durante os anos da guerrilha, sentem agora dificuldade em relacionar-se com os homens (Ducados, 2004).

Muitas mulheres perderam os seus maridos e filhos na guerra e viram-se obrigadas a tomar conta dos lares. A guerra e o seu impacto aumentaram a carga de trabalho das mulheres, pois começaram a assumir responsabilidades e a desempenhar atividades que anteriormente eram desenvolvidas pelos homens, nomeadamente: o abastecimento do lar, a disciplina dos filhos, a construção e reparação das casas, o contato com os líderes comunitários e funcionários governamentais e cumprimento das obrigações sociais e religiosas (Valente, 2001).

Mesmo em tempo de Paz, verifica-se que muitas continuam a desempenhar estas tarefas, sobretudo porque os maridos morreram ou abandonaram o lar. Os rendimentos das mulheres no sector informal da economia começaram a causar um sério conflito cultural e a pôr em causa a capacidades dos homens em relação aos rendimentos e ao seu papel tradicional no seio da família. Estas mudanças explicam parcialmente a evidência crescente de uma explosão de violência doméstica contra mulheres e crianças desde os inícios dos anos 90. No que concerne ao lar, os longos anos de conflito criaram situações que dificultam a decisão das mulheres se casarem ou voltarem a casar-se, especialmente se tiverem sofrido abuso sexual (Alberto, 2006).

As diferenças salariais de género, muito atuais na sociedade angolana, aumentam a tensão existente e causam frustração, porque grande parte da população do sexo feminino ocupa empregos terciários pouco lucrativos (principalmente no sector informal) e que por vezes não permitem colmatar as necessidades mais básicas. Outro aspeto prende-se com a aceitação da poligamia, que continua a ser

prática comum e socialmente aceite em Angola, o que origina famílias muito numerosas e consequentemente situações precárias que obrigam a mulher ocasionando a procura por meios alternativos de auferir renda (Ducados, 2004)

As mulheres das áreas urbanas referem que, apesar de, atualmente, poderem expressar mais abertamente os seus sentimentos, ainda não estão habituadas a fazê-lo, devido aos longos anos vividos sob um regime de repressão o que causou alguma relutância em expressarem as suas emoções publicamente. Apesar do progresso ocorrido ao nível da liberdade de expressão, verifica-se que a taxa de alfabetização de adultos continua a ser muito superior nos homens: 82.7% *versus* 58.1% para mulheres (Nações Unidas, 2013).

1.3. Transformações ocorridas a partir da mudança dos papéis da mulher na sociedade

As políticas sociais de Angola continuam a favorecer maioritariamente o sexo masculino e os direitos femininos estabelecidos pela Constituição, raramente são respeitados, principalmente, no que se refere a questões como o apoio a crianças, em que o governo não dispõe de mecanismos para assegurar que os homens cumpram com o seu dever paternal. O direito à herança é outra área em que as mulheres continuam sem avançar, embora este assunto seja mais complexo devido às práticas tradicionais que colocam as viúvas em posição vulnerável depois da morte de seus companheiros (Ducados, 2004).

Angola apresenta um índice de disparidade de género de 0.66 e está na 87^a posição entre os 135 países que participaram no estudo sobre Disparidade de Género do Fórum Económico Mundial (FEM, 2011). Apesar de esta desigualdade estar a diminuir com o tempo, verifica-se que o avanço nos quatro indicadores em estudo: participação económica, realização educacional, saúde e sobrevivência, e poder político, não ocorre da mesma forma (Nações Unidas, 2013).

O maior obstáculo à realização das diretivas constitucionais é que a sociedade angolana continua a ser predominantemente masculina e os direitos da mulher são, frequentemente, violados para a preservação da estrutura patriarcal herdada dos valores tradicionais africanos. Contudo, a nova Constituição da República tem vindo a promover a remoção de barreiras e a promover a mudança de atitudes e comportamentos que visem a igualdade do género e a emancipação e participação da mulher de forma estruturada e organizada em todo o país (República de Angola, 2013).

As mulheres envolvidas na tomada de decisões nacionais estão separadas da maioria das mulheres comuns pelo estilo, classe e objetivos de vida. E embora muitas mulheres angolanas considerem que a criação do Ministério da Família e Promoção da Mulher é um avanço real na batalha pelo espaço político, também se pode ter ajudado a separar as questões da mulher do resto da agenda política do governo (Valente, 2001). Neste contexto, surgiu o Conselho Multisectorial de Género (CMG), que visa promover a harmonização das políticas angolanas na área da família e promoção da mulher entre as diversas organizações que atuam nesta área, nomeadamente as instituições do Estado.

Os representantes dos ministérios, institutos e empresas públicas, organizações da sociedade civil (e.g., femininas, religiosas) e dos partidos políticos, são chamados para participar no CMG e noutras atividades programadas pelo Ministério da Família e Promoção da Mulher (MINFAMU) e muitos têm sido os desafios superados nomeadamente, no que respeita a transformação de um espaço de apresentação de políticas e resultados para um espaço de debate e concertação na formulação de políticas. Além das reuniões a nível nacional, o CMG realiza reuniões a nível provincial, onde participam administradores municipais, administradores municipais adjuntos, representantes de diversos setores e parceiros sociais do Governo. Embora o CMG seja um grande avanço, ainda não funciona, de facto, como órgão consultivo (PAANE II, 2015).

Apesar da capacidade de liderança demonstrada por muitas mulheres a igualdade entre os dois sexos continua muito distante. Sob certos aspetos, torna-se frustrante falar em política de igualdade entre os sexos, num contexto em que as disparidades sociais e económicas são as únicas referências deixadas para as novas gerações (Dutra, *sine anno*).

Desde épocas passadas, que as mulheres foram educadas para serem mães e esposas, o que despoletou a atribuição de um papel de exclusiva dedicação ao lar, nomeadamente a criação dos filhos e a submissão às ordens do marido. As funções e deveres desempenhados pelas mulheres são estabelecidos e estruturados pela entidade familiar e transmitidos através das gerações, o que fomenta a conservação e manutenção de determinados valores sociais. Neste contexto, verifica-se que a família é uma das principais responsáveis por esta situação, porque os ensinamentos e valores culturais passam de mãe para filha, sendo que a última geração começa a tornar-se o reflexo da anterior (Costa, 2007).

A mulher é condicionada pelos valores imputados histórica e culturalmente pela sociedade na qual está inserida, tornando-se subordinada a padrões assimilados como naturais e inalteráveis, condizentes com o sexo biológico. A esfera social categoriza as pessoas, criando atributos específicos que formam o seu referencial e a partir destes é elaborado o seu papel na comunidade. Não se atribui ao género apenas diferenças fisiológicas e sexuais entre o homem e a mulher, mas também as perceções sociais que o mesmo implica. Sendo, esta conceção elaborada pela sociedade e pela cultura, na qual a mulher se encontra inserida, são cada vez mais visíveis estas desigualdades entre homem e mulher. Os comportamentos masculinos e femininos são firmados pela sociedade, que os relaciona e define através da análise das suas relações (Zau, 2002).

A paridade de género na educação, apesar de relativamente alta, com uma relação de 0.81 entre raparigas e rapazes, continua abaixo da média subsaariana de 0.91, o que, segundo a UNESCO (2012), indica a necessidade de um maior investimento na redução das disparidades de género em Angola. De acordo com o PNUD (2014), os rapazes em idade escolar podem esperar receber 14 anos de educação, enquanto para as raparigas são estimados 8.7 anos. Sobre as raparigas pesa, ainda, o fardo da

acumulação dos estudos com o trabalho doméstico, ou seja, cuidar dos irmãos mais novos, carregar água e lenha e a venda de produtos (PAANE II, 2015).

As mulheres têm vindo a conquistar direitos políticos e a adquirir o acesso à educação, começando a alcançar um espaço no mercado de trabalho e a fazer parte da esfera pública e a definir o seu papel social. Para isto muito contribuíram os atos feministas isolados ou por ações realizadas através de grupos que reivindicavam mudanças no seu meio. A primeira vaga dos movimentos feministas teve início no fim do século XIX e veio reivindicar o direito ao voto, a igualdade de direitos de propriedade, de custódia e principalmente direitos laborais, devido à discriminação sistemática e estrutural enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho, principalmente no período pós revolução industrial (Pereira, 2011).

Esta inovação possibilitou à mulher alterar o estatuto anteriormente definido de esposa e mãe, para receber a denominação de trabalhadora. As mudanças sociais ocorridas proporcionaram às mulheres o seu ingresso no mercado de trabalho e a diminuição das anteriores funções, começando lentamente a deixar o seu mundo privado e a entrar no espaço público (Silva & Carvalho, 2009).

Contudo, as diferenças salariais de género, ainda figuram na sociedade atual, o que provoca um aumento da tensão existente e uma enorme frustração. Os trabalhadores do sexo feminino ganham menos 17 a 22% do que os seus colegas do sexo masculino, o que constitui a causa e consequência da desigualdade de género (Wage Indicator, 2015).

A tradicional estrutura familiar, que definia o homem como representante do poder económico e a mulher como a responsável pelos cuidados da casa e da educação dos filhos começou a ser alterado e com o passar dos anos surge a necessidade da mulher ter uma identidade própria. As consequências ocasionadas por esse processo de mudança e por toda a dinâmica gerada em torno dos papéis femininos no mundo atual, proporcionaram uma maior participação destas na esfera socioeconómica, pois o Código do Trabalho proíbe qualquer tipo de discriminação baseada no género nos e determina salários iguais para tarefas iguais (PAANE II, 2015).

A maioria das mulheres encontram-se numa posição subalterna na estrutura de oportunidades e as dificuldades financeiras começam a iniciá-las no mundo do crime. Neste contexto, é importante considerar que, apesar do índice absoluto ser baixo, não deve ser ignorado porque em termos de evolução quantitativa, a mulher tem vindo a demonstrar um crescimento significativo no mundo do crime (Leal, 2007).

CAPÍTULO 2. CRIMINALIDADE NO FEMININO

Na segunda metade do século XX assiste-se a um grande desenvolvimento económico, alterações políticas e sociais, e grandes transformações, impulsionadas pelo movimento feminista (Pimentel, 2008). Este movimento relacionado com a procura de igualdade perante o homem tem um profundo impacto no que concerne ao fenómeno criminal feminino, nomeadamente, no que diz respeito à sua influência no aumento da criminalidade feminina e na modificação dos delitos que eram tradicionalmente atribuídos à mulher (Matos, 2008).

Segundo Silva (2011) a criminalidade feminina é desencadeada pelas alterações sociológicas que decorrem dos progressos do século XX, quando a mulher começa a desempenhar funções idênticas às dos homens a nível profissional. Assim, passam a partilhar, também, as suas preocupações no que se refere à subsistência da família e quando não conseguem satisfazer as necessidades primárias da mesma, recorrem ao crime como meio de colmatar essas lacunas.

Segundo Matos e Machado (2007) algumas mulheres podem transgredir a lei por motivos de carência económica e consumo de drogas; outras por tráfico de substâncias, prostituição e crimes violentos. No entanto, poucos são os estudos que revelam o envolvimento da mulher na prática criminosa e os escassos trabalhos existentes (*e.g.*, Almeida, 2006; Butt, 2014), descrevem as mulheres como sendo autoras de envenenamento e infanticídio o que sugere que as condutas femininas se encontram vinculadas apenas à sexualidade e ao mundo privado. Na realidade, os delitos praticados pelas mulheres dificilmente eram detetados, pois grande parte ficava na invisibilidade do espaço privado.

Cunha (1994) acrescenta que o contexto familiar se apresenta, muitas vezes, como um fator gerador e propulsor do comportamento delituoso, visto que a família é o alicerce responsável pelo desenvolvimento do indivíduo e pela formação do seu carácter. Assim, a partir do momento em que esta se mostra fragilizada ou desestruturada, poderá ocasionar sofrimentos incontáveis àqueles que nela se encontram inseridos.

Grande parte das mulheres que se encontram inseridas no sistema prisional apresenta um histórico de violência sofrida e que muitas vezes tem origem no próprio meio familiar. A violência representa um elo sequencial de inúmeros acontecimentos que acabam por traçar a trajetória de uma grande percentagem da população feminina, nomeadamente a reclusão (Butt, 2014).

Amaral (2008), refere que de uma forma geral, as reclusas mantêm uma história social vinculada à pobreza, abuso, monoparentalidade, condições de sem abrigo e de fraca saúde mental. Azevedo e Maia (2006) reforçam esta ideia e afirmam que viver em adversidade pode produzir nas suas vítimas efeitos nefastos de maior ou menor gravidade consoante o grau/intensidade, frequência, duração e idade das vítimas. As autoras, acrescentam que os maus tratos provocam consequências mais ou menos graves,

reversíveis ou irreversíveis, a curto e/ou a longo prazo no processo de desenvolvimento, com repercussões a nível físico, cognitivo, emocional, comportamental, social, emocional e moral.

Neste sentido, Durkheim (2003) afirma que a prática do crime não depende apenas do indivíduo, pois a ação resulta da força que o coletivo exerce sobre ele. Assim, segundo o autor, os crimes cometidos por mulheres permanecem na esfera de normalidade da dinâmica social, apesar de que quando a mulher é autora dos atos criminais, percebemos que ela é, igualmente, desprotegida pelo sistema de justiça.

No decorrer de processos penais, a mulher angolana tende a ser punida não apenas porque transgrediu a lei, mas também porque se considera que transgrediu igualmente os papéis de género socialmente estabelecidos. É nesse sentido que se propõe o conceito da dupla transgressão da mulher, que ao nível da aplicação do direito penal constitui uma forma de discriminação de género penalizadora para as figuras femininas (Pimenta, 2010).

As teorias iniciais da criminalidade feminina colocavam a ênfase em fatores únicos, como o funcionamento biológico feminino e sexualidade ou, muitas vezes, a relação presumida entre o funcionamento psicológico feminino. Apesar das Estas teorias baseadas na singularidade da mulher já não serem usadas para explicar corresponderam na totalidade às exigências de explicação do comportamento criminal em mulheres, . Apesar disto, os autores que estudam o fenómeno continuam a assumir diferenças estruturais ou sociais para explicar a diferença de géneros na criminalidade (Almeda, 2003).

Apesar de terem sido encontrados valores elevados de maus-tratos físicos e sexuais, estes podem não estar diretamente relacionados com o comportamento violento, mas sim com fatores secundários de personalidade e comportamento. O crime, o criminoso e a criminalidade resultam de construções sociais, razão que leva a que, por vezes, se torne necessário desconstruir modelos estereotipados (Fonseca, 2010).

A criminalidade apresenta diferenças de géneros e embora as taxas de reclusão das mulheres tenham aumentado bastante, não tem havido um aumento correspondente no que se refere a crimes violentos no feminino. Grande parte dos crimes cometidos por mulheres, são contra os maridos ou companheiros devido a maus-tratos físicos e/ou sexuais (Gonçalves & Lopes, 2004).

Figueiredo, Fernandes, Matos e Maia (2002) acrescentam que, de uma forma geral, as mulheres com condutas criminais apresentam histórias de maus-tratos na infância, o que sugere que este também pode ser um motivo precursor e delinquência, abuso de substâncias e criminalidade. A ligação entre a criminalidade feminina e o uso de substâncias é muito forte, verificando-se que as mulheres que abusam de substâncias psicoativas são mais propensas ao envolvimento em crimes.

2.2. Antecedentes da prática de crimes

A prisão, em si própria, é potenciadora de violência, uma vez que ao privar as pessoas da sua liberdade e, ao controlar os seus movimentos, gera tensões que conduzem muitas vezes à agressividade (Gonçalves, 2000).

Os maus-tratos emocionais são os mais comuns nas prisões e muitos deles decorrem da implementação do próprio regulamento do estabelecimento prisional. Estes maus-tratos parecem aumentar à medida que escasseiam as visitas, correspondência e telefonemas de familiares, o que aumenta a vulnerabilidade das reclusas, aniquilando-lhes ou perturbando as suas próprias identidades pessoal e social (Gonçalves & Lopes 2004).

São várias as evidências de que a adversidade é um preditor significativo, ao longo do desenvolvimento do sujeito, ou seja, os efeitos dos traumas, essencialmente se estes forem múltiplos, podem ser tão severos que se prolongam por toda a vida, dando origem a problemas de origem psicológica (Maia & Seabra, 2007).

O crime enquanto fator social, definido a partir de uma estrutura normativa, resulta da reação despoletada pela transgressão. O agente do crime assume a qualidade de delinquente na inter-relação com o significado que o ato adquire na consciência dos outros de acordo com os processos normativos dominantes (Leal, 2007).

Os delitos praticados pelas mulheres diferem dos cometidos pelos homens, pois têm por base o posicionamento que as mulheres ocupam nas diversas facetas da organização social (Carvalho, 2003). Alguns crimes são cometidos sob a influência de substâncias e, de acordo com Dube, Felitti, Dong, Chapman, Giles e Anda (2003), existem 3 principais modelos explicativos principais para esta relação: (1) o uso de substâncias psicoativas leva ao crime, o que acontece devido às propriedades farmacológicas das substâncias, a necessidade de obter dinheiro para os consumos ou a violência associada ao tráfico; (2) o crime leva ao uso de substâncias psicoativas, uma vez que aqueles que se envolvem em crimes são expostos a situações em que as substâncias estão disponíveis e o seu uso é encorajado; (3) o uso de substâncias psicoativas e o crime não estão correlacionados, mas são resultado de um terceiro fator, como os maus-tratos na infância, problemas escolares e/ou familiares e habitações em bairros problemáticos.

2.2.1. Violência contra as mulheres

A violência contra as mulheres envolve os atos de brutalidade, que se manifestam através das relações assimétricas entre homens e mulheres e que, por vezes, envolve discriminação e preconceito. Inicialmente, quando se considerava a violência sobre as mulheres, esta reportava-se essencialmente à violência doméstica, que segundo Cunha (2006) é qualquer ato, conduta ou omissão que reitere com intensidade, sofrimentos físicos, sexuais, mentais ou económicos de forma direta ou indireta (*e.g.*,

ameaças, enganos, coação), a qualquer pessoa que habite no mesmo agregado doméstico ou que, não habitando no mesmo agregado, seja cônjuge ou companheiro marital ou ex-cônjuge ou ex-companheiro marital. As vítimas de violência doméstica são majoritariamente mulheres. O agressor é geralmente um homem, com baixa autoestima e, na maior parte das vezes, sob influência de álcool ou drogas.

A declaração das Nações Unidas, de 1993, para a eliminação da violência contra as mulheres, e o relatório da UNICEF (2000), *Domestic Violence Against Women and Girls*, elevam as dimensões física, sexual, psicológica e emocional, como sendo as mais relevantes a indagar, nomeadamente: (1) maus-tratos físicos em que são infligidos ferimentos não acidentais à vítima (*e.g.*, equimoses, hematomas, queimaduras, fraturas, traumatismos cranianos, sufocação, afogamento, intoxicações); (2) maus-tratos sexuais que implicam o envolvimento em atividades que visam a gratificação e satisfação sexual de outrem, geralmente sob coação da força ou ameaça; (3) maus-tratos emocionais que resultam da incapacidade de proporcionar ao indivíduo um ambiente de tranquilidade, bem-estar emocional e afetivo (*e.g.*, ausência de afeto, ridicularização, desvalorização, hostilização, ameaças, discriminação, culpabilização, recriminações e humilhações verbais, situações de grande violência e conflito que originam um clima de terror e medo) (Almeida, 2006).

Estes maus-tratos têm consequências diversas a longo prazo, dos quais destacamos o baixo rendimento académico ou profissional, a baixa autoestima, dificuldades de relacionamento interpessoal, agressividade, isolamento, dificuldades na percepção e aceitação de normas morais e sociais, violência conjugal, maus-tratos nos próprios filhos, toxicod dependência, conduta antissocial e delinquente e transtornos psiquiátricos (Alves, 2009)

Alberto (2006) refere que as mulheres que cometem crimes apresentam maior tendência para terem tido sofrido maus-tratos físicos ou sexuais e a entrada precoce na criminalidade é indicada como relacionada com os maus-tratos físicos na infância. Leal (2007) acrescenta que a criminalidade feminina deve ter em conta a vitimização experienciada pelas mulheres, tanto na infância como na idade adulta, e a pesquisa sugere que o abuso sexual infantil pode mesmo ter um papel central no percurso delinquente das raparigas/mulheres e conseqüente crime. Em 1999, Harlow (cit. por Alves & Maia, 2010) afirma inclusivamente que a proporção de mulheres em reclusão com história de abuso sexual na infância será duas a três vezes maior do que na população geral.

Quando, na literatura, se procuram relações entre o abuso sexual e o crime cometido por mulheres, em conjunto com os efeitos do abuso sexual em crianças, encontram-se evidências que ajudam a explicar porque é que a vitimização pode ser um fator etiológico importante para determinados comportamentos como, por exemplo, fugas de casa, abuso de substâncias psicoativas, prostituição e violência que pode levar a atos puníveis criminalmente (Anda et al., 2006).

Apesar de a relação entre crimes violentos e o abuso sexual na infância habitualmente ser menos estudada do que outras formas de crime, a pesquisa relativa às conseqüências comportamentais do

abuso sexual infantil e o estudo de histórias de vida de mulheres delinquentes sugere que existem motivos para investigar a relação entre crimes violentos e histórias de abuso sexual. Quando a personalidade é formada num ambiente de controlo coercivo não se adapta à vida adulta e surgem inúmeros problemas ao nível da confiança básica, autonomia e iniciativa (Sani, 2004).

De acordo com Dube e colaboradores (2003) a típica reclusa feminina abusa de si própria com drogas e álcool, está permanentemente envolvida em relações abusivas e enfrenta dificuldades económicas.

Um estudo comparativo realizado por Cunha (2002) revela que a existência de diferenças significativas em função do género no que se refere aos maus-tratos na infância e subsequente abuso de substâncias psicoativas na idade adulta. Os maus-tratos em mulheres aumentam na idade adulta, ao contrário do que acontece com os homens. Este estudo revela que os maus-tratos na infância, no caso das mulheres, estão fortemente associados com a depressão na idade adulta e a severidade do abuso de substâncias e que ambos são fortes indicadores das taxas femininas de atividade criminal.

No capítulo de análise de dados esta questão será revista com base nas entrevistas recolhidas e nos questionários aplicados.

2.3. Homicídio: tipologia criminal mais frequente

Segundo Almeda (2003) os estudos realizados, nas décadas de oitenta e noventa do século XX, podem ser categorizados em dois grandes tópicos: estudos sobre mulher e crime e estudos sobre mulher e justiça. Os primeiros dizem respeito à investigação realizada sobre o género e a atividade criminal e apresentam a perspetiva das mulheres sobre o seu envolvimento, quer no crime de um modo geral quer em formas específicas de desvio como o tráfico e consumo de drogas, a prática de violência em *gangs* ou prostituição. Surgem também nesta fase estudos sobre criminalidade mais violenta por parte das mulheres, particularmente sobre terrorismo ou sobre homicídio.

O outro tópico de investigação – mulher e justiça – refere-se à experiência da mulher nos sistemas de justiça criminal e penal. Estes estudos incidem sobretudo no modo como a mulher ofensora é percecionada e tratada pelos agentes da justiça. Finalmente, encontramos investigações genéricas sobre criminalidade feminina que incidem sobre mulheres que já cumpriram penas de prisão ou outro tipo de sanções penais, privativas ou não de liberdade. Neste caso, a análise dos dados centra-se quer no desvio e nas significações das mulheres sobre os seus percursos de vida e sobre o crime, quer em aspetos relacionados com a reclusão atendendo-se, particularmente, aos significados atribuídos ao cumprimento deste tipo de medidas (Butt, 2014).

Torna-se ainda pertinente referir que algumas destas abordagens genéricas à criminalidade feminina e construção da identidade se centram em populações juvenis, procurando analisar as experiências e os significados das jovens mulheres envolvidas no crime. Uma vez mais, os objetivos convergem para a

compreensão do significado que as jovens mulheres dão às suas experiências de violência, enquanto agressoras e também como vítimas (Burman, Brown, & Batchelor, 2003).

Um estudo realizado, em Portugal, por Antunes e Pinto (2011) revela que quando as mulheres cometem homicídio, quase sempre o fazem em contexto familiar e conjugal. As mulheres que cometem homicídio conjugal encontram-se maioritariamente na faixa etária entre os 40 e os 59 anos, seguindo-se as mulheres dos 19 aos 24 anos que referem ter sido vítimas de violência sexual (cerca de 50%).

O conceito do homicídio causado por maus-tratos é um crime cometido exclusivamente por mulheres, sobre os seus maridos ou companheiros, quando foram vítimas de maus-tratos prolongados. São referidas sobretudo situações em que as mulheres viveram apenas uma relação conjugal, com registo de maus-tratos desde o início, e que assumiram uma continuidade ao longo da relação, prolongando-se por largos anos, constituindo o crime a alternativa trágica ao fim da conjugalidade e, por consequência, aos concomitantes maus-tratos (Carmo, 2008).

Nas situações em que a mulher comete um crime violento após ela mesma ter sido vítima de violência doméstica continuada, o funcionamento do direito com base nos estereótipos de género torna-se evidente. Em casos de homicídio, a mulher tende a ser mais penalizada quando mata o marido do que na situação inversa. Atendendo aos estereótipos que resultam da construção social de género, a tendência na interpretação da lei ocorre no sentido de as ações do marido serem mais facilmente justificadas (*e.g.*, a masculinidade passa pela defesa da honra por parte do homem). Nestes casos, a probabilidade da pena da mulher ser atenuada pelo critério de legítima defesa é diminuta, uma vez que pressuporia a ocorrência do crime imediatamente após um episódio de violência, o que raramente acontece pela situação de vulnerabilidade da mulher nesse momento. Verifica-se, então, que algumas mulheres sofrem anos de abuso, sem que essa circunstância sirva de atenuante na estipulação da pena a cumprir. Esta constatação conduz a que, a par das críticas tecidas ao sistema de justiça (penal) pelo tratamento diferenciado em função do género, surjam também críticas pela tendência para que, de modo aparentemente paradoxal, as mulheres sejam punidas como se fossem homens (Antunes & Pinto, 2011).

2.4. Perceção da mulher sobre a reclusão

A ida para a prisão e a permanência na instituição prisional correspondem invariavelmente ao maior desafio identificado na vida destas mulheres. No estudo efetuado por Matos e Machado (2007), uma das reclusas entrevistadas, afirma que: “*o maior desafio da minha vida é estar presa*¹¹”. Na construção destes episódios de desafio, as reclusas centram-se genericamente na dificuldade inerente à vida

¹¹ Joana (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Matos e Machado (2007)

prisional: “*não é nada fácil estar aqui, termos que viver aqui*”¹², concretizando, por vezes, as circunstâncias associadas a essa dificuldade. Estarem “*fechadas mesmo sabendo que o mundo lá de fora está à espera ou levar com ordens e ter razão*”, são exemplos dessas circunstâncias. Central é igualmente o discurso sobre o esforço de adaptação: “*estar detida requer um esforço de adaptação muito grande para no final irmos outra vez lá para fora*”¹³ (Matos & Machado, 2007).

Predominantemente, o relato das reclusas é de uma viragem positiva, mas surgem expressões que mostram que não é pacífica a escolha deste discurso, como se não fosse legítimo dar uma significação positiva à prisão. No estudo de Silva (1990) uma das entrevistadas salienta: “*não estou, não posso dizer que estou mal, que isso é mau para os outros, e não posso dizer que gosto, mas por um lado, até foi bom, ter vindo para a prisão. Quer dizer, não foi bom, foi mau, mas a pessoa que me fazia mal, já não está cá para me fazer mais mal*”¹⁴ (Silva, 2009).

Na construção narrativa do maior desafio das suas trajetórias de vida, algumas mulheres são capazes de interpretar positivamente o desafio da reclusão, como algo que lhes permite conhecer capacidades que desconheciam possuir: “*eu acho que é aqui que a gente nos conhecemos a nós mesmas*”. Outras mulheres, porém, referem apenas os aspetos negativos do desafio e como este lhes traz ou pode trazer consequências de extrema inadaptação, até à ideação suicida: “*estar presa é um desafio, o que não sei é se eu passo por cima (...) estar aqui dentro, da maneira que isto é, sem cometer nenhuma loucura é muito tão difícil, mas tão difícil que às vezes dá vontade de morrer*”¹⁵ (Moreira, 2008).

A outra razão está relacionada com os papéis que a mulher desempenha fora do contexto prisional (e.g., papel maternal), cuja interrupção pela circunstância da reclusão é altamente perturbadora para a mulher, desde logo pela elevada pressão social de que é alvo para se dedicar à família. Importa, ainda, notar que devido à escassez de estabelecimentos prisionais femininos, a reclusão da mulher implica com frequência o afastamento geográfico em relação à família, sendo este um dos problemas mais descritos no contexto da reclusão feminina (Pollock, 1998).

Ainda em relação ao cumprimento de penas, Fonseca (2010) refere a inadequação do recurso a medidas privativas de liberdade no caso das mulheres, quer porque estas usualmente não representam uma ameaça social, quer porque as suas trajetórias são com frequência marcadas por diversas formas de vitimização. A entrada para o estabelecimento prisional é construída como uma viragem positiva no percurso de vida das mulheres, na medida em que é associada ao final de experiências que elas revestem de significações negativas. Particularmente, a ida para a prisão é relacionada com o terminar de situações de abuso continuado ou com o final dos consumos de drogas, prostituição ou roubos (Matos & Machado, 2007).

¹² Sofia (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Matos e Machado (2007)

¹³ Susana (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Matos e Machado (2007)

¹⁴ Odete (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Silva (2009)

¹⁵ Adelaide (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Moreira (2008)

Os significados positivos da entrada para o estabelecimento prisional estão também associados ao significado da prisão como contexto que permite às reclusas “crescer” enquanto pessoas, ilustrado nas palavras de uma mulher para quem “ter vindo de cana” a fez amadurecer: *“hoje eu falo com as pessoas todas, quase todas me dizem que eu não sou a mesma pessoa que conheceram há uns anos atrás. É normal, as pessoas crescem, não é? As próprias pessoas com que eu convivo 24 horas por dia dizem que eu estou mais madura, mas isso é normal, a prisão põe-nos assim”*¹⁶ (Cunha, 2008).

2.5. Reintegração social e reeducação da população reclusa

A reclusão produz efeitos destrutivos para a personalidade da pessoa, pois o conduz à perda de sua autoimagem, da identidade e da autoestima. Ao invés de assegurar padrões de comportamento e de convivência o mais próximo possível da vida em liberdade, o trato prisional incentiva à pessoa a adequar-se ao mundo da prisão (Cunha, 1994).

Ao sair da prisão, após o cumprimento de uma pena mais ou menos longa, o sentenciado nada mais tem em comum com o mundo que o discriminou: os seus valores não são idênticos, como diversas são suas aspirações, os seus interesses e seus objetivos. A volta à prisão funciona como retorno ao lar, e assim perpetua o entra e sai da cadeia (Siqueira, 2001).

Diferentemente do tradicional, o conceito moderno procura conhecer a pessoa em reclusão, conhecer as suas aspirações e as verdadeiras motivações de sua conduta criminosa, o que ela representou dentro do seu contexto familiar, ambiental e histórico. É crucial conhecer a história de marginalização social, a qual provocou um processo de deterioração social e até mesmo psíquica (Soares & Ilgenfritz, 2002).

Neste sentido, devem estudar-se os fatores sociais e individuais que promoveram e facilitaram a criminalização por parte do sistema penal e a vulnerabilidade do encarcerado perante o sistema punitivo (Albino, 2009). Em termos de intervenção, é importante para o recluso ser visto como um cidadão e desenvolver estratégias de reintegração social (Siqueira, 2001).

O trabalho prisional deve proporcionar estratégias de intervenção que atuem direta ou indiretamente na execução da pena (Costa, 1999). Neste particular, é fundamental existir uma prática profissional que acima de tudo respeite a pessoa em reclusão, que a entenda em toda a sua dimensão histórica, que permita que participe do processo de reintegração como pessoa e não como objeto (Sengulane, 2003).

Desta forma, o trabalho prisional não deve ter a pretensão de consciencializar a pessoa em reclusão sobre seus erros no passado, mas sim, daquilo que pode fazer no futuro, dando-lhe oportunidades de se redescobrir e de ter uma visão construtiva dos seus deveres, direitos e qualidades (Machado, 2009).

O termo ressocialização, reintegração social e correção tem sido muito usado no léxico dos sistemas prisionais em diferentes lugares e se referem a necessidade de isolar os indivíduos de forma a corrigir

¹⁶ Bruna (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Cunha (2008)

seus possíveis comportamentos desviantes. Neste ponto interessa mais o conceito de ressocialização. Segundo Silva (2009), a ressocialização tem como objetivo a humanização da passagem da pessoa reclusa no estabelecimento prisional. Aqui a ideia é que não basta castigar o indivíduo mas, orientá-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado na sociedade de maneira efetiva de modo a evitar a reincidência.

O sistema prisional torna-se assim um sistema reabilitador, que indica a necessidade de desenvolvimento de atividades cujos objetivos passam pela necessidade de humanizar a pessoa que se encontra em situação de conflito com a lei (Patto, 2008).

CAPÍTULO 3. COMPORTAMENTOS E PRÁTICAS DE SOBREVIVÊNCIA DAS MULHERES ANGOLANAS EM RECLUSÃO

Entender o que é uma prisão é tão complexo como a própria dinâmica social e vai muito além do seu propósito aparentemente simples de uma instituição destinada ao cumprimento das medidas privativas de liberdade (Almeda, 2003).

O problema sustenta-se em duas premissas: (1) as mulheres em regime de reclusão estão em isolamento por serem consideradas perigosas aos demais membros da sociedade, sendo por isso necessários corrigi-las e ressocializá-las; (2) a reclusão leva a adoção de estilos de vida característicos e que criam condições para que determinadas dinâmicas sociais sejam observáveis. Tais dinâmicas resultam das interações sociais que se estabelecem dentro do recinto prisional. Assim, as hipóteses são construídas no sentido de compreender a reclusão do ponto de vista da reclusa e das relações que a mesma mantém com as suas companheiras e com o pessoal que se encarrega de gerir e administrar o recinto prisional (Alvim, 1991).

3.1. O sistema prisional em Angola

A história dos Serviços Prisionais começa com a reforma prisional de 1936 que surgiu em conjunto com o sistema jurídico. No entanto a lei só entrou em vigor em 1955, com o (Decreto-Lei nº 39.997/54, de 29 de Dezembro), publicado no Boletim Oficial de Angola de 3 de Fevereiro do mesmo ano. Tendo por base este documento jurídico e de forma a dar resposta ao elevado índice de criminalidade que assolava a cidade de Luanda foi construída a Cadeia Central de Luanda, com o seu respetivo quadro e administração, seguindo-se a construção das cadeias Comarcas, a Colónia penal da Damba em Malanje e mais recentemente o Campo de Trabalho Prisional de Viana (Ningoso, 2009).

Após a consolidação do sistema colonial construíram-se no interior do país pequenos edifícios com suporte legislativo legal e funcional nas províncias do Lubango, Lobito, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Cabinda Waco-Kungo que foram apelidadas de comarcas. Algumas delas foram construídas de raiz, nomeadamente a penitenciária do Peu-Peu, a do Sumbe e a de Malange; e as Cadeias do Bié, Benguela e Huambo foram ampliadas.

Até 1951, os Serviços Prisionais dependiam dos Serviços Militares, mas pouco tempo depois passaram a ser tutelados pela Procuradoria da República, depois pelo Ministério da Justiça e mais tarde da Secretaria de Estado para Ordem Interna com a entrada em vigor da Lei nº 12/78, de 26 de Maio, cujo protocolo de transição teve lugar a 17 de Fevereiro de 1979, com a criação do Ministério do Interior. Em Junho de 1981, foi instituída a Direção Nacional dos Serviços Prisionais que se mantém até hoje (Hossi, 2011). Após o 11 de Novembro 1975, data da independência de Angola, os Serviços Prisionais continuaram a funcionar de acordo com as leis coloniais, mas tendo sempre em conta o facto de não

contrariarem o processo revolucionário em curso. Neste sentido, foi necessário adotar um regulamento do regime progressivo penitenciário, que atribuísse uma nova classificação às Unidades Prisionais, e que passou a regulamentar toda vida prisional, numa perspetiva de reeducação e ressocialização dos delinquentes.

Em 1992, registou-se uma das maiores guerras civis em Angola, consequência das transformações políticas ocorridas nessa altura. A reforma prisional proposta em 1936 ressurgiu nessa altura e permitiu que fossem atribuídos aos Serviços Prisionais responsabilidades específicas, entre as quais: a dinâmica da visão humanista da liberdade, da dignidade pelo ser humano, de respeito pelos princípios universais dos Direitos Humanos, das regras mínimas das nações fundadas para o tratamento dos condenados e por fim das pessoas sujeitas à medidas de segurança. A partir de 1999 e de acordo com o determinado nos artigos 23 e 29 do Decreto-Lei nº 11/99, de 9 de Junho, os serviços prisionais passaram a fazer parte do Ministério do Interior.

No âmbito do projeto de remodelação e de humanização das prisões realizado pelo Ministério do Interior, foi reinaugurado, em 2006, o Complexo Prisional de Viana em Luanda composto por dois estabelecimentos prisionais: um masculino e um feminino. A partir desta data é dada a possibilidade de o recluso(a) se reintegrar após o cumprimento da pena, através de um processo produtivo. O Estabelecimento Prisional Feminino de Viana, localizado em Luanda, tornou-se a primeira Unidade Prisional destinada a albergar mulheres (CEAR, 2001).

Este estabelecimento prisional feminino é o único da capital e ocupa uma área de aproximadamente de 400 metros quadrados, onde se incluem três blocos prisionais com um total de 8 casernas, uma das quais é exclusivamente para gestantes. Existe outra para reclusas estrangeiras, outra para jovens e as restantes 5 para todas as outras reclusas. Todas as casernas possuem instalações sanitárias completas.

Figura 2. Estabelecimento Prisional de Viana, em Luanda



Além das referidas casernas, dispõe de um espaço destinado às visitas, uma cozinha, uma lavanderia, uma creche, um posto médico, um amplo pátio, um pavilhão de visita conjugal constituído por cinco quartos privativos, que podem ser usados pelas reclusas mais disciplinadas por um período de duas horas (durante as visitas familiares), uma pastelaria, um salão de beleza, uma sala de corte e costura, uma sala com revistas, 9 celas disciplinares e uma área administrativa.

O Estabelecimento Prisional de Viana tem capacidade para albergar 450 reclusas, mas atualmente é ocupado por 310 reclusas, das quais 148 estão detidas e 162 condenadas. É importante salientar que, ao contrário do que acontece noutros estabelecimentos prisionais do país, este não está superlotado.

Quadro 1. Distribuição por tipo de crime

	Condenadas	Detidas
Homicídio involuntário	80	30
Homicídio voluntário	72	19
Homicídio perintencional	2	4
Infanticídio	1	0
Outros	7	105

Este estabelecimento prisional é responsável pela segurança e pela custódia das reclusas que lá se encontram por decisão judicial de outros órgãos competentes. Compete-lhe, ainda, a promoção da inserção dos internos e o zelo pelo seu bem-estar, através da profissionalização, educação, prestação de assistência judicial, psicológica social, médica, religiosa e material.

3.2. Realidade urbana *versus* realidade rural

Nas comunidades rurais, a mulher constitui o pilar da vida familiar e doméstica, cabendo-lhe pesadas responsabilidades nos domínios da educação dos filhos, dos proventos do agregado familiar e da gestão da vida doméstica e muitas vezes, por necessidade de sobrevivência, acaba por se inserir no mundo do crime.

Em 2001, a população pobre foi estimada em 66%, enquanto 26% dos habitantes viviam em condições de pobreza extrema. Em 2007, o nível de pobreza diminuiu para 56%, mas segundo o Inquérito aos Agregados Familiares sobre Despesas de 2010 (República de Angola, 2008-2009) cerca de 37% da população vive, atualmente, abaixo da linha nacional de 1 dólar (USA) por dia. Em 2014, os resultados preliminares do Censo 2015, revelam que cerca de 36% da população vive abaixo do limiar da pobreza (PAANE II, 2015).

Verifica-se, ainda, que essa percentagem é significativamente maior na população rural (58%) em comparação com a população urbana (18.7%). Existe uma grande disparidade regional no que se

refere à incidência de pobreza: de 17% em Luanda, Bengo, Malanga e Kwanza Norte para 55% no Huambo, Bie, Bengela e Kwanza Sul (República de Angola, 2010). A pobreza é mais grave e está mais disseminada no campo do que nas cidades e é maior nos agregados familiares chefiados por mulheres na zona rural. Um estudo desenvolvido por Van Klaveren (2009) revela que entre os 20% da população mais pobre de Angola, 60% correspondem a agregados familiares chefiados por mulheres.

Rocha (2010) acrescenta que essa desigualdade se verifica ao nível dos serviços básicos, como se pode verificar no quadro seguinte:

Quadro 2. Acesso aos serviços básicos

Serviços básicos	Urbano	Rural
Eletricidade	66.3%	8.6%
Água	59.7%	22.8%
Saneamento	84.6%	31.1%

(Adaptado de Rocha, 2010)

Com o objetivo de acabar com este flagelo, o Governo elaborou alguns documentos estratégicos onde são integradas as várias medidas de erradicação da pobreza de modo a reforçar a Estratégia de Combate à Pobreza, entre os quais um documento de longo prazo denominado Angola Visão 2025 (República de Angola, 2009).

O meio rural em Angola, onde vive cerca de metade da população, pode ser caracterizado, em linhas gerais, por indicadores desfavoráveis que configuram um quadro de baixo desenvolvimento, marcado por: modo de vida simples, à margem das tecnologias e do mundo letrado; recurso a ferramentas e equipamentos tradicionais; povoações dispersas, isoladas, com limitadas condições básicas de vida; elevados índices de pobreza e de analfabetismo (46% para os homens e 66% para as mulheres); apenas 31% da população rural com acesso a fontes de água potável; tradições culturais enraizadas e preservação da identidade cultural; valorização dos ritos de passagem à idade adulta; prevalência de lógicas da gerontocracia; algum fechamento à influência externa, acentuando uma tendência ao conservadorismo (Silva & Carvalho, 2009).

Neste meio, a função social da mulher liga-se ao casamento, à maternidade e à educação dos filhos, fatores dos quais depende a sua dignidade. Valoriza-se a sua função de educadora expressa no provérbio que afirma que “*se se quer educar um homem, eduque-se a criança, se se quer educar uma aldeia, eduque-se a mulher*”¹⁷. Apesar disso, a sua visibilidade social é reduzida e a sua intervenção na vida comunitária raramente extravasa o contexto doméstico. Este quadro desfavorável torna difícil a vida às pessoas, remetendo-as para condições pouco dignas de existência, com reflexos negativos na assunção da cidadania. Em contrapartida, estas pessoas agarram-se à tradição cultural mediante a qual

¹⁷ Provérbio angolano proveniente da cultura *bantu*

tentam resgatar o sentido de identidade e dignidade, reportados aos valores da comunidade (Gonçalves & Lopes, 2006).

Para além da interposição externa na formação da identidade da mulher, existe também outro fator de importante relevância: o *background* de cada mulher, pois o mesmo difere de mulher para mulher. O meio social em que está ou foi inserida, o lugar que a mesma ocupa na família, se pratica algum tipo de fé e qual, as suas habilitações e a sua intervenção publicamente (Jorge, 1988).

A ausência de estudos sobre as mulheres africanas com estudos das classes média e alta e as inúmeras críticas que se referem a aplicação de análises tipificadas em género no espaço africano destacam o engrandecimento da pobreza, do rural e do exótico (Pereira, 2011).

Algumas mulheres adotam múltiplas religiões; têm agregados familiares de tamanhos diferentes; algumas são até chefes de família e têm múltiplas identidades. Esta situação deve-se ao facto de, na sua infância algumas terem sido educadas no Congo-Brazzaville e no Congo-Kinshasa, outras foram deslocadas durante a guerra civil para a capital e outras nasceram em Luanda, contudo, também exibem características comuns e inúmeras singularidades.

Diversos autores debateram a estruturação social entre as sociedades africanas e as ocidentais como sendo problemática pelo facto de serem tão diferentes, especialmente no que diz respeito ao conceito de família. O patriarcado mantendo-se dominante e o papel da mulher anterior ao processo colonial ser além das tarefas relacionadas com os filhos, sim porque as mulheres quase eram obrigadas a ter filhos e a cuidar deles, o de “escrava” das tarefas inerentes à casa, tal como a confeção de utensílios domésticos, o abastecimento de água e as tarefas agrícolas (Valente, 2001).

Temos como exemplo a cultura *bantu* que sem dúvida representa a especificidade das populações da África negra. Possuem uma grandiosa influência na vida comunitária em Angola em especial no contexto rural, sendo que ainda é preservada da influência cultural resultante da colonização, da modernização e da globalização. É uma cultura caracterizada por um regime de patriarcado onde o poder dos homens e dos anciãos prevalece. O papel secundário nas sociedades patriarcais, pertence à mulher dado que a sua principal função é servir o homem, a sua contribuição é somente visível no contexto privado, na gestão do lar, assumindo um papel preponderante como esposa, mãe e educadora. Ambos os sexos são sujeitos a rituais de passagem à vida adulta, parte daí o estatuto de membros de pleno direito, por essa razão as raparigas acabam por abandonar e muitas vezes não regressam, dado ao seu casamento precoce pois o mesmo é o que concretiza a sua realização como pessoa. Deste modo as mulheres raramente concluem a escolaridade obrigatória pois aos olhos do patriarcado para se tornar doméstica, a escolaridade não faz falta (Pereira, 2011).

No meio rural de forma geral verificam-se: (1) valores culturais tradicionais limitativos da autonomia e importância social da mulher; (2) manutenção dos ritos de passagem como forma de legitimar o papel social da mulher na comunidade; (3) diferenciação marcada de papéis sexuais reservando à

mulher destaque no contexto doméstico; (4) educação escolar como perda de tempo (não produtiva, não valoriza a tradição); (5) acesso à escola dificultado (distâncias, escassez de recursos/equipamentos); (6) representações sociais sobre a mulher: submissa, ao serviço do homem, mãe e doméstica; (7) dependência da mulher reforça o seu estatuto e credibilidade; (8) valor da mulher associado ao casamento, à maternidade e vínculo à família; (9) lugar da mulher é em casa, por isso não precisa da escola para nada.

No meio urbano constata-se que: (1) os valores culturais sincréticos (liberais) são favoráveis à expressão da liberdade e afirmação da mulher; (2) os ritos têm sido paulatinamente abandonados por influência do modo de vida urbano; (3) o reconhecimento da igualdade de género e diluição de papéis, favorece a expressão da igualdade de género; (4) a educação/escolarização é um fator de mobilidade e afirmação social; (5) o acesso à escola é facilitado, embora possam persistir dificuldades económicas; (6) a mulher é igual em direitos, ativa nos negócios e participante da renda familiar; (7) tem autonomia devido à participação na criação do rendimento familiar; (8) afirma o seu valor por mérito próprio e conquista o seu espaço social; (9) e a escolarização é considerada um fator importante (Pereira, 2011).

No contexto rural, de forma geral, assiste-se à sua subalternização contrariamente no meio urbano a mulher encontra maiores condições para a sua afirmação e emancipação social. No meio rural, A condição de mulher adulta no meio rural, é conquistada mediante os ritos iniciáticos. Nestes, a mulher prepara-se para assumir os papéis de esposa e mãe, de gestora do lar e da vida familiar. A construção social do género feminino reporta a valores culturais que retiram à mulher o seu valor, diminuindo-a enquanto “ator social” dado que a sua participação social é restringida ao contexto doméstico. A forma de limitar as oportunidades da mulher de intervenção na comunidade para que ela não aceda plenamente à cidadania social, é a total submissão da mulher rural a rituais de passagem.

De acordo com o descrito mais uma vez se realça a não escolarização das raparigas pois o seu destino já se encontra traçado em função dos interesses masculinos tendo apenas no seu horizonte o lar, a família. É um “destino” marcado pela tradição que impede as mulheres de o poder contrariar. A cidadania, enquanto património de todos, não é restringida a interesses de comunidades que não partilham os valores democráticos da igualdade de direitos e da dignidade humana neste contexto qualquer corrente ideológica que defenda concepções de cidadania reportadas a valores e práticas culturais em particular, que condicione os seus direitos cívicos e/ou discrimine em função do género, não pode ter acolhimento.

3.3. A importância do suporte social

A rede social é uma estrutura composta por pessoas ou organizações conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Segundo Sousa (2008) é a sua abertura que possibilita relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes da mesma.

Entre os reclusos um dos aspetos observáveis é a existência de relações e interações sociais entre os mesmos. A interação social é aqui definida como sendo o processo através do qual as pessoas se relacionam umas com as outras, num determinado contexto social (Gonçalves, 1993). A interação apoia-se no princípio da reciprocidade da ação e é reconhecida como condição necessária para a organização espaciotemporal. Ou seja, os atos dos indivíduos não são independentes, mas sim condicionados pela perceção do comportamento do outro. Entre os reclusos são estabelecidas interações que estão totalmente condicionadas ao espaço em que se encontram e que sem sombra de dúvida determinam sua sobrevivência naquele espaço. É observável que tais interações originem o aparecimento de certas redes e relações sociais relativamente consolidadas e consistentes. As redes sociais seriam pois as relações e conexões entre os indivíduos num determinado espaço e são determinantes para que os mesmos se integrem e sobrevivam em colaboração com os outros (Maia, 2000).

No geral, as prisões possuem uma contínua falta de condições sanitárias e de acesso a serviços de saúde básicos, encontram-se num estado de extrema degradação, com algumas áreas inabitáveis, pobres infraestruturas físicas. Desta forma, as reclusas confrontam-se com condições precárias e falta de acesso à água potável, alimentação frágil, sanitários atrozes, falta de equipamentos de limpeza, acesso limitado a casas de banho e a falta de bens básicos, como pratos, camas, cobertores e roupa. Somente as reclusas que recebem apoio dos seus familiares possuem condições ligeiramente mais aceitáveis (Frinhani & Souza, 2005).

A qualidade do tratamento médico é variável de prisão para prisão, no entanto muitas vezes existe uma enorme falta de medicação e de instalações hospitalares adequadas bem como falta de disponibilidade do pessoal de serviços prisionais para transferir os reclusos para os hospitais fora das prisões (Gonçalves, 1993).

A reclusão emerge nestas narrativas como um novo contexto de vida, que se define através de alterações relacionais com familiares e amigos. O principal elemento da cena da reclusão é a mudança na natureza dos laços sociais. As mulheres parecem ter dado um novo significado as suas relações familiares em torno de sentimentos de preocupação e culpabilização. A circunstância da reclusão é diretamente associada ao sofrimento de familiares, sendo este sofrimento, por sua vez, fonte de culpabilização das reclusas: *“está tudo a sofrer por minha causa, eles dizem que não, mas eu sei que a culpa é minha”*. É igualmente associado à reclusão o aparecimento de doenças, quer físicas, quer psicológicas, em familiares: *“o meu pai agora teve uma trombose, não está muito bem”*, bem como o início de consumos de álcool e drogas em pais e irmãos: *“ele meteu-se no álcool desde que eu vim presa, ele já bebia os seus copitos, mas piorou muito desde que eu vim presa¹⁸”*. Todos estes problemas para estas mulheres derivam do facto de estarem detidas, o que revela alguma idealização do contexto familiar antes da prisão (Almeda, 2003).

¹⁸ Celina (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Almeda (2003)

Efetivamente, as descrições familiares são feitas como se antes de serem detidas todo o seu contexto familiar – físico, psicológico, relacional ou financeiro – fosse completamente isento de todo e qualquer tipo de problemas e os mesmos só tivessem surgido após a prisão das mesmas. Como exemplo as palavras de uma mulher que numa só frase sintetiza esta mesma ideia: “*eu carrego muitos pesos às costas por estar aqui, vejo a minha mãe doente, o meu pai com álcool, a minha irmã muito magra, com um nódulo no peito, que eu acho que é tudo relacionado com os nervos por eu estar aqui, depois a minha outra irmã com uma gravidez de risco*¹⁹”. As mulheres concentram as suas narrativas da prisão no exterior, e em particular nas condições de vida dos familiares e nos novos contornos da sua relação com eles.

O principal apoio destas mulheres são o suporte social. Para Costa e Rodrigues (2007, p. 141-142; cit. por Pereira, 2011), os laços e relações familiares “*envolvem múltiplas dimensões, não necessariamente regulares, e implicam trocas (contribuições, retribuições e redistribuições) de diversa ordem e sentidos contraditórios (liberdade e obrigatoriedade, espontaneidade e normas, fidelidades e jogos de interesse)*”.

Muitas destas mulheres declaram que existe como que uma retribuição e reconhecimento pelo esforço que fizeram ao cuidar e educar os seus irmãos e por essa razão ao recebem apoio financeiro mensalmente dos mesmos. Tendo em conta as suas possibilidades, os familiares ajudam como podem. É de ressaltar que a família é percecionada de uma forma mais alargada, não é vista somente pelo agregado familiar, mas também incluindo familiares que ficaram nas províncias (Matos & Machado, 2007).

As práticas familiares devem ser analisadas tendo em vista o papel dos diferentes atores, englobando os membros de várias gerações que não vivem, necessariamente, sob o mesmo teto, nem na mesma região. Os laços de parentesco imediato são os laços mais fortes e, em situação de crise, a principal fonte de apoio está nas relações de parentesco dentro da família nuclear, principalmente entre pais e filhos. Significando assim que as pessoas que perderam estes laços de parentesco imediato dificilmente encontram outros apoios em momentos de dificuldades, especialmente no caso dos idosos e dos deficientes (Pereira, 2011).

As interações sociais entre as reclusas e a sua necessidade de suprimir determinadas necessidades levam a que as mesmas formem redes sociais nas quais consigam encontrar algumas das coisas que o recinto prisional não lhes dá. Desta forma, é criada uma sub-dinâmica dentro de um sistema institucional mais amplo. É também facilmente observável o desenvolvimento do comércio informal de pequena escala e que em parte “alimenta”, essas redes sociais que as reclusas estabelecem entre si. Porém, há também que considerar as redes e as ligações existentes com o pessoal que vigia e gere o recinto prisional. Neste âmbito é notório que as reclusas estabelecem algumas relações informais com

¹⁹ Dália (nome fictício) – Reclusa entrevistada por Almeda (2003)

algumas das guardas prisionais de forma a obter alguns benefícios tais como, não ser escalada para determinadas atividades que sejam classificadas como pesadas pelas reclusas ou por exemplo obterem mais tempo de visita comparativamente a outras reclusas (Butt, 2014).

Para além do pessoal do recinto prisional as redes e os contactos informais também envolvem as reclusas. São esses contactos informais com o pessoal administrativo que possibilitam a aquisição de bens e serviços legalmente proibidos na prisão ou ainda obter alguns privilégios que as restantes não obtêm. Existe também o processo de formação de pequenos grupos de sociabilidade entre as reclusas que não deve ser ignorado. Os mesmos não são rigidamente estruturados e nem procuram seguir objetivos comuns a todos os que os integram; formam-se das relações de proximidade extra ou intra cadeia, com base na origem étnica ou provinciana, entre outros aspetos. O facto é que esses grupos agem como parte de todo o sistema de reclusão (Soares & Ilgenfritz, 2002).

Importa, salientar que o comércio informal é uma das principais práticas de sobrevivência das reclusas, tanto para quem vende como para quem compra. Por um lado quem vende adquire alguns privilégios (*e.g.*, maior facilidade de circulação) e quem compra adquire estatuto social porque significa que tem posses para o fazer. Entre os produtos mais vendidos encontram-se: comida, roupa e produtos de beleza (*e.g.*, cabelo, unhas).

3.3.1. Experiências adversas durante a infância

Utilizar o termo experiências adversas durante a infância pode-nos levar a pensar numa diversidade imensa de situações de vida que são suscetíveis de ameaçar o equilíbrio do ser humano, podendo as mesmas contrastarem entre viver num ambiente socialmente desfavorecido até à mais dramática experiência de guerra. Dong, Anda, Dube, Giles e Felitti (2003) defendem que a existência de uma experiência adversa durante a infância aumenta a prevalência de ter experiências adversas adicionais ao longo da vida.

Vários investigadores (*e.g.*, Chapman et al., 2004; Figueiredo et al., 2002) defendem que as múltiplas experiências adversas a que um indivíduo é sujeito durante a infância só podem ser avaliadas se forem estudadas, pois só assim é possível perceber se existe uma relação gradual entre a exposição a experiências adversas durante a infância com os resultados sociais e a saúde.

Os autores do *Adverse Childhood Experiences Study (ACE Study)* seguindo a linha de pensamento acima descrita definem as experiências adversas que podem suceder durante a infância tais como: sofrer até aos 18 anos, de algum tipo de abuso pessoal, abuso físico recorrente, abuso emocional recorrente e/ou abuso sexual; e/ou crescer num ambiente familiar disfuncional caracterizado pela presença de membros consumidores de substâncias, ou membros que já estiveram ou estão presos, ou/e deprimidos, que já tentaram o suicídio ou que estão institucionalizados devido a doença mental, que viram a mãe ser maltratada, filhos de famílias monoparentais, filhos de pais divorciados ou o facto

de ser órfão; e/ou ser negligenciado em termos físicos ou emocionais (Felitti et al., 1998; Silva & Maia, 2008).

Figueiredo e colaboradores (2002) referem que a maioria de crianças que é sujeita a diferentes tipos de maus-tratos é também alvo de experiências repetidas. Sendo que os maus-tratos físicos têm consequências psicológicas e os maus tratos psicológicos têm consequências físicas. Azevedo e Maia (2006) fazem a distinção entre maus-tratos ativos e maus-tratos passivos. Sendo que os primeiros referem-se aos comportamentos e discursos que implicam o uso da força física, sexual ou psicológica e que pela sua intensidade e frequência, provocam danos às crianças. O autor entende que toda e qualquer omissão ou insuficiência de cuidados que prejudiquem o bem-estar da criança como maus-tratos passivos. Na categoria de maus-tratos ativos encontra-se o abuso físico, o abuso sexual e o abuso psicológico, e na categoria de maus-tratos passivos encontramos a negligência e o abandono.

Alberto (2006) apresenta-nos as seguintes formas de maus-tratos infantis:

- A negligência e o abandono são sem dúvida a forma mais frequente de maltrato. Ocorre quando os cuidadores não assumem a sua função, que é a de cuidar da criança e numa falha consecutiva não respondem às necessidades essenciais para o desenvolvimento da mesma (*e.g.*, alimentares, médicas, sociais, escolar e afetivas). Os cuidadores não se relacionam com as crianças, chegando mesmo a ignorá-las (Alves & Maia, 2010).
- O maltrato psicológico pode ser estudado como uma única entidade que assume diferentes formas, pois está presente em todos os tipos de maus-tratos. Alberto (2006) considera cinco categorias distintas de maus-tratos: rejeitar; aterrorizar (ameaçar de abandono, de castigos corporais, de morte), isolar (impedir de interagir com os outros), ignorar (reduzir a estimulação táctil, intelectual e emocional) e corromper (incentivo a atividades antissociais e autodestrutivas).
- O abuso físico consiste em toda a violência exercida contra a criança, muitas vezes considerada na sua dimensão disciplinar e educacional baseada em pressupostos socioculturais, que abrange também, inevitavelmente uma dimensão psicológica (Felitti, 2002).
- O abuso sexual além da dimensão psicológica tem também uma dimensão. Neste âmbito, pode ser definido como qualquer experiência sexual, forçada ou não, sendo que a vítima menor de 18 anos. Abrange experiências mais passivas (*e.g.*, exibição de pornografia) ou/e a relação sexual propriamente dita (*e.g.*, genital, anal e/ou oral). O abuso sexual pode ter diferentes formas de interação, nomeadamente o incesto (abuso inter-familiar), o abuso sexual por estranhos e a pedofilia.

Felitti e colaboradores (1998) inserem no seu estudo sobre experiências adversas durante a infância quer as experiências de que o sujeito é vítima diretamente, quer um conjunto de situações inadequadas que fazem parte do ambiente familiar:

- O abuso emocional é dirigido a sujeitos com menos de 18 anos, através do uso de palavrões, insultos ou atos que o deixam com medo de ser magoado fisicamente. Usualmente, este tipo de abuso, é preconizado por algum parente ou outro adulto que pertence ao ambiente em que o sujeito está inserido.
- O abuso físico ocorre quando o sujeito com menos de 18 anos fica com marcas ou sai magoado fisicamente quando algum parente ou adulto pertencente ao seu ambiente familiar o puxa, agarra, esbofeteia ou atira algo com que o possa magoar.
- O abuso sexual advém quando um algum adulto ou individuo pelo menos 5 anos mais velho, toca ou acaricia de uma forma sexualizada e/ou se toca a ele próprio de uma forma sexualizada na presença de um menor, e/ou tenta algum tipo de relação sexual (*e.g.*, oral, anal vaginal).
- A negligência emocional verifica-se sempre que os familiares não fazem o menor sentir-se amado, especial, protegido e apoiado.
- A negligência física refere-se a tudo o que envolva falta de cuidados com o menor, tais como: não o alimentar adequadamente, não lavarem a sua roupa ou terem cuidados de higiene com o mesmo, não levar o ao médico ou não proporcionar quaisquer tipos de cuidados de saúde. Muitas vezes este tipo de negligência é preconizado por familiares que abusam de bebidas alcoólicas de tal modo que não possuem capacidade de cuidar do menor (Sani, 2006).
- A disfunção familiar ocorre quando: a mãe/cuidadora é maltratada à frente do menor (*e.g.*, agarrada, pontapeada, esbofeteada, espancada durante algum tempo e/ou ser ameaçada com uma faca/arma ou mesmo ser agredida com estes objetos); os familiares são consumidores de substâncias (*e.g.*, álcool, droga); os familiares têm doenças mentais (*e.g.*, depressão, ideação suicida); os pais estão divorciados; e algum(s) membro(s) da família se encontra preso (Anda, Whitfield, Felitti, Chapman, Edwards, Dube, & Williamson, 2002).

A percentagem de indivíduos que vivem experiências adversas durante a infância é extremamente elevada, em todo o mundo, e é um facto de conhecimento geral. Viver em adversidade pode produzir nas suas vítimas efeitos nefastos de maior ou menor gravidade consoante o grau/intensidade, frequência, duração e idades das vítimas (Green et al., 2005). Azevedo e Maia (2006) reforçam esta noção e referem que os maus tratos provocam consequências reversíveis ou irreversíveis, a curto e/ou a longo prazo mais ou menos graves, no processo de desenvolvimento, com repercussões a vários níveis: físico, cognitivo, emocional, comportamental, social, emocional e moral.

As experiências emocionais traumáticas na infância, muitas vezes, tornam-se doenças físicas na idade adulta o que demonstra que o tempo não cura, nem possibilita esquecer tais experiências. De facto, parece existir uma forte relação entre o número de experiências adversas e os comportamentos desviantes, entre os quais: fumar, consumo excessivo de álcool e abuso de drogas. Verifica-se, ainda, uma elevada tendência, desses sujeitos para a depressão, tentativas de suicídio, promiscuidade sexual e, conseqüentemente, doenças sexualmente transmissíveis. Estudos desenvolvidos por Rodgers, Lang,

Laffaye, Satz, Dresselhaus e Stein (2004) demonstram que os sujeitos que desenvolvem problemas psíquicos durante a infância após as experiências adversas, anteriormente referidas, assumem graus de elevada severidade na idade adulta.

Figueiredo e colaboradores (2002) acrescentam que muitos dos pacientes que procuram ajuda psicológica foram vítimas de maus-tratos na infância e/ou adolescência e apresentam taxas mais elevadas de ideação suicida e hospitalizações devido a problemas psiquiátricos. Os autores referem, ainda, a existência de uma forte associação entre a história de abuso na infância e a gravidade dos sintomas na idade adulta – em doentes psiquiátricos – e quanto maior é a diversidade do tipo de maus-tratos a que os indivíduos foram sujeitos durante a sua infância, pior é o seu estado ao nível da saúde mental.

Chapman e colaboradores (2004) estudaram a relação entre adversidade durante a infância e o risco de depressão na idade adulta. A exposição à violência familiar, enquanto experiência adversa durante a infância, aparece descrito na literatura como um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologia em adulto. Assim sendo, os comportamentos que mais têm sido referidos como consequência de uma infância adversa são: consumo de álcool, abuso de substâncias, inatividade física, tentativa de suicídio e comportamento sexual de risco (Lewis, 2005).

3.3.2. Autoconceito

O autoconceito pode ser definido como algo que o indivíduo constrói acerca de si próprio, enquanto ser físico, social, espiritual ou moral. Será este conceito o elemento integrador capaz de permitir ao indivíduo reconhecer a sua unidade e coerência próprias, dentro da diversidade de comportamentos, situações e emoções que realiza, enfrenta e vivencia ao longo da sua vida (Serra, 1998). A necessidade deste constructo, ou de outro que o substituísse, é imprescindível para reconhecer as noções de continuidade e identidade pessoal, na sua consistência e coerência necessárias (Serra, 1986).

O autoconceito possui uma estrutura complexa que engloba aspetos cognitivos, afetivos e comportamentais, construindo uma variável significativa em toda a ação humana, que influencia a forma como o indivíduo se percebe e se avalia, bem como a forma como entende e interage com o mundo que o rodeia. O autoconceito interfere portanto nas suas relações interpessoais, nas suas atitudes e motivações, e na construção que faz do real. Constitui-se, dessa forma, o ponto de referência central através do qual o indivíduo interatua com o mundo envolvente.

Segundo Almeida (2006) este conceito é constituído por duas dimensões fundamentais: (1) os seus conteúdos, nos quais se inscrevem as identidades do indivíduo, que dão um significado ao Eu e permitem a sua interação com o sistema social geral; (2) as dimensões avaliativas e emocionais, destacando-se a autoestima, com nítido impacto ao nível da autoavaliação que o sujeito faz de si e do mundo que o rodeia e, logo, ao nível também do seu comportamento.

Uma vez que o autoconceito é construído a partir das percepções que o indivíduo tem de si próprio, resulta de três aspetos fundamentais: (1) a experiência e as interpretações do ambiente em que o sujeito se insere; (2) reforços e avaliações de outros significativos; (3) e as próprias atribuições que o indivíduo faz do comportamento.

Existe uma nítida relação entre o autoconceito do indivíduo e a forma como este se situa no meio e interage com o mesmo, assim como com as atitudes (mais ou menos funcionais) que este tem perante as situações com que se confronta. Encontram-se, portanto, relações mútuas existentes entre o autoconceito e as estratégias de *coping* do indivíduo.

O processo de transformação do autoconceito das mulheres reclusas é muito difícil de identificar por essa razão optámos por analisar as situações recorrentes de violência sofrida pelas mulheres desde a infância até a vida adulta.

A delimitação do tema, por sua vez, relacionado às mulheres presidiárias, refere-se à hipótese de que haja uma relação entre a presença constante de violência em suas vidas e o fato de terem realizado atos criminosos, além do efeito desses atos no seu ‘ser-no-mundo’ e na construção das suas identidades.

PARTE II - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

CAPÍTULO 1. METODOLOGIA

O procedimento metodológico implementado na consecução deste trabalho é misto, pois entendemos que a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, torna a pesquisa mais forte e reduz o enviesamento dos resultados.

A sua aplicação foi precedida de um trabalho de pesquisa bibliográfica, em torno da criminalidade feminina em Angola. A revisão da bibliografia, que serviu igualmente à fundamentação teórica deste estudo, possibilitou por um lado, inteirarmo-nos das investigações que têm sido efetuadas acerca desta temática e, por outro, refletir sobre as condições intervenientes neste contexto.

1.1. Objetivos e hipóteses de estudo

Como anteriormente referido, este trabalho tem como principal objetivo conhecer as características psicossociais das mulheres reclusas angolanas e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nos seus padrões comportamentais atuais. Neste contexto, foram formuladas as seguintes hipóteses de estudo:

H1: O tipo de crime cometido está associado com a exposição a violência doméstica.

H2: O suporte social influencia o comportamento desviante das mulheres angolanas (reclusão).

H3: A história de vida das mulheres reclusas tem influência nos padrões de comportamento atuais (reclusão).

H4: Existe correlação entre as adversidades vividas na infância e o autoconceito das mulheres reclusas.

1.2. Participantes

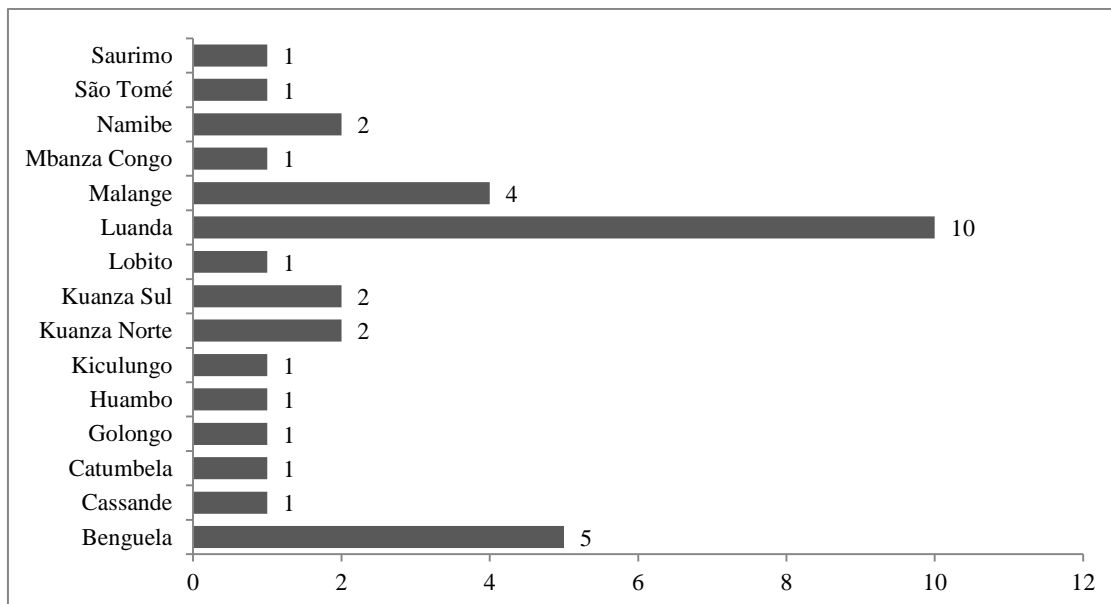
No momento da recolha de dados, o Estabelecimento Prisional de Viana, alojava 310 reclusas [162 condenadas (151 nacionais e 11 estrangeiras) e 148 detidas (143 nacionais e 5 detidas)] e 26 crianças (14 do sexo masculino e 12 do sexo feminino).

A recolha de dados foi realizada em duas fases distintas: (2) entrevistas semiestruturadas e (2) aplicação de questionários. Na primeira fase foram entrevistadas seis reclusas, dois familiares, duas guardas prisionais e uma psicóloga do Estabelecimento Prisional de Viana.

Das 310 reclusas referidas, apenas 88 aceitaram participar na investigação. Todavia, 29 questionários não foram devolvidos e dos 59 que foram entregues, apenas 34 foram preenchidos corretamente. Assim, participaram neste estudo 34 reclusas do Estabelecimento Prisional de Luanda, com idades

compreendidas entre os 18 e os 75 anos ($M = 34.5$; $DP = 12.05$), sendo 97.1% de nacionalidade angolana. Relativamente à naturalidade verificou-se que a maioria (29.4%) nasceu em Luanda (Gráfico 2).

Gráfico 2. Naturalidade das reclusas



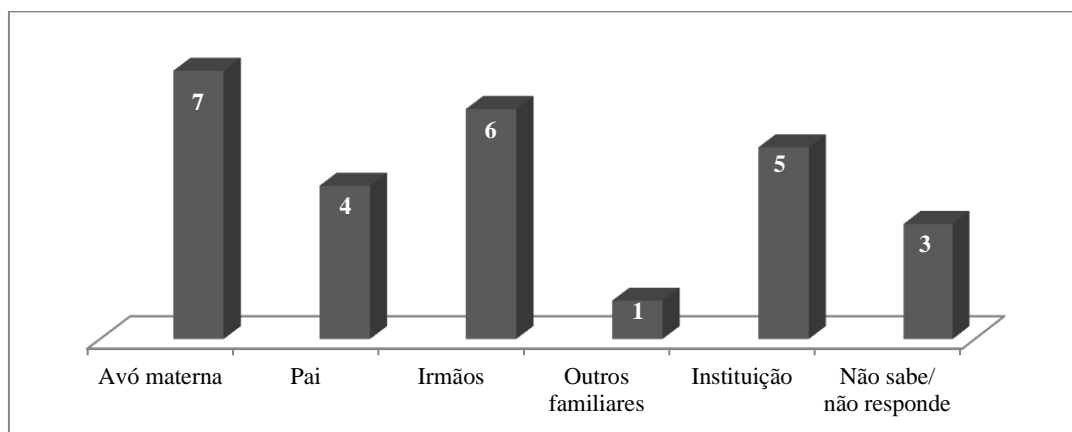
Tal como podemos verificar na Tabela 1, 20 reclusas são solteiras, 6 vivem em união de facto, 4 são casadas e 4 são viúvas.

Tabela 1. Estado civil das inquiridas

Estado civil	Percentagem
Solteira	58.8%
Casada	11.8%
União de facto	17.6%
Viúva	11.8%

No que ao número de filhos diz respeito, constatamos que 88.2% das reclusas têm um filho ou mais (1 filho: 20.6%; 2 filhos: 17.6%; 3 filhos: 17.6%; 4 filhos: 14.7%; 5 filhos: 5.9%; 6 filhos: 5.9%; 7 filhos: 5.9%) e apenas 11.8% os tem consigo no Estabelecimento Prisional. Das restantes inquiridas, a maior parte deixou os filhos com os familiares (Gráfico 3).

Gráfico 3. Responsáveis pelas crianças durante o período de reclusão das mães



No que se refere ao nível de escolaridade verificou-se que a maioria das inquiridas (47.1%) possui o Ensino Básico, seguindo-se 23.5% com o Ensino Secundário, 14.7% com o Ensino Superior e 14.7% não possui qualquer habilitação académica. Importa, ainda referir que 41.2% das reclusas teve ajuda no preenchimento do questionário.

Tabela 2. Habilitações literárias das reclusas

Nível de escolaridade	Percentagem
Nenhuma	14.7%
Ensino Básico	47.1%
Ensino Secundário	23.5%
Ensino Superior	14.7%

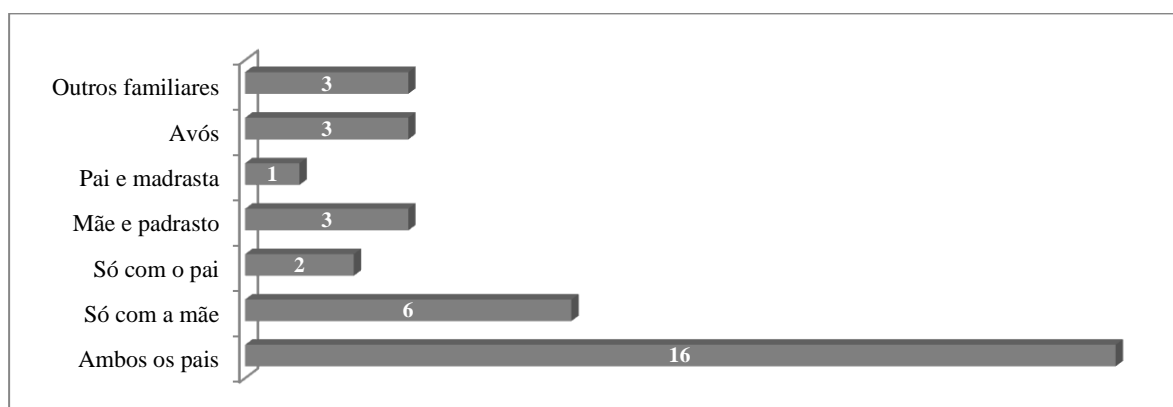
De referir, também, que durante a infância 47.1% das reclusas viveu com ambos os pais, 17.6% só com a mãe e 5.9% só com o pai (Gráfico 4), sendo que 94.1% morava em casas e 55.9% na zona urbana. De salientar que 23.5% não tinha condições sanitárias.

Carla não tem qualquer escolaridade e durante a sua infância e adolescência, viveu numa casa de barro, sem água, nem luz. No entanto, refere que “(...) *no campo era bom, comíamos tudo o que os meus avós tiravam na lavra e cozinhávamos a lenha*”. Os pais morreram e deixaram-na com a avó materna que aos 14 anos lhe “*arranjou um marido*”.²⁰

Quanto questionadas em relação ao número de irmãos, 85.3% das inquiridas respondeu afirmativamente, variando o número entre 1 e 19.

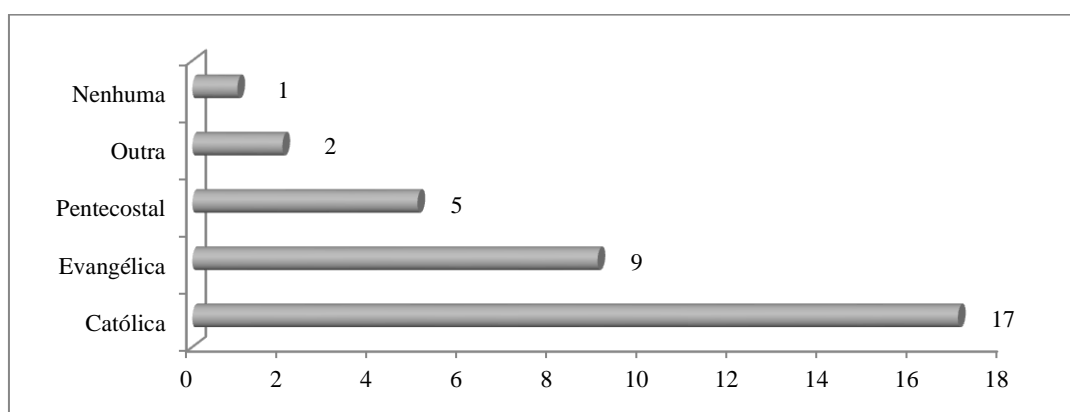
²⁰ Carla (nome fictício) - Reclusa

Gráfico 4. Pessoas com quem as inquiridas viveram durante a infância



O Gráfico 5 mostra os dados referentes à religião, verificando-se que 50% pratica a religião Católica, 26.5% a Evangélica e 14.7% a Pentecostal.

Gráfico 5. Religião das inquiridas



Relativamente às doenças físicas, 64.7% das reclusas referiu não sofrer de nenhuma e das 35.3% das que responderam positivamente, mencionaram: asma, cataratas, dores na coluna, dores no peito, enxaquecas, hipertensão, infecções pulmonares, quistos e reumático.

Contrariamente, ao postulado por Chapman e colaboradores (2004) que referem a existência de uma forte relação entre a adversidade durante a infância e/ou adolescência e o risco de depressão na idade adulta, os nossos dados demonstram que apenas 5.9% das reclusas referiu sofrer de algum tipo de doença psicológica e que as mesmas são a ansiedade e a fobia social.

Importa, ainda, referir que 64.7% das reclusas estava empregada antes de ser detida e exerciam profissões diversas, nomeadamente: camponesa, comerciante, doméstica, economista, educadora de infância, empregada de limpeza, enfermeira, lavadeira, militar, professora, secretária executiva e técnica de logística.

1.3. Instrumentos

1.3.1. Questionários

Os dados sobre a infância foram recolhidos através do Questionário da História de Adversidade na Infância e para avaliar a percepção que as reclusas têm acerca delas próprias foi utilizado o Inventário de autoconceito. Foi, ainda, aplicado um questionário sociodemográfico para a caracterização da amostra. Os instrumentos encontram-se descritos a seguir.

1.3.1.1. Questionário da história de adversidade na infância

O Questionário da História de Adversidade na Infância²¹ foi desenvolvido por Felitti e colaboradores (1998) e traduzido para a língua portuguesa por Silva e Maia (2006). É um questionário de autorrelato para adultos, que pretende avaliar a ocorrência de experiências de adversidade na infância. Na sua versão original é composto por 77 itens, mas tendo em conta os objetivos da investigação e as características das participantes optámos por utilizar apenas 23 questões distribuídas por cinco dimensões.

A exposição a violência doméstica avalia a ameaça ou agressão física à mãe/madrasta; a negligência física é caracterizada por uma atitude passiva e de não responsividade às necessidades básicas da criança quer a um nível físico, quer biológico; a negligência emocional descreve uma atitude passiva e de não responsividade às necessidades emocionais e afetivas da criança; o abuso físico é uma categoria que se caracteriza pela frequência de situações em que a criança foi agredida por algum adulto de forma violenta deixando sequelas; e o abuso emocional refere-se à frequência de situações de insulto ou medo de violência física. Para cada item existem cinco possibilidades de resposta, apresentadas numa escala tipo *Likert* que oscila entre 1 - nunca e 5 - sempre.

Atendendo ao valor em cada uma das categorias de adversidade acima apresentadas, este questionário permite ainda calcular o valor da adversidade total. Este Índice Total de Adversidade equivale ao somatório da classificação de cada sujeito nas várias categorias de adversidade e pode variar entre 0, caso o sujeito não tenha relatado nenhum tipo de adversidade, e 10, caso o sujeito tenha experimentado todos os tipos de adversidade.

1.3.1.2. Inventário de autoconceito

O Inventário de autoconceito²² foi desenvolvido por Serra (1986) e visa mensurar os aspetos emocionais e sociais do autoconceito. É constituído por 20 questões, distribuídas por 6 fatores: (1) aceitação/rejeição social que indica tanto a aceitação/agrado como a rejeição/desagrado social; (2) autoeficácia que realça os aspetos relacionados com o enfrentar e resolver problemas/dificuldades; (3)

²¹ Anexo 1

²² Anexo 2

maturidade psicológica; (4) impulsividade; (5 e 6) fatores mistos porque comportam características já representadas noutros fatores. A resposta pode ser dada numa escala tipo *Likert* de 5 pontos, que oscila entre 1 - não concordo e 5 – concordo totalmente. Quanto mais elevado for o valor obtido, melhor é o autoconceito do indivíduo.

O coeficiente de Spearman-Brown obtido no estudo original foi de 0.79 o que indica uma boa consistência interna; e o coeficiente de correlação teste-reteste foi de 0.84, o que revela boa estabilidade temporal.

1.3.1.3. Questionário sociodemográfico

O questionário sociodemográfico²³ utilizado na presente investigação foi elaborado especificamente para o efeito, sendo constituído por 75 questões distribuídas por dois grupos distintos. O primeiro é dedicado à recolha de dados pessoais, entre os quais: idade, naturalidade, nacionalidade, habilitações literárias, estado civil, número de filhos, número de irmãos, religião.

Procurou-se, ainda saber se a reclusa sobre de alguma doença física e/ou psicológica, a situação profissional antes da reclusão, se já esteve detida e qual foi a idade da primeira detenção, se recebe visitas, qual é a relação com as outras reclusas e as guardas prisionais, se tem preocupação com a sua higiene e aparência física, se recebe cuidados de saúde quando os mesmos são necessários e se consome ou já consumiu drogas.

No segundo bloco foram recolhidos os dados familiares, nomeadamente: onde e com quem viveu durante a infância e dados sobre o pai e a mãe (*e.g.*, idade, habilitações literárias, antecedentes criminais).

1.3.2. Entrevistas semiestruturadas

O guião da entrevista²⁴ é constituído por 9 blocos de perguntas. O primeiro inclui as questões relativas à caracterização sociodemográfica das entrevistadas, nomeadamente idade, estado civil, naturalidade, nacionalidade, local de nascimento, nível de escolaridade e religião, naturalidade.

O segundo grupo é dedicado à origem social e familiar; o terceiro conjunto de perguntas procurou recolher dados sobre a trajetória familiar e sobre as experiências que mais marcaram a vida da entrevistada e de que forma essas experiências influenciaram a sua forma de encarar a vida e a pessoa que é hoje. Com estas perguntas tencionou-se mapear de forma indireta redes de apoio relacionadas com a família.

²³ Apêndice 1

²⁴ Apêndice 2

O quarto bloco de perguntas tratou da trajetória escolar e profissional/ocupacional; o quinto conjunto inclui as questões relacionadas com a trajetória criminal, de forma a abordar o motivo que originou a reclusão e o tipo de pena; o grupo seis foi dedicado às estratégias adotadas e mudanças sofridas enquanto reclusa no sentido de tentar perceber o significado que atribui ao papel de presa.

No grupo sete, foi abordado o trabalho em meio prisional, nomeadamente às atividades laborais e ocupacionais desenvolvidas e a importância que atribuída ao trabalho em contexto prisional; seguiu-se um conjunto de questões que pretenderam averiguar o impacto da reclusão na vida familiar, nomeadamente as implicações que a situação de reclusão provocou nas relações mais próximas (*e.g.*, marido/companheiro, filhos, pais, amigos, vizinhos).

No conjunto final, procurou-se identificar e analisar questões relacionadas com o sistema de visitas e os projetos para o futuro.

1.4. Procedimento

Numa primeira fase foi efetuado o contacto com a Direção Nacional do Estabelecimento Prisional de Viana, em Luanda, no sentido de viabilizar a recolha dos dados. Foi apresentado um pedido por escrito²⁵, no qual foram explicados os objetivos do estudo e dada a garantia de respeito por todo o funcionamento geral da instituição. A instituição mostrou interesse e disponibilidade em colaborar com a investigadora, não tendo por isso oferecido qualquer resistência ou impedimento. Neste sentido, foi possível contar com a colaboração das psicólogas do estabelecimento prisional, da chefe de moral e cívica e da chefe da reeducação penal.

A investigadora desempenha funções no estabelecimento prisional, pelo que lhe foi facultada uma listagem de todas as mulheres que se encontravam detidas e que podiam participar no estudo. Para a realização das entrevistas as reclusas foram chamadas individualmente, pelas guardas prisionais, a um gabinete de atendimento, de acordo com a sua disponibilidade, uma vez que todas desempenham funções no estabelecimento prisional. Assim, esta amostra foi obtida de um modo não aleatório, limitando por isso a generalização dos resultados obtidos. As entrevistas e os questionários foram recolhidos, em simultâneo, durante os meses de Fevereiro e Março de 2015.

No início de cada entrevista, foram esclarecidos os objetivos do estudo e o facto de a investigação ser efetuada em total confidencialidade, respeito pelos direitos humanos pela saúde física, mental e social das reclusas que nela participarem, não colocando em causa nenhuma questão ética. Foi ainda pedido o consentimento informado²⁶ às participantes e estas foram avisadas que poderiam abandonar o estudo, a qualquer momento, se assim o desejassem. Durante a entrevista, as guardas prisionais não se encontravam presentes, pois isso iria condicionar as respostas.

²⁵ Apêndice 3

²⁶ Apêndice 4

As entrevistas tiveram uma duração de cerca de 90 minutos e foram realizadas em duas fases, por um lado devido à extensão da mesma e por outro porque nem sempre as reclusas estavam disponíveis para falar dos assuntos que constavam no guião. Algumas queriam apenas falar sobre os motivos que as levou à prisão, outras estavam de tal modo carentes que cada questão levava a um enorme relato da situação exposta. Aliado a isto, houve a necessidade de despende tempo para gerir muitas emoções uma vez que se tratavam de questões sensíveis. Em muitos casos, foi necessário interromper a entrevista porque as reclusas choravam compulsivamente sempre que se falava dos filhos, o que por vezes, acabou por condicionar e restringir as respostas dadas. A par destes fatores, foi necessário ter em conta os horários rígidos do estabelecimento prisional que tornaram a recolha de dados mais morosa.

A aplicação dos questionários que demorou cerca de 60 minutos, passou por um processo semelhante. Antes da sua aplicação foi explicado às reclusas qual era o objetivo dos mesmos e assegurada a confidencialidade e anonimato dos resultados. Durante este processo foi possível contar com a preciosa ajuda das psicólogas do Estabelecimento Prisional de Viana que se predispuseram a ajudar. Deste modo, a aplicação dos questionários foi sempre supervisionada quer pela investigadora quer pelas psicólogas anteriormente referidas.

Mesmo após a explicação dos objetivos do estudo, houve alguma resistência no preenchimento dos questionários, pelo que foi preparada uma pequena palestra, em cada cela, onde foram abordadas questões relacionadas com a mulher, de modo a sensibilizar as reclusas a participarem. Foi explicado que não era obrigatório, mas que seria muito importante para a investigadora poder contar com a colaboração das reclusas, pois só assim poderia dar continuidade à investigação. As dúvidas foram tiradas à medida que foram surgindo e os questionários das reclusas analfabetas foram preenchidos pela investigadora ou pelas psicólogas do estabelecimento prisional, sempre com o devido consentimento das inquiridas.

Importa, ainda, referir que antes da aplicação dos questionários e da realização das entrevistas com as participantes do estudo, foi feito um pré-teste para verificar o grau de compreensão dos instrumentos. Neste âmbito, foi possível contar com a colaboração de cinco pessoas, não se tendo verificado qualquer tipo de dificuldade no preenchimento dos questionários nem na compreensão das perguntas da entrevista.

Após receção dos questionários procedeu-se ao tratamento dos dados utilizando-se para o efeito o programa estatístico IBM-SPSS (versão 20).

CAPÍTULO 2. RESULTADOS

Os resultados serão apresentados de acordo com a metodologia utilizada para o tratamento dos mesmos. Assim, numa primeira parte proceder-se-á à análise qualitativa das entrevistas semiestruturadas e posteriormente serão exibidos os dados provenientes dos questionários.

2.1. Perfil das reclusas

De acordo com os objetivos do estudo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que nos permitiram uma melhor compreensão do perfil das reclusas. Os participantes foram selecionados de forma não probabilística e por conveniência, de acordo com a disponibilidade e acessibilidade dos mesmos. Pretendeu-se selecionar elementos com características específicas numa tentativa de garantir a diversidade dos resultados. As entrevistas foram todas realizadas pela autora, que previamente à sua realização explicou o propósito da investigação e garantiu o anonimato dos dados recolhidos. No sentido de proteger a identidade e privacidade das entrevistadas foram atribuídos nomes fictícios. Seguidamente são apresentadas as entrevistas realizadas.

Sónia (reclusa)

Sónia tem 38 anos, nasceu em Luanda Norte (Angola) e possui o quinto ano da licenciatura em Psicologia do Trabalho; vive em união de facto e tem 6 filhos da mesma relação conjugal, com as seguintes idades: 4, 5, 8, 13, 17 e 20 anos. Atualmente vivem com a sua irmã.

Os pais eram oriundos do Moxico e pertenciam à classe média/baixa. O pai era militar e tinha o primeiro ano do 2º CEB; a mãe era quitandeira (negociante informal) e não sabia ler nem escrever.

Durante a infância e adolescência viveu em três províncias: Luanda Norte, Mbanza Congo e Luau e morou sempre com os pais e familiares próximos com quem mantinha uma boa relação. “(...) *o meu pai tinha várias mulheres, por isso fui criada num quintal, onde vivia a minha mãe, as minhas madrastas, as minhas irmãs, algumas primas e o meu pai*”.

A casa onde vivia antes de ser presa “*era boa e tinha água, luz, fogão e frigorífico*”.

Os pais sempre foram muito atenciosos e presentes na sua vida, preocupando-se com a sua educação e a dos seus 28 irmãos, contudo “*nem todos estudaram*”. O pai sempre a incentivou a continuar os estudos, a “*constituir família e a ser alguém na vida*”.

Concluiu os seus estudos num colégio privado no Congo-Brazzaville e apesar de não gostar muito da escola teve um percurso regular.

Aos 17 anos saiu de casa porque engravidou e teve que se casar. Tem um bom relacionamento com o marido e com os filhos que a visitam frequentemente.

“Ele [marido] ficou muito triste [com a reclusão] (...), mas continua a visitar-me e a apoiar-me todos os dias, graças a Deus!”

Relativamente aos filhos refere que reagiram mal à sua prisão, mas agora visitam-na e esse é o maior apoio que pode receber: *“(...) para mim os meus filhos são tudo na minha vida, não os troco por nada”*.

A nível profissional foi professora e trabalhou como secretária numa empresa. No entanto, o seu sonho era ser estilista ou costureira.

Antes de ser detida *“bebia cerveja”*, mas atualmente já não, porque na cadeia é *“completamente impossível (...) as coisas são todas inspecionadas ao detalhe”*.

Foi condenada a quatro anos de prisão por tráfico de droga. Considera a sua condenação *“justa, porque quando se comete um crime tem que pagar por isso. No princípio foi horrível, mas agora adaptei-me à situação”*.

Refere que *“vive um dia de cada vez”*, mas que a *“solidão e a separação da família”* são muito difíceis de ultrapassar.

Não sofre, nem nunca sofreu de qualquer tipo de discriminação e o seu relacionamento com as outras reclusas e guardas prisionais é amigável, porque *“sei dar-me ao respeito e coloco-me sempre no meu lugar”*.

A falta de água e o facto de ter que carregar baldes são coisas que a aborrecem, mas de uma forma geral considera o seu percurso dentro da cadeia, bastante positivo porque considera que *“aprendemos muita coisa. Mudei muito, dou mais valor à vida, peço mais a Deus, sou mais companheira das outras, muita coisa. Ajudamo-nos de várias maneiras (...) depende da preocupação do momento. Se a outra estiver doente, se tiver fome dividimos o que temos por todas. As amizades que arranjei aqui foram fortes, mas só uma delas levarei no meu coração”*.

Tem muito receio dos obstáculos que irá encontrar após o término da pena, pois sabe que *“há uma reserva sobre ex-reclusas”* e tem medo que a família a abandone. No entanto considera que *“quando sair serei de certeza uma melhor pessoa! Não irei compactuar com a ilegalidade e vou virar-me para Deus”*.

Carla (reclusa)

Carla tem 59 anos e é filha de pais camponeses e sem qualquer escolaridade. Nasceu em Luanda e cresceu no Huambo, numa casa de barro, sem água, nem luz. *“No campo era bom, comíamos tudo o que os meus avós tiravam na lavra e cozinhávamos a lenha. Os meus pais morreram e me deixaram com a minha avó materna”*.

Tinha um bom relacionamento com a avó que “(...) nunca me deixou sozinha (...) era minha amiga e dizia para eu casar e ter filhos. E aos 14 anos me deram o meu marido”.

Estudou apenas até à segunda classe e nunca casou, apesar de ter vivido “amigada” com o companheiro durante muitos anos e de quem tem dois filhos, um com 20 e outro com 30 anos e que “já têm as suas famílias”.

Antes de ser detida bebia muito “mas agora aqui já não há, então só bebo água”.

Foi condenada a 12 anos de prisão por homicídio involuntário. “O meu marido me batia muito, então lhe dei com uma enxada, sem querer”.

Sente-se revoltada com a sua detenção, que encara com resignação: “não concordo, porque não o matei de propósito (...) só me defendi de sempre me bater. Mas agora não sinto nada, já estou presa, é só cumprir (...) nada me incomoda”.

Não se arrepende do que fez: “aconteceu (...) ele é que me insultou. Cada vez que penso que é por causa dele que estou presa até fico nervosa”.

Mantém um bom relacionamento com as outras reclusas e as funcionárias da prisão, mas “aqui não tenho amigas e não gosto de algumas guardas e de algumas das minhas companheiras”.

Dentro do estabelecimento prisional não desempenha qualquer tipo de atividade. “Não faço nada, só lavo a minha roupa e vou buscar baldes de água com a cabeça. Até nós, já velhas temos que ir na mesma”.

Não tem planos para o futuro, apenas espera “não encontrar um demónio” e “voltar a trabalhar naquilo que fazia, ir à lavra”.

Durante o período de permanência no estabelecimento prisional (5 anos) nunca recebeu visitas de amigos nem familiares.

Domingas (reclusa)

Domingas tem 39 anos, é casada e nasceu no Huambo. É proveniente de uma família com estatuto social médio/baixo: o seu pai era sapateiro e tinha a quarta classe e a mãe era quitandeira e apenas possuía a segunda classe.

Durante a infância e adolescência viveu numa casa de adobe, sem água, nem luz, mas considera que “as nossas casas, para mim, eram boas e comíamos bem, porque a minha mãe trazia os produtos da lavra”.

Sente que os pais “mesmo com o trabalho deles foram presentes na minha vida. O meu pai queria que nós aproveitássemos a vida melhor que ele, que casássemos, tivéssemos filhos e fossemos alguém na vida. Nunca me obrigou a estudar, mas queria que eu fizesse um curso”.

Domingas estudou numa escola pública, até ao 12º ano e teve um percurso escolar regular. *“Pelo menos fiz o meu curso médio de enfermagem”*. Antes de ser detida trabalhava no hospital do município onde vivia.

O pai morreu cedo e *“por isso, fui criada pelo meu padrasto, a minha mãe, mais a mulher do meu padrasto e as minhas irmãs. E dávamo-nos todos bem uns com os outros”*.

Saiu de casa aos 14 anos, altura em que engravidou e teve que ir viver com o marido e a sogra.

Já teve três relacionamentos, dos quais tem 8 filhos com as seguintes idades: 3, 5, 8 (gémeos), 15 (gémeos) e 20 (gémeos) anos e que neste momento se encontram a viver com a sua mãe.

Foi condenada a 8 anos de prisão por homicídio involuntário. *“Não concordo com a condenação, porque não matei de propósito, mas não faz mal porque já estou habituada. Já chorei muito, fiquei triste demais, mas agora vou levando e negando. No princípio foi horrível, mas agora vou-me recuperando um pouco.”*

Sente-se injustiçada, mas *“não adiante nada, porque não resolve. Aprendi a aceitar a situação. É só cumprir, quem vai discutir?”*

Considera que na prisão *“tudo é negativo, não há água na torneira, é preciso ir buscá-la com baldes na cabeça (...) vamos à escola, mas não há diplomas e os cursos profissionais não existem (...) o barulho das outras presas é uma chatice e ouvir as guardas também. E claro, não ver a minha filha. O mais positivo é que quem não é da igreja aprende muita coisa sobre a palavra.”*

Os filhos aceitaram a sua prisão porque sabem qual foi o motivo da mesma, apesar de nunca lho terem dito, mas não a visitam; apenas recebe visitas da irmã.

Ana (reclusa)

Ana nasceu em Kuanza Norte, tem 44 anos e é casada. Estudou até à terceira classe e é filha de camponeses. Os pais eram analfabetos.

A casa onde viveu na infância e adolescência *“era de pau a pique, não tinha água, nem luz (...), não tínhamos frigorífico e cozinhávamos a lenha. Eu considero que tinha boas condições, porque nunca passámos fome (...) e com o pouco da lavra, a nossa mãe sempre nos conseguiu sustentar”*.

Filha de pais separados, viveu sempre com a mãe e os irmãos, mas mantinha boas relações com o pai. *“O meu pai e a minha mãe eram separados, mas dávamo-nos muito bem entre nós”*.

O pai nunca a incentivou a estudar *“queria que fosse boa esposa, porque uma mulher não precisa de estudar”*; a mãe por sua vez, queria que *“fosse parteira, para ser alguém na vida”*.

Com 17 anos foi viver para a cidade, onde acabou por engravidar e ir viver com o marido. Tem 14 filhos com as seguintes idades: 3, 5 (gémeos), 8, 10 (trigémeos), 15, 18 (gémeos), 24 (gémeos) e 26 (gémeos) anos. Os mais velhos já constituíram família, os de 10 anos vivem com a irmã de Ana, o de

15 está com a cunhada (irmã do pai dele), os de 8 e 5 anos vivem com a avó (mãe de Ana) e a de 3 anos “*nasceu aqui e vive aqui comigo*”.

Nem os filhos nem o último companheiro lidam bem com a detenção de Ana. “*Acho que reagiu [marido] mal, porque nunca me veio visitar; (...) não me dão apoio nenhum [filhos], dizem que sou bandida. Paciência, não posso fazer nada! Aos mais pequenos pedi para dizer que estou nas províncias a fazer negócio e a pequena como está aqui com as outras crianças na creche e já nasceu aqui, pensa que esta é a nossa casa*”.

Nunca gostou da escola e não se lembra de como foi o seu percurso escolar. Antes de ser detida “*vendia, já disse. Não tenho profissão, mas gosto de zungar*”.

Foi condenada a 15 anos de prisão por homicídio qualificado. “*A pessoa já me andava a chatear muito e atirei-lhe com um ferro. Pronto! Tive azar! Mas é a primeira vez que estou presa e nunca ninguém da minha família conheceu uma cadeia, só eu mesmo!*”

Em relação à condenação “*não concordo, porque não matei de propósito, estava nervosa e pronto. No princípio foi difícil, mas já são três anos (...) é só aguentar*”.

Refere que a única coisa positiva na prisão é “*aprender a ter calma para não matar ninguém sem querer; (...) tudo aqui é negativo, a confusão e as guardas são umas chatas*”.

Apenas recebe visitas da mãe e tem receio pelo futuro da filha. No entanto, diz que não tem medo de nada e quanto ao futuro: “*vamos enfrentar, ainda falta tanto!*”

Leonor (reclusa)

Leonor tem 30 anos, é solteira e nasceu no Caxito; estudou apenas até ao primeiro ano do 2º CEB e nunca conheceu os pais. “*Fui menina de rua, cresci na rua, depois uma senhora pôs-me na casa dela para cuidar das filhas (...), era uma criada, nunca tive um carinho nem nada. Fiquei lá muito tempo e depois fugi, fui para o lar. Era muito pior, batiam-nos e nem sempre tínhamos comida*”.

Tem um filho, mas nunca foi casada. “*Engravidei com o amigo da minha vizinha. O tempo estava a passar e resolvi fazer o meu filho*”.

Considera-se uma pessoa extrovertida e sempre manteve boas relações com quem a rodeia: “*sou muito barraqueira!*”.

Foi condenada “*a muitos anos*” por homicídio involuntário e não concorda com a sua pena. “*Não concordo, porque eu não matei como aconteceu. Sinto-me mal por estar presa, mas não faz mal a ninguém.*”

Refere que na prisão “*de positivo nada, tudo é negativo! O barulho das outras presas, a luta, as paredes, tudo! Mas principalmente a falta da minha filha. Tiraram-ma quando completou 3 anos. Deram a minha filha à minha família e 3 meses depois adoeceu e morreu*”.

Sente-se culpada pela morte da filha e diz: *“não sou a mesma. A perda da minha filha ensinou-me que eu sou culpada. Porque se eu não estivesse aqui, ela se calhar não precisava de viver fora de mim e se calhar ainda estaria viva”*.

Fátima (reclusa)

Fátima é solteira, tem 29 anos e nasceu em Luanda. Estudou até ao segundo ano do 2º CEB e é filha de pais analfabetos: o pai é pedreiro e a mãe lavadeira.

Antes de ser detida, vivia numa casa feita de *“adobe e coberta com chapas de zinco. Não tinha água, nem luz, cozinhávamos a lenha e não tínhamos frigorífico”*.

Durante a infância e adolescência, viveu no campo. *“Não havia problemas como aqui em Luanda (...) comíamos bem, porque a minha mãe trazia os produtos da lavra. Cresci na província de Benguela e depois com a guerra os meus pais vieram para Luanda.”*

Os pais nunca a obrigaram a estudar e só queriam que *“aproveitássemos a vida melhor que eles e que respeitássemos as pessoas mais velhas”*.

Saiu de casa com 14 anos porque *“o marido que me deram já tinha casa”*. *Nunca foi casada e refere que o companheiro “ficou muito triste [com a sua detenção], e nunca me veio visitar”*.

Tem uma filha, que já nasceu na cadeia *“Quando vim estava grávida. Receberam-me muito bem (...). Ela [filha] ainda é bebé, tem apenas um ano (...), gosto muito dela, faz-me muita companhia. Às vezes fico a imaginar como vai se quando ma tirarem.”*

Foi condenada a 15 anos de prisão por homicídio qualificado. Sente-se revoltada e desgostosa por estar presa porque *“sou muito jovem e antes de me incriminarem, deviam procurar saber porque o fiz, mas as doutoras juízas acham que eu não tenho razão.”*

“Tudo aqui é negativo, mas o que acho mesmo horrível é tirarem os filhos da mãe (...), uma pessoa aqui morre. Não namora, não tem nada, só paredes e outras malucas aí”.

Dentro da cadeia, lava a roupa de outra reclusa e em troca recebe *“comida, posição e outras coisas”*, mas não gosta de nenhuma atividade. *“Sou obrigada a fazer, aqui não gosto mesmo de trabalhar”* e só espera *“não praticar nada fora da lei.”*

Costuma receber visitas da mãe e da irmã.

Após a análise das entrevistas, procedemos à elaboração do perfil das reclusas entrevistadas (Quadro 3).

Quadro 3. Perfil das reclusas

Idade	Escolaridade	Estado civil	Nº filhos	Condição social	Tipo de crime	Tempo de pena
38 anos	Licenciatura (incompleta)	União de facto	6	Nível médio	Tráfico de droga	4 anos
59 anos	2º ano do 1º CEB	Solteira	2	Nível baixo	Homicídio involuntário	12 anos
39 anos	Ensino Secundário (12º ano)	Casada	8	Nível médio / baixo	Homicídio involuntário	8 anos
44 anos	3º ano do 1º CEB	Casada	14	Nível baixo	Homicídio qualificado	15 anos
30 anos	2º ano do 2º CEB	Solteira	1	Nível baixo	Homicídio qualificado	"muitos anos"
29 anos	2º ano do 3º CEB	Solteira	1	Nível baixo	Homicídio qualificado	15 anos

Nota: 1º CEB = 1º Ciclo do Ensino Básico; 2º CEB = 2º Ciclo do Ensino Básico; 3º CEB = 3º Ciclo do Ensino Básico

Além das reclusas, foram entrevistados dois familiares e duas guardas prisionais. Mais do que as reclusas, os seus familiares ofereceram grande resistência em serem entrevistados, pelo que os dados foram recolhidos apenas junto dos familiares que concordaram prontamente em responder.

Manuela (irmã de uma reclusa)

Manuela é irmã gémea de uma reclusa com 40 anos que foi condenada a 15 anos de prisão por homicídio voluntário. Refere que a irmã é *“formada em economia, com excelentes notas”*; tem 2 filhos, com 19 e 22 anos de idade; morava no bairro Cassenda e trabalhava como professora.

Tem um bom relacionamento com a irmã e diz que *“somos muito amigas e unidas, porque somos apenas nós duas. A nossa mãe morreu e deixou-nos muito pequenas com a nossa avó, que acabou por morrer, também, e nos deixou sozinhas. Nós cuidávamos uma da outra, até que cada uma formou a sua família e aconteceu esta desgraça”*.

Manuela sente-se muito mal com a reclusão da irmã, *“é como se eu estivesse presa também. Vivo ansiosa e só ficaremos aliviadas quando ela cumprir a sua pena na totalidade e fique livre de vez.”*

Tem sido a responsável pela educação dos sobrinhos. *“Naturalmente, ficaram comigo, criei-os como se fossem meus, tal como ela faria com os meus. Antes que pergunte, digo-lhe já que eles sofreram muito com a ausência da mãe, mas nós optamos por dizer logo a verdade. Ficaram tristes, envergonhados, reprovaram de ano, enfim foi pesado, mas agora estão grandinhos e já entendem melhor as coisas e dão o maior apoio moral a mãe.”*

Relativamente ao comportamento da irmã no estabelecimento prisional refere que *“ela mantém a sua postura e é muito respeitada pelas outras reclusas e pelas funcionárias do presídio. Nunca recebi nenhuma queixa”*.

Considera que desde que foi detida a irmã está *“mais reservada e ponderada”* porque no início *“reclamava do barulho, da comida, da sentença, enfim de quase tudo. Mas aos poucos foi-se dando*

conta de que não resolveria nada e mudou de tática. Aceitou a consequência (...) acho que a conforta saber que a família está com ela e quem ela ama não a abandonou”.

Só visita a irmã “*uma vez por semana, porque são os dias estipulados pelo presídio (...) amo-a e é meu dever estar ao lado dela na hora que mais precisa de mim, porque a dor o desconforto dela é meu também. Você não imagina como venho sofrendo todos estes anos. Só Deus sabe!”*

A entrevista foi feita por conveniência, pelo que não existe qualquer ligação às reclusas entrevistadas.

Maria (mãe de uma reclusa)

Irene é mãe de uma reclusa com 22 anos de idade que está presa há 2 anos por homicídio. Antes da detenção viviam juntas no bairro Kilunda, na Luna Sul e vem todas as semanas da província para ver a filha. “*Somos mãe e filha e é muito importante para mim, ela é a minha caçula (...) nós nos damos bem, gosto muito da minha filha.”*

Sente-se muito triste e revoltada com a situação da filha. “*Sinto-me muito mal, muito triste. Acho que vou morrer e a minha filha não me vai ver. Ela é que devia cuidar de mim na velhice, mas agora é o contrário. Não sei, mas o que vou fazer, não tenho dinheiro para dar ao doutor para a tirar daqui (...). Esse tribunal, não sei como faz as coisas. A minha filha foi abusada e ainda por cima ela é que ficou presa”.*

Refere que a filha “*está a aprender a respeitar os mais velhos. Mudou, agora parece mais calma”.*

No entanto, pensa que a filha só se arrepende “*porque está aqui presa, porque ela só se defendeu dos abusos, não era para o matar (...) e deixou ela de estudar, por causa daquele demónio!”*

Quando questionada acerca do processo de reinserção, diz que “*se já cumpriram a pena, então o governo deve arranjar-lhe trabalho para ela não voltar a matar.”*

Dulce (Guarda prisional)

Dulce trabalha há 10 anos nos Recursos Humanos dos serviços prisionais, 5 dos quais na cadeia feminina. Gosta do trabalho que faz com as reclusas “*todas as vezes temos uma novidade, convivemos com elas e todos os dias aprendemos coisas novas.”*

Considera que são “*boas pessoas, têm bom comportamento (...) mas por estarem privadas de liberdade e por serem influenciadas umas pelas outras, às vezes, portam-se mal (...), as reclusas com a situação de detidas, gostam de armar confusão, são rebeldes e até mesmo agressivas, julgo que é por não saberem o que lhes espera; já as condenadas são suaves, até porque embora tenham matado, não são agressivas porque geralmente o fazem em defesa das suas vidas ou de alguém que lhe é próximo.”*

Acrescenta, ainda, que *“reclamam muito a falta de telefone, dizem que precisam de contactar com as famílias”*. No entanto, refere que: *“a nossa relação é boa, punimos quando temos que punir e rimos quando temos que rir.”*

Na sua opinião, o contacto com as psicólogas é *“muito importante, porque elas [psicólogas] transmitem paz às reclusas. Toda gente precisa de desabafar e acho que as reclusas veem nas psicólogas a oportunidade de falar dos seus medos e problemas.”*

Lucinda (Guarda prisional)

Lucinda trabalha há 10 anos na cadeia feminina onde desempenha funções na Secção de Informação e Análise, e *“também dou apoio à guarda prisional”*.

No início não gostava do que fazia, mas *“agora gosto do trabalho que faço porque todos dias aprendo uma coisa e é um desafio constante”*.

Relativamente ao comportamento das reclusas, refere que *“umas são rebeldes e outras não (...), fazemos os possíveis para nos entendermos porque se para nós que trabalhamos até as 17h é estafante, imagina elas que ficam fechadas todo o dia e todos os dias. Temos que ser humanas e nos colocar no lugar delas. Comparando com os rapazes [reclusos da cadeia masculina], podemos dizer que é fácil suportar a pequena desordem do feminino.”*

No que respeita à relação que tem com as reclusas diz que *“temos boas relações, primeiro porque para além de tudo somos também mulheres, e depois saber agir como alguém que se responsabiliza pela segurança delas. Portanto, é só não misturar as coisas. Elas têm que saber que são reclusas e eu funcionária.”*

Acrescenta que apesar de terem *“as suas rixas, são amigas e solidárias. Quando há problemas é uma por todas e todas por uma, a não ser que surja um problema em que todas correm o risco de ser castigadas”*.

Costumam *“arranjar-se umas às outras, são muito vaidosas e estão sempre bem arranjinhas tanto no cabelo, como no rosto e unhas e até mesmo na roupa e sapatos, principalmente quando vão à escola, recebem visitas ou quando vão ao tribunal.”*

Considera que o trabalho que fazem com as psicólogas *“é muito necessário (...) porque podem ser aconselhados e aproveitam e desabafam (...) principalmente na altura em que lhes retiram os filhos. É muito triste de ver, elas choram muito. Há quem fique mesmo deprimida, por isso também a importância das psicólogas.”*

Se tivesse possibilidade, *“arranjaria uma forma de não separar as mães dos filhos, é muito triste. Sei que não nos devemos envolver demais, mas...”*

Após análise das entrevistas constata-se que, independentemente, do seu estatuto socioeconómico, a maior parte das reclusas (exceto Sónia) se encontram detidas por homicídio; e a maioria alega que cometeu o crime em legítima defesa: “*não matei de propósito.*”²⁷

Todas as mulheres têm filhos e o seu maior receio é ficarem sem eles, pois sofrem muito com a “*solidão e a separação das famílias.*”²⁸

Apesar de considerarem que “*tinham boas condições*”²⁹ a maior parte das reclusas passou a infância e adolescência no campo, em casas feitas de barro, pau e adobe; não tinham água nem eletricidade e cozinhavam a lenha.

Relativamente à escolaridade, existe uma grande discrepância, verificando-se que existem reclusas apenas com a segunda classe e outras com licenciatura. A maior parte dos pais das reclusas tinham poucos estudos, mas incentivaram as suas filhas a estudar para “*ser alguém na vida*”.

No geral, as entrevistadas saíram de casa muito novas porque engravidaram e foram viver com os maridos que lhes foram impostos. “*Aos 14 anos de idade me deram um marido.*”³⁰

Antes de serem detidas, algumas mulheres referem “*bebia sim e muito, mas agora aqui não há (...) aqui é completamente impossível, as nossas coisas são todas inspeccionadas ao detalhe.*”³¹

Globalmente, a entrada para o estabelecimento prisional é construída como algo negativo e as reclusas sentem-se injustiçadas e revoltadas com a situação. “*Sinto-me mal por estar presa, não fiz mal a ninguém.*”

As reclusas entrevistadas mostram-se descontentes com a sua permanência no estabelecimento prisional, chegando mesmo a referir que “*aqui tudo é negativo*” principalmente a falta de água e o facto de terem que carregar com baldes constantemente.

Emergem, sobretudo, significações negativas associadas à entrada para o contexto prisional, diretamente relacionadas com a privação de liberdade ou relacionadas com o impacto que a reclusão causa nos outros, em particular na família. A circunstância da reclusão é diretamente associada ao sofrimento de familiares, sendo este sofrimento, por sua vez, fonte de culpabilização das reclusas. “*Se eu não estivesse presa, se calhar estaria viva [filha]*”³²

Central é, igualmente, o discurso sobre o esforço de adaptação que estar detida requer. “*Já chorei muito e fiquei triste demais, agora vou levando (...) é só cumprir.*”³³

²⁷ Ana (nome fictício) - Reclusa

²⁸ Sónia (nome fictício) - Reclusa

²⁹ Domingas (nome fictício) - Reclusa

³⁰ Fátima (nome fictício) - Reclusa

³¹ Carla (nome fictício) - Reclusa

³² Leonor (nome fictício) - Reclusa

³³ Domingas (nome fictício) - Reclusa

Algumas mulheres são capazes de interpretar positivamente o desafio da reclusão, como algo que lhes permite conhecer capacidades que desconheciam possuir. *“Quando se é presa você aprende a respeitar as regras.”*

Existe, ainda, unanimidade no que se refere ao aspeto mais positivo *“a coisa mais positiva é aprender a palavra [de Deus]”*. As mulheres encontraram na religião o apoio para superar as dificuldades com que se deparam do dia-a-dia. *“A minha personalidade sofreu uma grande alteração porque agora sou da igreja.”*

As reclusas referem, ainda, as mudanças relacionais com familiares e amigos, focando particularmente o apoio que estes lhes dão após a detenção. De uma forma geral, que a família dá apoio, apesar de em momentos iniciais da reclusão terem receado que isso não se verificasse. *“Tenho receio que a minha família me abandone.”*

No que respeita aos novos laços estabelecidos com outras reclusas, a natureza desses laços assume duas direções distintas. Emergem histórias sobre a amizade, o suporte e a importância destas relações para uma melhor adaptação à prisão.

*“Aqui as pessoas se ajudam (...) se uma estiver doente, se a outra cai, se tiver fome, dividimos o que temos por todas. Sim, essa parte é boa.”*³⁴

Mas emergem também histórias opostas em que as reclusas não querem criar laços *“Não tenho amigas, aqui ninguém é amiga.”*³⁵

Relativamente ao tipo de relacionamento que mantêm com as funcionárias da prisão, referem que *“dou-me muito bem com as guardas (...) dou-me ao respeito e não deixo que abusem (...), sempre no meu lugar.”*

No que respeita à existência de discriminação referem *“Nunca me bateram se é isso que queres saber.”*

Procedemos, ainda, a uma análise dos termos mais referidos durante as entrevistas no sentido de confirmar os dados recolhidos, tendo-se obtidos os resultados constantes da Figura 3.

³⁴ Sónia (nome fictício) - Reclusa

³⁵ Carla (nome fictício) - Reclusa

Figura 3. Nuvem de palavras com os termos mais referidos pelas reclusas



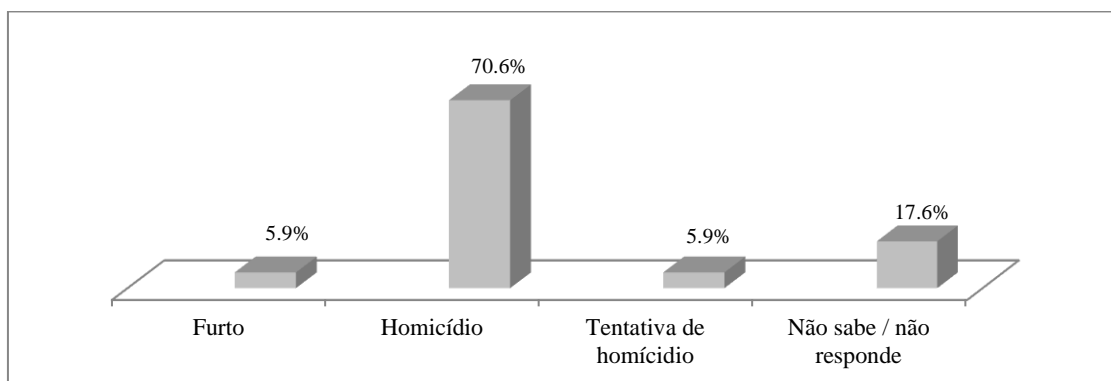
Importa, ainda, referir que nenhuma das entrevistadas referiu ter sofrido de maus tratos durante a infância e/ou adolescência.

2.2. Estatísticas descritivas e diferenciais

Após a análise do perfil das reclusas, procedemos à descrição dos constructos estudados em função das características sociodemográficas. Para o efeito, recorreu-se a testes de diferenças de médias tendo em consideração as várias formas como os constructos se encontravam operacionalizados. Estes testes permitem analisar não só os valores médios das variáveis em questão, como também, perceber como é que esses valores se manifestam em função das variáveis independentes consideradas. Através deles podemos, caracterizar e compreender melhor os fenómenos estudados.

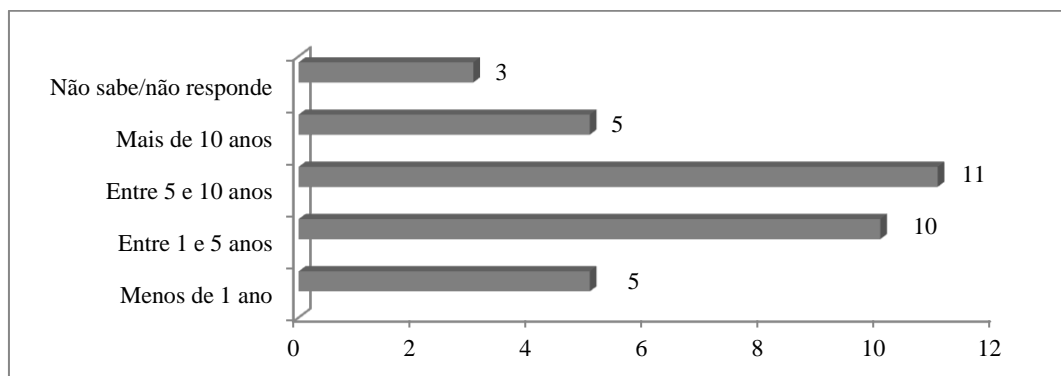
No final do questionário sociodemográfico incluiu-se um bloco referente aos dados familiares das reclusas, aos seus antecedentes criminais e ao seu dia-a-dia no Estabelecimento Prisional. Os dados revelam que 70.6% das reclusas foram condenadas e 23.5% se encontram detidas, sendo o crime mais frequente o homicídio (70.6%) (Gráfico 6).

Gráfico 6. Crimes cometidos pelas reclusas



Quando questionadas acerca dos seus antecedentes criminais, 11.8% das reclusas refere já ter sido presa uma vez, por motivo de furto e homicídio. A idade da primeira detenção oscila entre os 18 e os 38 anos. Procurou-se, ainda, saber há quanto tempo as reclusas se encontram detidas e qual a duração da sua pena. Com o objetivo de facilitar o tratamento estatístico, o tempo de detenção foi agrupado em 4 categorias: menos de 1 ano, entre 1 e 5 anos, entre 5 e 10 anos e mais de 10 anos (Gráfico 7). Verificou-se, ainda, que as penas oscilam entre os 5 e os 20 anos.

Gráfico 7. Tempo que as inquiridas se encontram em reclusão



Constatou-se, ainda, que 61.8% das reclusas mencionou receber visitas de familiares e amigos (Tabela 3).

Tabela 3. Periodicidade das visitas

Periodicidade	Percentagem
Frequentemente	17.6%
Algumas vezes	2.9%
Raramente	5.9%
Nunca	35.3%
Não sabe/não responde	38.2%

Relativamente aos relacionamentos dentro do Estabelecimento Prisional, 85.3% das reclusas referiu que mantém uma boa relação com as outras reclusas e 70.6% mencionou que se dá bem com as guardas e as outras funcionárias da prisão. Importa referir que 79.4% recebe apoio das outras reclusas, nomeadamente ao nível da alimentação, apoio nas tarefas diárias e principalmente apoio emocional e afetivo. Em relação à existência de algum tipo de relação afetiva dentro da prisão, 41.2% das inquiridas referiu que a mesma existe com outras reclusas e 14.7% com as guardas/funcionárias da prisão e que as mesmas duram entre 6 meses e 8 anos no primeiro caso e entre 4 meses e 9 anos no segundo.

No que à violência diz respeito 5 reclusas referiram que são vítimas de violência física por parte das guardas/funcionárias da prisão.

Procurou-se, também, saber dados relativos à higiene, saúde e alimentação. Os resultados obtidos revelam que 91.2% das mulheres habitualmente cuida da aparência/higiene pessoal; 85.3% recebe cuidados de saúde sempre que os mesmos são necessários; 61.8% refere que a alimentação é boa e 50% menciona que a mesma é em pouca quantidade.

No que se refere ao consumo (dependência) de drogas, 5.9% respondeu que consumia cannabis e 41.2% mencionou o consumo de álcool (cerveja: 29.4%; vinho: 2.9%; *whisky*: 2.9%). Todavia, desde que se encontram detidas que não consomem nenhuma das coisas.

Em relação aos dados familiares 50% das reclusas não sabe a idade do pai e 38.2% não sabe a da mãe. Resultados semelhantes foram encontrados para as habilitações literárias de ambos os progenitores (pai: 47.5%; mãe: 41.3%). No que diz respeito aos antecedentes criminais, 2.9% respondeu afirmativamente em relação ao pai e 8.8% em relação a outros familiares (*e.g.*, irmãos, tios, primos), sendo os crimes: furto, homicídio e toxicodependência. Relativamente à mãe a totalidade das reclusas referiu que as mesmas não têm antecedentes criminais nem sofrem de qualquer tipo de problema físico e/ou psicológico. Por outro lado, 23.5% dos pais das inquiridas tem ou teve problemas de alcoolismo.

No que diz respeito aos constructos em estudo, contactámos que no que se refere às adversidades na infância, a Negligência física é a que apresenta valores médios ($M = 3.67$; $DP = .693$) mais elevados e no que diz respeito ao autoconceito é a Aceitação/rejeição social ($M = 3.74$; $DP = .643$) (Tabela 4).

Tabela 4. Valores médios das variáveis em estudo

	Média	Desvio-padrão
Adversidades na infância		
Exposição a violência doméstica	1.17	.388
Negligência física	3.67	.693
Negligência emocional	3.39	.559
Abuso físico	1.82	1.079
Abuso emocional	1.98	.911
Autoconceito		
Aceitação/rejeição social	3.74	.643
Autoeficácia	3.31	.597
Maturidade psicológica	3.43	.884
Impulsividade	3.69	.978

Tendo por base os resultados obtidos, procurámos averiguar se existiam diferenças significativas em função das variáveis sociodemográficas que consideramos mais pertinentes, tendo em conta os objetivos da investigação, nomeadamente: a idade, o nível de escolaridade, o tempo de reclusão e a duração da pena. Neste âmbito, houve necessidade de recodificar a variável idade em dois grupos, de acordo com o seu valor médio ($M = 34.5$): Grupo 1 (Menos de 34 anos) e Grupo 2 (35 anos ou mais).

Observando a Tabela 5, é possível constatar que apenas existem diferenças significativas em função da idade no que diz respeito à Negligência física [$t_{(32)} = -2.078$; $p = 0.46$].

Tabela 5. Dimensões das adversidades na infância e do autoconceito em função da idade dos inquiridos

	Menos de 34 anos		35 anos ou mais		<i>t-test</i>	<i>Sig.</i>
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Exposição a violência doméstica	1.21	.502	1.13	.236	.547	.588
Negligência física	3.44	.794	3.91	.490	-2.078	.046*
Negligência emocional	3.30	.528	3.48	.592	-.918	.366
Abuso físico	2.03	1.111	1.62	1.039	1.116	.273
Abuso emocional	2.14	.780	1.81	1.024	1.036	.308
Aceitação/rejeição social	3.74	.595	3.74	.706	.000	1.000
Autoeficácia	3.23	.475	3.40	.702	-.849	.402
Maturidade psicológica	3.47	.964	3.40	.825	.239	.813
Impulsividade	3.75	.909	3.63	1.066	.346	.732

Nota: *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão; * $p < .05$

Relativamente ao tempo de reclusão e duração da pena, os resultados obtidos através do teste *F-snedecor* para amostras independentes revelam que não existem diferenças significativas em nenhuma das dimensões em estudo.

No que respeita ao nível de escolaridade dos inquiridos, os dados evidenciados revelam que apenas existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito à Autoeficácia [$F_{(3,30)} = 2.972$; $p = .047$], sendo estas superiores nas reclusas com ensino superior.

2.3. Associação entre variáveis

Verificámos, de seguida, a associação entre as variáveis das adversidades na infância e o autoconceito, tendo-se constatado que as correlações mais elevadas são as que decorrem entre o Abuso emocional e o Abuso físico ($r = .617$, $p = .000$) e a Maturidade psicológica e a Aceitação/rejeição social ($r = .542$, $p = .000$) (H4).

As correlações obtidas revelam que o Abuso emocional e o Abuso físico tendem no mesmo sentido, o que sugere que sempre que um aumenta o outro aumenta também. Resultados semelhantes foram encontrados em relação à Maturidade psicológica e à Aceitação/rejeição social o que supõe que quanto maior é a Maturidade psicológica da reclusa melhor ela aceita a forma como é aceite ou rejeitada socialmente.

Tabela 6. Correlação entre as adversidades na infância e o autoconceito

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Exposição a violência doméstica (1)	-								
Negligência física (2)	-.379*	-							
Negligência emocional (3)	-.007	.242	-						
Abuso físico (4)	.282	-.234	.269	-					
Abuso emocional (5)	.069	-.253	.308	.617**	-				
Aceitação/rejeição social (6)	.169	-.151	-.215	-.133	-.075	-			
Autoeficácia (7)	.081	.039	.200	.019	-.050	.385*	-		
Maturidade psicológica (8)	.000	.070	-.145	-.255	-.248	.542**	.483**	-	
Impulsividade (9)	.018	-.247	-.135	.085	-.077	.465**	.083	.253	-

Nota: * $p < .05$; ** $p < .01$

Procurou-se, ainda, verificar se existe relação entre o tipo de crime cometido e as adversidades pelas quais as inquiridas passaram na infância, nomeadamente a Exposição a violência doméstica (Hipótese 1). A análise dos dados revelou que não existe correlação significativa entre as duas variáveis ($r = -.098$, $p = .582$). Todavia, as correlações negativas sugerem que quanto menores são os níveis de Exposição a violência doméstica, Negligência física, Negligência emocional e Abuso físico, menos graves são os crimes cometidos na idade adulta. O mesmo não se verifica em relação ao Abuso emocional.

Em suma, os resultados obtidos permitem-nos constatar que não existe associação entre o tipo de crime cometido e as adversidades sofridas na infância, o que sugere que são outros fatores que levam as reclusas a cometer os crimes, nomeadamente, os maus tratos conjugais.

“não o matei de propósito (...) só me defendi de sempre me bater”.³⁶

³⁶ Carla (nome fictício) - Reclusa

CAPÍTULO 3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.1. Verificação de hipóteses

Alves e Maia (2010) sugerem que as adversidades durante a infância têm um forte impacto no comportamento na idade adulta. No entanto, os primeiros estudos acerca desta temática, apenas destacavam os maus-tratos, nomeadamente, os abusos físicos, emocionais e sexuais.

Atualmente, o domínio da adversidade foi alargado e consideram-se como experiências adversas as agressões diretas, mas também as omissões de cuidados e as condições gerais que afetam o ambiente e o equilíbrio familiar onde a pessoa está inserida (Felitti et al., 1998).

As mulheres reclusas são uma população onde a adversidade tem sido descrita como muito prevalente. Tendo-se vindo a verificar que as mulheres que se encontram detidas apresentam uma elevada taxa de exposição aos mais variados traumas, especialmente a abuso e negligência durante a infância (Green et al., 2005).

A partir do estudo das adversidades na infância em mulheres reclusas têm surgido evidências que apontam que tais experiências adversas aumentam a probabilidade de envolvimento em atos criminosos. Sani (2004) sugere que as crianças que são expostas a padrões de comportamento violento têm maior probabilidade de usar esses comportamentos no futuro, sendo a vivência de situações de abuso e negligência um risco acrescido para a perpetuação de atos violentos. No mesmo sentido Moreira (2008) refere que a situação de reclusão surge, quase, como uma decorrência natural de um conjunto de antecedentes individuais, familiares e sociais.

Pretendia-se, com este estudo, conhecer as características psicossociais das mulheres reclusas angolanas e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nos seus padrões de comportamento atuais.

Perante o exposto, partimos para este estudo motivados pela convicção que existe uma relação positiva entre as adversidades na infância (exposição a violência doméstica, negligência física, negligência emocional, abuso físico e abuso emocional), o comportamento desviante (reclusão) e o autoconceito (aceitação/rejeição social, autoeficácia, maturidade psicológica e impulsividade) das mulheres detidas. No sentido de averiguar se os pressupostos por nós definidos têm fundamento, passamos à análise das hipóteses colocadas no início do nosso estudo, tendo por base os dados quantitativos e qualitativos recolhidos.

Hipótese 1: O tipo de crime cometido está associado com a exposição a violência doméstica

Após a análise dos dados, constatou-se que o tipo de crime cometido não está associado com a exposição a violência doméstica, ao contrário da primeira hipótese inicialmente formulada.

Verificamos que a maioria das reclusas se encontra detida por homicídio, resultados que vão em sentido contrário aos encontrados por Cunha (2002) que refere que a esmagadora maioria das reclusas se encontra detida por processos relacionados com o narcotráfico e provenientes de baixos estratos sociais.

O nosso estudo revela, ainda, que 14.7% das inquiridas possui o Ensino Superior e que a maioria se encontrava empregada e a desempenhar profissões qualificadas (*e.g.*, economista, educadora de infância, enfermeira, militar, professora, secretária executiva) antes da detenção. No mesmo sentido vão os estudos de Cunha (1994), que refere que grande parte das reclusas são de origem urbana, com um maior grau de escolaridade e com profissões mais qualificadas relativamente às condenadas pelos outros tipos de crime. Por outro lado, Dinis, Moreno, Sousa e Tomé (1995) referem que à mulher homicida está associada a proveniência rural, pois a maioria reside em aldeias e vilas.

No que se refere ao tipo de crime cometido, os nossos resultados vão ao encontro dos obtidos por Moreno e Sousa (1996) segundo os quais os motivos apontados pelas homicidas para o cometimento do delito remete-nos para questões afetivas relacionadas com o cônjuge/companheiro. Snider (2003) acrescenta que a maioria das mulheres refere ser vítima do companheiro violento.

Hipótese 2: O suporte social influencia o comportamento desviante das mulheres angolanas (reclusão)

Relativamente à influência do suporte social e dos antecedentes criminais dos familiares no comportamento desviante das reclusas, pudemos constatar que não existe qualquer ligação, pois a maior parte das inquiridas referiu que o pai, a mãe e os outros familiares mais próximos não têm antecedentes criminais, nem nunca estiveram presos.

Neste contexto, Uchino, Cacioppo e Kiecolt-Glaser (1996), referem que o suporte social exerce um papel fundamental na vida do indivíduo, pois cumpre importantes funções nas dimensões social, psicológica e comportamental.

Hipótese 3: A história de vida das mulheres reclusas tem influência nos padrões de comportamento atuais (reclusão)

Pretendeu-se, também, verificar se a história de vida das mulheres reclusas tem influência nos padrões de comportamento atuais (reclusão) e tanto a análise qualitativa com a quantitativa revelaram que não. Os dados decorrentes da nossa amostra revelam que a maior parte das inquiridas viveu com ambos os progenitores durante a infância e com os quais mantinha uma boa relação. Referiram, ainda, possuir um suporte social equilibrado, sendo a grande maioria é casada ou a viver em união de facto e com filhos.

Resultados semelhantes foram encontrados por Moreno e Sousa (1996) que referem que as reclusas que não viveram durante a infância/juventude com a família nuclear podem ter desencadeado uma maior desestabilização afetiva, durante este período de vida, o que posteriormente se poderá refletir no seu processo de socialização.

Na sequência desta ideia, Gonçalves (2003) afirma que a família é muito importante para o ajustamento psicossocial do indivíduo, pois tanto pode funcionar como um elemento protetor como de risco. Estas conclusões são, ainda, compatíveis com as encontradas no estudo efetuado por Fonseca (2002) segundo o qual é esperado que certos comportamentos desviantes se concentrem em determinadas famílias. Acrescenta, ainda, que 39% dos jovens condenados referiram que o pai (28%), a mãe (14%) e/ou os irmãos mais velhos (50%) que já tinham sido presos.

Hipótese 4: Existe correlação entre as adversidades vividas na infância e o autoconceito das mulheres reclusas

No que diz respeito à associação existente entre as adversidades vividas na infância e o autoconceito das mulheres reclusas, verificou-se que as correlações mais elevadas são as que decorrem entre o Abuso emocional e o Abuso físico e a Maturidade psicológica e a Aceitação/rejeição social. Os resultados obtidos revelam que ambas as correlações tendem no mesmo sentido, pelo que sempre que Abuso emocional aumenta, o Abuso físico aumenta também. Resultados semelhantes foram encontrados para a Maturidade psicológica e a Aceitação/rejeição social o que sugere que à medida que a Maturidade psicológica aumenta a reclusa encara melhor a aceitação ou rejeição social.

CONCLUSÃO

A redução da desigualdade entre os sexos implica uma maior presença da mulher não apenas na área do trabalho fora de casa, mas em diferentes campos, entre os quais se inclui a criminalidade. De acordo com os estudos de vários autores (*e.g.*, Alberto 2006; Alves & Maia, 2010; Matos, 2008) as mulheres que cometem delitos, frequentemente, sofreram maus-tratos na infância. Estas adversidades estão, muitas vezes, correlacionadas com comportamentos criminais e um baixo autoconceito na idade adulta.

A violência física extrema, nomeadamente o homicídio, é sobretudo uma violência característica do sexo masculino, sendo as mulheres, mais frequentemente, vítimas do que autoras. No entanto, quando cometem homicídio, quase sempre o fazem em contexto familiar e conjugal. Segundo Pais (1998) mais de metade das mulheres homicidas refere cometê-lo em legítima defesa. A autora refere, ainda, que as mulheres que cometem homicídio conjugal encontram-se maioritariamente na faixa etária dos 40 aos 59 anos, resultados semelhantes aos encontrados no nosso estudo, que demonstram que a maior parte das reclusas tem mais de 35 anos.

A maioria das reclusas do Estabelecimento Prisional de Viana foram condenadas (70.6%) e 23.5% encontram-se detidas; o crime mais frequente é o homicídio; 11.8% refere já ter sido presa uma vez, por motivo de furto ou homicídio, ocorrendo a primeira detenção entre os 18 e os 38 anos.

No que diz respeito à manutenção dos laços sociofamiliares durante a vivência prisional, a maior parte das reclusas mencionou não receber visitas, o que poderá ser explicado pela dificuldade por parte da família em deslocar-se ao estabelecimento prisional, que se situa longe da sua área de residência. Este tem sido um dos problemas notados no contexto da reclusão feminina, pois normalmente os estabelecimentos prisionais destinados exclusivamente às mulheres são escassos, concentrando reclusas de diversas áreas geográficas.

As relações sociais entre as reclusas são marcadas por um permanente estado de tensão latente que resulta tanto da ação direta e indireta da cadeia, como da saturação que sentem de si e das suas companheiras. Esta vivência permite delinear condutas que, não sendo subservientes facilitam o acesso a regalias que mesmo sendo partilhadas, são utilizadas em benefício próprio.

Os resultados obtidos no nosso estudo revelam que a maior parte das reclusas mantém uma boa relação com as outras reclusas, de quem recebem apoio emocional e afetivo, bem como ajuda nas tarefas diárias e ao nível da alimentação.

A questão relativa à existência de relacionamentos de carácter mais íntimo dentro da prisão, não foi bem acolhida, o que poderá ser explicado pelo facto da homossexualidade, ainda, não ser algo bem aceite em Angola. Todavia, em conversa informal com algumas reclusas foi deixado escapar que poderá existir alguma relação furtiva.

Foi, também, possível constatar que existe uma interação constante, continuada e insubstituível entre reclusas e guardas/funcionárias da prisão e apesar da sociedade estereotipar este relacionamento como antagónico, as reclusas referiam existir uma relação saudável entre ambas as partes. Os dois lados têm presente que as relações que estabelecem, apesar de não serem de amizade, também não são de confronto e pautam-se pela agressividade contida que faz parte do ambiente prisional. No entanto, algumas reclusas revelaram ser vítimas de violência física por parte das guardas/funcionárias da prisão.

No que à higiene, saúde e alimentação diz respeito, verificou-se que a maior parte cuida da aparência/higiene pessoal; recebe cuidados de saúde sempre que necessário; e considera que a alimentação é boa apesar de ser em pouca quantidade.

O consumo (dependência) de drogas e álcool foi referido positivamente por algumas reclusas. No entanto, todas as inquiridas mencionaram que desde que se encontram na prisão deixaram de consumir, pois “*ali não entra nada*”.

Tendo em conta a situação de reclusão em que as participantes no estudo se encontram, podemos afirmar que o ambiente é bastante razoável, pois têm direito a receber visitas e a telefonar aos seus familiares, mantendo assim, algum contacto com o mundo exterior. Podem ainda, disfrutar de um salão de beleza, um aspeto bastante valorizado pelas reclusas que gostam de andar sempre bem arranjadas

“Costumam arranjar-se umas às outras, são muito vaidosas e estão sempre bem arranjadinhas tanto no cabelo, como no rosto e unhas e até mesmo na roupa e sapatos, principalmente quando vão à escola, recebem visitas ou quando vão ao tribunal.”³⁷

Em relação aos antecedentes criminais dos familiares, são poucas as reclusas que afirmaram a existência dos mesmos em relação ao pai e familiares próximos. Quanto à mãe, a totalidade das inquiridas afirmou que os mesmos não existem.

“nunca ninguém da minha família conheceu uma cadeia, só eu mesmo!”³⁸

Por último, foi possível constatar que uma das maiores fontes de *stress* sentidas pelas mulheres reclusas se prende com a sensação de perda dos seus filhos. Este sentimento, advém, principalmente, devido ao facto de não estarem presentes nas suas vidas e como tal começam a perceber-se como más mães.

“Não sou a mesma. A perda da minha filha ensinou-me que eu sou culpada. Porque se eu não estivesse aqui, ela se calhar não precisava de viver fora de mim e se calhar ainda estaria viva”.³⁹

³⁷ Lucinda (nome fictício) – Guarda prisional

³⁸ Ana (nome fictício) - Reclusa

Importa, ainda, referir que relativamente às adversidades por que passaram na infância, a negligência física é a que apresenta os valores médios mais elevados, seguindo-se a negligência emocional.

“Era uma criada, nunca tive um carinho nem nada (...) batiam-nos e nem sempre tínhamos comida”.

No que diz respeito ao autoconceito, os resultados revelam que a Aceitação/rejeição social e a Impulsividade são as dimensões que ostentam valores médios superiores.

Relativamente, às aspirações das reclusas após a saída da prisão, a maioria refere que gostava de recuperar o tempo perdido junto dos seus familiares e até quem sabe formar uma nova família.

Algumas reclusas pensam retomar os estudos e dedicar-se à igreja.

“A minha personalidade sofreu uma grande alteração porque agora sou da igreja.”⁴⁰

Existem, ainda, algumas que não têm quaisquer planos para o futuro.

*“Só espero não encontrar um demónio e voltar a trabalhar naquilo que fazia, ir à lavra”.*⁴¹

Como limitações do presente estudo reportamos o tamanho da amostra e o facto de não ter sido possível efetuar entrevistas com todas as participantes desta investigação, pois teria sido interessante perceber os reais motivos que levaram as reclusas a cometer os crimes pelos quais estão condenadas e aprofundar a sua história desde a infância até ao momento atual. Também é de sublinhar que nem sempre as reclusas estavam disponíveis para falar dos assuntos que constavam do questionário e que, após alguma insistência por parte da investigadora, acabavam por responder a primeira coisa que lhes vinha à cabeça. Assim, seria pertinente uma replicação deste estudo, que colmatasse as lacunas verificadas no decorrer do mesmo.

Iniciámos esta investigação convictos que existe uma associação significativa entre as várias adversidades sofridas na infância e o autoconceito, nomeadamente ao nível da aceitação/rejeição social, autoeficácia, maturidade psicológica e impulsividade. No entanto, os resultados qualitativos e quantitativos revelam que não existe qualquer uma relação direta entre os dois constructos.

³⁹ Leonor (nome fictício) - Reclusa

⁴⁰ Domingas (nome fictício) - Reclusa

⁴¹ Carla (nome fictício) - Reclusa

BIBLIOGRAFIA

- Alberto, I. M. (2006), *Maltrato e Trauma na Infância*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Albino, M. C. (2009), *Intervenção social no contexto de execução de penas: manual de ação social prisional*, Maputo, Projecto de Apoio ao Desenvolvimento dos Sistemas Judiciários.
- Almeda, E. (2003), *Mujeres encarceladas*, Barcelona, Ariel.
- Almeida, V. P. (2006), “Repercussões da violência na construção da identidade feminina da mulher presa: um estudo de caso”, *Psicologia Ciência e Profissão*, XXVI, (4), pp. 604-619.
- Alves, J. F. (2009), *Experiências adversas na infância e comportamentos de risco para a saúde em mulheres reclusas*, Dissertação de Mestrado em Psicologia da Saúde, Minho, Instituto de Educação e Psicologia.
- Alves, J. F. e Maia, A. (2010), “Experiências adversas durante a infância e comportamentos de risco para a saúde em mulheres reclusas”, *Psicologia, Saúde & Doenças*, XI, (1), pp. 151-171.
- Alvim, R. C. (1991), *O trabalho penitenciário e os direitos sociais*, São Paulo, Atlas.
- Amaral, J. (2008), *Competências sociais e pessoais: actividades prisionais num estabelecimento especial da região Norte*, Porto, Universidade Fernando Pessoa.
- Anda, R. F., Felitti, V. J., Bremner, J. D., Walker, J. D., Whitfield, C., Perry, B. D.,... Giles, W. H. (2006), “The enduring effects of abuse and related adverse experiences in childhood: a convergence of evidence from neurobiology and epidemiology”, *European Archives of Psychiatry and Clinical Neuroscience*, 256, pp. 174-186.
- Anda, R. F., Whitfield, C. L., Felitti, J. V., Chapman, D., Edwards, V. J., Dube, S. R. e Williamson, D. F. (2002), “Adverse childhood experiences, alcoholic parents, and later risk of alcoholism and depression”, *Psychiatric Services*, LIII, (8), pp. 1001-1009.
- Antunes, M. e Pinto, I. (2011), *Execução das penas e medidas privativas da liberdade*, Coimbra, Coimbra Editora.
- Azevedo, M. C. e Maia, A. C. (2006), *Maus-Tratos à Criança*, Lisboa, Climepsi.
- Burman, M., Brown, J. e Batchelor, S. (2003), “Taking it to heart: the meanings of violence in girls’ lives”, em E. Stanko (Ed.), *The meaning of violence* (pp. 72-89), London, Routledge.
- Butt, K. M. (2014), “Woman prisoners: a case study of Central Jail, Kot Lakhpat, Lahore”, *A Research Journal of South Asian Studies*, XIX, (1), pp. 207-228.
- Carmo, I. (2008), *O impacto da prisão na conjugalidade*, Lisboa, ISCTE.
- Carvalho, C. (2003), *Corpos Minados: um estudo exploratório no espaço interno da cultura prisional*, Coimbra, Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- CEAR (2001), *Sistemas penitenciários: desenvolvimento histórico*, Luanda, D.G.I.P.
- Chapman, D. P., Whitfield, C. L., Felitti, J. V., Dube, S. R., Edwards, V. J. e Anda, R. F. (2004), “Adverse childhood experiences and the risk of depressive disorders in adulthood”, *Journal of Affective Disorders*, 82, pp. 217-225.
- Costa, A. B. (2007), *Exclusões sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Costa, A. M. (1999), *O trabalho prisional e a reintegração social do detento*, Florianópolis, Insular.
- Cunha, M. I. (1994), *Malhas que a reclusão tece: questões de identidade numa prisão feminina*, Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- Cunha, M. I. (2002), *Entre o bairro e a prisão: tráfico e trajectos*, Lisboa, Fim de Século.
- Cunha, M. I. (2006), “A prisão segundo o género”, em *Seminário Nacional - Educar o Outro As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas* (pp. 81-89), Coimbra, Universidade de Coimbra
- Cunha, M. I. (2008), *Aquém e além da prisão: cruzamentos e perspectivas*, Lisboa, 90 Graus.

- Dinis, A., Moreno, A., Sousa, H. e Tomé, T. (1995), *Os caminhos e os perfis da reclusão feminina: o caso de Tires*, Lisboa, Instituto Superior de Serviço Social.
- Dong, M., Anda, R. F., Dube, S. R., Giles, W. H. e Felitti, J. V. (2003), “The relationship of exposure to childhood sexual abuse to other forms of abuse, neglect, and household dysfunction during childhood”, *Child Abuse and Neglect*, 27, pp. 625-639.
- Dube, S. R., Felitti, V. J., Dong, M., Chapman, D. P., Giles, W. H. e Anda, R. F. (2003), “Childhood abuse, neglect, and household dysfunction and the risk of illicit drug use: the adverse childhood experiences”, *Pediatrics*, CXI, (3), pp. 564-572.
- Ducados, H. (2004), “A mulher angolana após o final do conflito”, em G. Meijer (Coord), *Accord: da Paz militar à justiça social? O processo de paz angolano* (pp. 58-61), Londres, Conciliation Resources.
- Durkheim, E. (2003), *As regras do método sociológico*, São Paulo, Martin Claret.
- Dutra, T. C. (sine anno), *A criminalidade feminina com relação ao tráfico de drogas, frente à Lei 11.343/06*. Disponível através de: http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduação/tcc/tcc2/trabalhos2012_2/thaise_dutra.pdf
- Feijó, C. (2012), *A coexistência normativa entre o Estado e as autoridades tradicionais na ordem jurídica plural angolana*, Coimbra, Almedina.
- Felitti, V. J. (2002). The relation between adverse childhood experiences and adult health: turning gold into lead. *The Permanente Journal*, 6, 44-47.
- Felitti, V. J., Anda, R. F., Nordenberg, D., Williamson, D. F., Spitz, A. M., Edwards, V., ... Marks, J. S. (1998), “Relationship of childhood abuse and household dysfunction to many of the leading causes of death in adults: the Adverse Childhood Experiences (ACE) Study”, *American Journal of Preventive Medicine*, XIV, (4), pp. 245-258.
- FME - Fórum Económico Mundial (2011), *Relatório sobre Disparidade de Gênero no Mundo de 2011*, Washington, Banco Mundial.
- Figueiredo, B., Fernandes, E., Matos, R. e Maia, A. (2002). “Maus-tratos na infância: trajetórias desenvolvimentais e intervenção psicológica na idade adulta”, *Violência e Vítimas de Crimes*, 1, pp. 163-209.
- Fonseca, C. R. (2010), *Crime e castigo: as mulheres na prisão*, Coimbra, Almedina.
- Frinhani, F. M. e Souza, L. (2005), “Mulheres encarceradas e espaço prisional: uma análise de representação social”, *Revista psicologia: teoria e prática*, VII, (1), pp. 61-79.
- Gonçalves, R. A. (1993), *A adaptação à prisão: um processo vivido e observado*, Lisboa, Direção Geral dos Serviços Prisionais.
- Gonçalves, R. A. (2000), *Delinquência, crime e adaptação à prisão*, Coimbra, Quarteto.
- Gonçalves, R. A. (2003), “El papel de la familia en la explicación del comportamiento antisocial en la infancia y adolescência”, em R. Arce e F. Fariña (Eds.), *Avances en torno al comportamiento antisocial, evaluación y tratamiento* (pp. 141-163), Madrid, Ministerio de Trabajo y Assuntos Sociales.
- Gonçalves, R. A. e Lopes, M. (2004), “Mulheres na prisão: percursos em família”, *Polícia e Justiça: Família, Violência e Crime*, 3, pp. 153-168.
- Gonçalves, R. A. e Lopes, M. (2006), “As Mulheres na prisão: implicações para a reprodução da criminalidade”, em *Seminário Nacional - Educar o Outro As Questões de Género, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas* (pp. 55-77), Coimbra, Universidade de Coimbra
- Green, B. L., Miranda, J., Daroowalla, A. e Siddique, J. (2005), “Trauma exposure, mental health functioning, and program needs of women in jail”, *Crime and Delinquency*, 51, pp. 133-151.
- Hatch, S. L. (2005), “Conceptualizing and identifying cumulative adversity and protective resources: Implications for understanding health inequalities”, *Journals of Gerontology*, 60B (Special Issue), pp. 130-134.

- Hossi, B. L. (2011), *Sistema Prisional em Angola: uma análise histórica: 1954-1975*, Dissertação de Licenciatura, Luanda, ISCED.
- Jorge, M. (1988), *Para compreender Angola*, Lisboa, Dom Quixote.
- Leal, J. M. (2007), *Crime no feminino: trajetórias delinquentiais de mulheres*, Coimbra, Almedina.
- Lewis, C. F. (2005), “Post-traumatic stress disorder in HIV-positive incarcerated women”, *Journal of American Academy Psychiatry Law*, 33, pp. 455-464.
- Machado, V. (2009), *A reintegração social do preso: uma análise sobre os principais discursos contrários e favoráveis à finalidade ressocializadora da pena*
Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/18118/a-reintegracao-social-do-preso>
- Maia, R. L. (2000), *Dicionário de Sociologia*, Porto, Escolar Editora.
- Maia, A. e Seabra, A. (2007), “Experiências adversas, comportamentos de risco, queixas de saúde e preocupações modernas de saúde em universitários: uma comparação entre diferentes licenciaturas”, *Psicologia, Saúde e Doenças*, 8, pp. 167-180.
- Martins, M. (2012), *A vivência e sobrevivência dos reclusos nas cadeias angolanas*. Disponível em: <http://www.ispsn.org/sites/default/files/magazine/articles/N2%20art5.pdf>
- Matos, R. (2008), *Vidas raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*, Coimbra, Almedina.
- Matos, R. e Machado, C. (2007), “Reclusão e laços sociais: discursos no feminino”, *Análise Social*, LXII, (185), pp. 1041-1054.
- Messina, N., Grella, C. E., Cartier, J. e Torres, S. (2010), “A randomized experimental study of gender-responsive substance abuse treatment for women in prison”, *Journal of Substance Abuse Treatment*, XXXVIII, (2), pp. 97-107. doi: 10.1016/j.jsat.2009.09.004
- Moreira, M. A. (2008), *Sofrimento, desespero e comportamentos suicidários na prisão*, Coimbra, Quarteto.
- Moreno, A. V. e Sousa, T. T. (1996), “A prisão no feminino: trajetórias e perfis das reclusas de Tires”, em *III Congresso Português de Sociologia* (pp. 2-9), Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia.
- Nações Unidas (2013), *Quem beneficia com a liberalização do comércio em Angola? Uma perspectiva de gênero*, Genebra, Nações Unidas.
- Ningoso, F. (2009), *As prisões*, Luanda, D.N.S.P.
- PAANE II - Programa de Apoio aos Actores não Estatais (2015), *Diagnóstico de gênero em Angola*, [Angola], European Union.
- Pais, E. (1998), *Homicídio conjugal em Portugal*, Lisboa, Hugin.
- Patto, P. V. (2008), *Reflexões sobre os fins das penas: psicologia e justiça*, Coimbra, Almedina.
- Pereira, A. C. (2011), *Vendedoras no sector informal de Luanda: sobrevivência e entreaajuda em contexto de liberalização económica*, Dissertação de Doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE-IUL.
- Pimenta, M. E. (2010), *Eventuais causas e consequências da delinquência em Angola: modelos de delinquência*, Lisboa, Calçada das Letras.
- Pimentel, E. (2008), *Criminologia e feminismo: um casamento necessário*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2014), *Relatório de desenvolvimento humano: reduzir as vulnerabilidades e reforçar resistências*, Nova Iorque, PNUD.
- Pollock, J. (1998), *Counseling women in prison*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- República de Angola (2000), *Angola: o futuro começa agora*, Paris, Éditions Hervas.
- República de Angola (2008-2009), *Inquérito Integrado sobre Bem-estar da População (IBEP/2008/2009)*.

- República de Angola (2009), *Plano Nacional 2010/2011*, Parlamento Angolano.
- República de Angola (2010), *Constituição da República de Angola*.
Disponível em: http://www.governo.gov.ao/Arquivos/Constituicao_da_Republica_de_Angola.pdf
- República de Angola (2013), *Country strategy paper and national indicative programme (2008-2013) – Angola*.
- Rocha, A. M. (2010), *Desigualdades e assimetrias regionais em Angola: os fatores de competitividade territorial*, Luanda, Universidade Católica de Angola.
- Rocha, C. e Ferreira, M. (2006), *As mulheres e a cidadania*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Rodgers, C. S., Lang, A. J., Laffaye, C., Satz, L. E., Dresselhaus, T. R. e Stein, M. B. (2004), “The impact of individual forms of childhood maltreatment on health behavior”, *Child, Abuse and Neglect*, 28, pp. 575-586.
- Rodrigues, D. (2003), *Diário de um exílio sem regresso*, Luanda, Nzila.
- Sani, A. I. (2004), “Abordagens teóricas da violência interparesntal: compreensão do ajustamento da criança ao conflito dos pais”, *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, pp. 153-177.
- Sani, A. I. (2006), “Vitimação indirecta de crianças em contexto familiar”, *Análise Social*, LXI, (180), pp. 849-864.
- Sarmiento, M. (2008), *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*, Lisboa, Universidade Lusíada.
- Sengulane, A. E. (2003). *Instituição prisional: influências das práticas quotidianas na reabilitação dos reclusos: o caso da Cadeia Central do Maputo*. Maputo: UFICS/UEM.
- Serra, A. V. (1986), “O Inventário Clínico de Auto-Conceito”, *Psiquiatria Clínica*, VII, (2), pp. 67-84.
- Serra, A. V. (1988), “O auto-conceito”, *Análise Psicológica*, II, (6), 101-110.
- Silva, E. A. (2011), Educação no meio rural em Angola: tradição, (des)igualdade de género e cidadania. *XI Congresso Luso Afro Brasileiro De Ciências Sociais (CONLAB)*.
Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1306854983_ARQUIVO_EDUCACAONOMEIURURALANGOLAXICONLAB.pdf
- Silva, E. A. e Carvalho, M. J. (2009), “Educação em Angola e (des)igualdades de género: quando a tradição cultura é factor de exclusão”, em *Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia* (pp. 2401-2416), Braga, Universidade do Minho.
- Silva, F. M. (2009), *Discursos de Reclusos: Reincidência, Reeducação e Perspectivas de Integração Social*, Dissertação de Mestrado, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Silva, S. e Maia, A. (2008), “Versão Portuguesa do Family ACEQuestionnaire (Questionário de História de Adversidade na Infância)”, em A. P. Noronha, C. Machado, L. Almeida, M. Gonçalves, S. Martins e V. Ramalho (Coord.), *Actas da XIII Conferência Avaliação Psicológica: Formas e Contextos*, Braga, Psiquilíbrios.
- Siqueira, R. J. (2001), “O trabalho e a assistência social na reintegração do preso à sociedade”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, 22, pp. 53-75.
- Snider, L. (2003), “Constituting the punishable woman: atavistic man incarcerates postmodern woman”, *British Journal of Criminology*, 43, pp. 354-378.
- Soares, B. M. e Ilgenfritz, I. (2002), *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*, Rio de Janeiro, Giaramond.
- Sousa, Q. (2008), *O tempo das redes*, São Paulo, Perspectiva.
- Uchino, B. N., Cacioppo, J. T. e Kiecolt-Glaser, J. K. (1996), “The relationship between social support and physiological processes: a review with emphasis on underlying mechanisms and implications for health”, *Psychological Bulletin*, CIX, (3), pp. 488-531.

UNESCO (2010). Four Dimensions of Sustainable Development.

Disponível em: http://www.unesco.org/education/tlsf/mods/theme_a/popups/mod04t01s03.html

UNICEF (2000), *Domestic violence against women and girls*, Florence, UNICEF.

Valente, I. O. (2001), *A situação da mulher em Angola*.

Disponível em: http://www.convibra.com.br/2009/artigos/244_0.pdf

Van Klaveren, M. (2009), *An overview of women's work and employment in Angola*. Decisions for Life MDG3 Project. Amsterdam Institute for Advanced Labour Studies (AIAS), University of Amsterdam.

Disponível em: http://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/Country_Report_No2-Angola_EN.pdf

Wage Indicator (2015), *Disparidades salariais entre homens e mulheres*.

Disponível em: <http://www.meusalario.org/angola/main/salario/disparidades-salariais/disparidades-salariais-baseada-no-genero>

Zau, F. (2002), *Angola: trilhos para o Desenvolvimento*, Lisboa, Universidade Aberta.

APÊNDICES

Apêndice 1. Questionário sociodemográfico

Este questionário destina-se a **fins meramente académicos** e insere-se no âmbito de um trabalho de investigação de uma dissertação de mestrado. Sumariamente, procura-se estudar a criminalidade feminina, no Estabelecimento Prisional de Viana, em Luanda.

As respostas são anónimas e os dados serão tratados de forma totalmente confidencial. O seu preenchimento demora cerca de 20 minutos. Por favor, responda a **todas** as questões, pois só assim estará a contribuir para o sucesso desta investigação.



Muito obrigada!

Dados pessoais:

Idade: ____ anos

Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____

Habilitações literárias: Nenhum Básico Secundário Superior

Alguém a ajudou a preencher este questionário? Sim Não

Estado Civil: Solteira Casada União de facto Outro: _____

Tem filhos: Sim Não

Em caso afirmativo, quantos? _____

Estão consigo no Estabelecimento Prisional: Sim Não

Em caso negativo, com quem estão? _____

Tem irmãos: Sim Não

Em caso afirmativo, quantos? _____

Religião: Católica Evangélica Nenhuma Outro: _____

Sofre de alguma doença física? Sim Não

Em caso afirmativo, qual? _____

Sofre de alguma doença psicológica? Sim Não

Em caso afirmativo, qual? _____

Estava empregada antes da prisão: Sim Não

Em caso afirmativo, que profissão exercia? _____

Já esteve presa: Sim Não

Em caso afirmativo, quantas vezes? _____

Idade da primeira detenção: _____

Durante quanto tempo? _____

Motivo: _____

Há quanto tempo está presa? _____

Qual a duração da sua pena: _____

Crime pelo qual foi condenada: _____

Recebe visitas? Sim Não

Em caso afirmativo, de quem? _____

Com que periodicidade? _____

Como é a sua relação com as outras reclusas? Boa Má

Procuo não me envolver com as outras reclusas

Como é a sua relação com as guardas prisionais? Boa Má

Não existe qualquer tipo de relacionamento, além do exigido

Recebe algum apoio das outras reclusas? Sim Não

Quais? _____

Habitualmente cuida da sua aparência/higiene pessoal? Sim Não Algumas vezes

Quando é necessário recebe cuidados de saúde? Sim Não Até agora nunca foi necessário

Como é a alimentação aqui dentro? Boa Má

Muita quantidade Pouca quantidade

Tem alguma relação afetiva com outra reclusa? Sim Não

Em caso afirmativo, há quanto tempo dura? _____

Tem alguma relação afetiva com uma guarda/funcionária da prisão? Sim Não

Em caso afirmativo, há quanto tempo dura? _____

É vítima de algum tipo de violência? Sim Não

Em caso afirmativo, de que tipo? _____

Por quem? _____

Consome ou já consumiu drogas (dependência)? Sim Não

Em caso afirmativo, continua a consumir? Sim Não Qual? _____

Consome ou já consumiu álcool (dependência)? Sim Não

Em caso afirmativo, continua a consumir? Sim Não Qual? _____

Dados familiares:

Com quem viveu durante a infância?

Ambos os pais Só com a mãe Só com o pai Mãe e padrasto Pai e Madrasta

Avós Outros Quem? _____

Zona de residência: Urbana Rural

Tipo de habitação: Casa Apartamento Quarto Outra Qual? _____

Existiam condições sanitárias básicas? Sim Não

Dados do pai:

Idade: ____ anos

Habilitações literárias: Nenhum Básico Secundário Superior

Tem antecedentes criminais? Não Sim De que tipo? _____

Existência de: Alcoolismo Dependência de drogas Problemas psicológicos Prostituição

Dados da mãe:

Idade: ____ anos

Habilitações literárias: Nenhum Básico Secundário Superior

Tem antecedentes criminais? Não Sim De que tipo? _____

Existência de: Alcoolismo Dependência de drogas Problemas psicológicos Prostituição

Tem familiares com antecedentes criminais? Não

Sim Quem? _____ De que tipo? _____

Apêndice 2. Guião de entrevista

I. CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

Em traços gerais, fale-me das principais etapas da sua vida até ao momento atual, começando por referir:

- Idade
- Estado civil
- Naturalidade
- Nacionalidade
- Nível de escolaridade
- Local de nascimento
- Escolaridade
- Religião

II. ORIGEM SOCIAL/FAMILIAR

- De onde são oriundos os seus pais?
- Que profissões tinham/têm?
- Qual era/é a escolaridade deles?
- Como é a casa onde vivia antes de ser presa?
- Tem água?
- Tem luz?
- Tem fogão e frigorífico?

III. TRAJETÓRIA FAMILIAR

Fale-me das experiências que mais marcaram a sua vida e de que forma essas experiências influenciaram a sua forma de encarar a vida e a pessoa que é hoje, referindo:

- As condições de vida na sua infância/adolescência?
- Onde viviam?
- Como era a casa onde cresceu?
- Cresceu no seio da sua família ou alguém cuidou de si?
- Como era a sua relação com os seus pais e irmãos?
- Quais eram os desejos que os seus pais tinham em relação a si e aos seus irmãos em termos de escolaridade e o tipo de profissão que deviam ter?
- Que tipo de orientação e conselhos os seus pais lhe davam?
- Eram atenciosos?

- Foram sempre uns pais presentes ou não?
- Em que momento é que saiu de casa dos seus pais para se tornar uma pessoa independente?
- Por que razão é que saiu de casa?
- Foi morar sozinha?
- Consume ou já consumiu álcool ou drogas (dependência)?
- Em caso afirmativo, continua a consumir? Qual?
- Tem alguma experiência de casamento e/ou união de facto ou relacionamentos conjugais?
- Como conheceu o seu marido/namorado?
- Como é que ele reagiu à sua reclusão?
- Tem filhos (número e idade)?
- Em caso afirmativo, com quem ficaram os seus filhos?
- Além dos seus filhos biológicos, também tem filhos de criação? Em caso afirmativo, quantos e com que idades?
- Quando é que nasceram?
- São todos da mesma união conjugal ou não?
- Como reagiram os seus filhos quando foi presa? Atualmente como lidam com esta situação?
- Dão-lhe algum tipo de apoio?
- Que importância eles têm para si?

IV. TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL/OCUPACIONAL

Relativamente ao seu percurso escolar e profissional/ocupacional:

- Onde concluiu o seu grau de escolaridade?
- Foi no ensino Público/Privado, Escola profissional/RVCC/Novas Oportunidades?
- Como foi o seu percurso escolar?
- Gostava da escola?
- Houve professores que a marcaram? De que forma?
- Alcançou o que esperava ou sonhava em relação aos estudos?
- Como era o seu comportamento na sala de aulas/escola?
- Foi castigado (punições ou suspensões)?
- Como eram as suas relações com os colegas?
- Que profissões já teve até hoje? Qual delas o realizou mais e porquê?
- Alcançou o que esperava ou o que sonhava em relação à sua profissão?
- Lá fora trabalhava?
- Que atividades desenvolvia?
- Se estava desempregado como sobrevivia?

- Qual era a profissão que mais gostava de ter?
- O que mais gostava de fazer nos seus tempos livres?

V. TRAJETÓRIA CRIMINAL: RECLUSÃO E TIPO DE PENA

Abordando agora o motivo que a levou à prisão, fale-me sobre:

- O tipo de crime que praticou e o que a levou a fazê-lo?
- É reincidente?
- Quantos anos de prisão apanhou?
- Quantos anos lhe faltam cumprir?
- O que pensa acerca da pena que lhe aplicaram?
- Aceitou pacificamente (sem levantar problemas) a pena que lhe foi atribuída?
- Como se sentiu no início? Como lida hoje com a situação?
- O que é mais difícil na vida de reclusão?
- Em que regime se encontra neste momento?
- Como tem sido o seu percurso cá dentro?

VI. RECLUSÃO: SIGNIFICADO, ESTRATÉGIAS ADOTADAS E MUDANÇAS SOFRIDAS

Fale-me sobre o significado que atribui ao papel de presa, nomeadamente:

- O que sente pelo facto de estar detida?
- Quais são os aspetos que considera mais negativos e os mais positivos no seu período de reclusão?
- Sofre de qualquer tipo de estigma/discriminação/violência?
- Quais são as defesas que adota?
- Acha que é a mesma pessoa do que quando vivia em liberdade ou mudou muito?
- O que considera ter mudado na sua personalidade?
- Mantém boas relações interpessoais no Estabelecimento Prisional?
- Como é que se dá com as outras mulheres, no Estabelecimento Prisional, também em cumprimento de pena? E com as funcionárias da prisão?
- Quem são as suas amigas cá dentro?
- Acha que estas amizades vão continuar depois de sair da prisão?
- Em relação às outras reclusas, quais são os seus maiores problemas no seu relacionamento com elas?
- Costumam ajudar-se umas às outras? De que forma?
- Do que é que tem mais medo aqui dentro?

- Existe da sua parte arrependimento e vontade em mudar?
- Dá agora outro sentido à vida?
- Acha que será melhor cidadã após o cumprimento da pena ou a reclusão não a mudou a este nível?

VII. TRABALHO EM MEIO PRISIONAL

Relativamente às atividades laborais e ocupacionais desenvolvidas no Estabelecimento Prisional, diga-me qual é a importância que atribui ao trabalho cá dentro, referindo:

- Dentro da cadeia desenvolve alguma atividade que dê rendimentos financeiros?
- Qual a atividade que mais gosta de desenvolver no Estabelecimento Prisional?
- Que tipo de trabalho desenvolve e que funções lhe são atribuídas?
- E em termos de competências, o trabalho que desenvolve vai ou não ao encontro do que fazia lá fora?
- Gostava de poder trabalhar noutra área?
- Considera produtivo e reconhecido o seu trabalho?
- Tem aspirações profissionais para a sua vida após o cumprimento da pena de prisão?
- O que quer fazer termos profissionais depois de sair?

VIII. IMPACTO DA RECLUSÃO NA VIDA FAMILIAR

Gostava de saber a sua opinião relativamente às implicações que a situação de reclusão lhe provocou nas suas relações mais próximas, nomeadamente:

- Que mudanças ocorreram em termos psicológicos, afetivos e emocionais, tanto na sua pessoa como no relacionamento com o seu marido/companheiro, filhos, pais, amigos e vizinhos? E de que forma essas mudanças ocorreram?
- Acha que o seu papel de mãe/mulher/filha sofrerá alterações após o cumprimento da pena?
- Sente que foi criado algum tipo de distanciamento em termos afetivos e relacionais com o seu marido, pais e filhos ou pelo contrário, o cumprimento da pena levou a uma maior aproximação entre vocês?

IX. VISITAS

Para concluir fale-me um pouco das visitas que lhe fazem, nomeadamente:

- O que acha das visitas íntimas e das saídas precárias (aspetos positivos e negativos)?
- De quem recebe mais visitas?

- Continuam a ser as mesmas pessoas que já lhe eram mais próximas ou não?
- Gostava que o sistema de visitas funcionasse de outra forma? Se sim, como e porquê?
- O que deseja para si no futuro? E para a sua família?
- O que vai fazer para não regressar à prisão?
- Tem noção das dificuldades que enfrentará?
- Que projetos tem para o futuro?

Apêndice 3. Pedido de autorização para a realização do estudo

Exmº Senhor
Diretor do Estabelecimento
Prisional de Viana
Luanda

Assunto: Pedido de autorização para a realização de um estudo sobre criminalidade no feminino.

O meu nome é Juscelina Evelize do Sacramento Fernandes e sou aluna do Mestrado em Estudos Africanos, Departamento de Sociologia e Políticas Públicas, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

No âmbito da minha dissertação, estou a realizar um estudo que visa conhecer as características psicossociais das mulheres reclusas angolanas e compreender de que modo a sua história de vida se relaciona e tem influência nos seus padrões comportamentais atuais.

Neste sentido, venho solicitar a V. Ex^a autorização para recolher os dados junto das reclusas do Estabelecimento Prisional de Viana, em Luanda. As informações recolhidas são estritamente confidenciais, pois os resultados apenas serão utilizados neste estudo. Para qualquer informação adicional estou ao seu dispor através do telefone XXX XXX XXX.

Grata desde já pela atenção dispensada, apresento os meus melhores cumprimentos.

Luanda, 19 de Janeiro de 2015

A Investigadora: _____

Apêndice 4. Consentimento informado

Eu, abaixo-assinado, (nome completo da reclusa) _____ compreendi a explicação que me foi fornecida acerca do estudo que tenciona realizar. Foi-me dada oportunidade de fazer as perguntas que julguei necessárias e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação ou explicação que me foi prestada versou os objetivos e os métodos. Além disso, foi-me afirmado que tenho o direito de recusar a todo o momento a minha participação no estudo.

Pelos motivos apresentados, aceito participar no estudo proposto.

Data: Março de 2015

Assinatura da reclusa: _____

Assinatura da investigadora: _____

ANEXOS

Anexo 1. Questionário de história de adversidade na infância

Por favor, refira em que medida as seguintes afirmações se aplicam a si. Use a seguinte escala de 5 pontos, colocando à frente de cada afirmação o número correspondente à sua resposta.

1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Algumas vezes	Muitas vezes	Sempre

Com que frequência é que o seu pai/padrasto/namorado da sua mãe fez alguma destas coisas.

1. Puxar, agarrar ou atirar-lhe com alguma coisa.	1	2	3	4	5
2. Pontapear, morder, bater com a mão ou com alguma coisa forte.	1	2	3	4	5
3. Bater-lhe repetidamente durante alguns minutos.	1	2	3	4	5
4. Ameaçá-la ou magoá-la com uma faca ou uma arma.	1	2	3	4	5

Durante a sua infância ...

5. Tinha o suficiente para comer.	1	2	3	4	5
6. Existia alguém para cuidar de si e para a proteger.	1	2	3	4	5
7. As pessoas da sua família chamavam-lhe nomes ofensivos.	1	2	3	4	5
8. Os seus pais estavam demasiado bêbados ou perturbados para cuidar da família.	1	2	3	4	5
9. Havia quem lavasse a roupa suja.	1	2	3	4	5
10. Sentiu-se amada.	1	2	3	4	5
11. Pensou que os seus pais desejaram que nunca tivesse nascido.	1	2	3	4	5
12. As pessoas da sua família tomavam conta umas das outras.	1	2	3	4	5
13. Sentiu que alguém da sua família a odiava.	1	2	3	4	5
14. As pessoas da sua família disseram coisas que a magoaram ou insultaram.	1	2	3	4	5
15. As pessoas da sua família sentiam-se próximas umas das outras.	1	2	3	4	5
16. Foi emocionalmente abusada.	1	2	3	4	5
17. Havia alguém que a levasse ao médico, caso fosse necessário.	1	2	3	4	5
18. A sua família foi fonte de força e suporte.	1	2	3	4	5
19. Alguém a insultou ou lhe disse palavrões.	1	2	3	4	5
20. Alguém ameaçou bater-lhe ou atirar-lhe alguma coisa.	1	2	3	4	5
21. Alguém lhe bateu com tanta força que a feriu ou deixou marcas.	1	2	3	4	5
22. Alguém agiu de uma forma que a deixou com medo que a magoasse fisicamente.	1	2	3	4	5
23. Com que frequência lhe bateram.	1	2	3	4	5

Anexo 2. Inventário de autoconceito

Todas as pessoas têm uma ideia de como são. Coloque uma cruz (X) no quadrado que pensa que a caracteriza melhor.

	1 Não Concordo	2 Concordo Pouco	3 Concordo Moderadamente	4 Concordo Muito	5 Concordo Totalmente
1. Sei que sou uma pessoa simpática.	1	2	3	4	5
2. Costumo ser franca a exprimir as minhas opiniões.	1	2	3	4	5
3. Tenho por hábito desistir das minhas tarefas quando encontro dificuldades.	1	2	3	4	5
4. No contacto com os outros costumo ser uma pessoa faladora.	1	2	3	4	5
5. Costumo ser rápida na execução das tarefas que tenho para fazer.	1	2	3	4	5
6. Considero-me tolerante para com as outras pessoas.	1	2	3	4	5
7. Sou capaz de assumir uma responsabilidade até ao fim, mesmo que isso me traga consequências desagradáveis.	1	2	3	4	5
8. De modo geral, tenho por hábito enfrentar e resolver os meus problemas.	1	2	3	4	5
9. Geralmente, sou uma pessoa bem aceite pelos outros.	1	2	3	4	5
10. Quando tenho uma ideia que me parece válida gosto de a pôr em prática.	1	2	3	4	5
11. Tenho por hábito ser persistente na resolução das minhas dificuldades.	1	2	3	4	5
12. Não sei por que motivo a maioria das pessoas embirram comigo.	1	2	3	4	5
13. Quando me interrogam sobre questões importantes conto sempre a verdade.	1	2	3	4	5
14. Considero-me competente naquilo que faço.	1	2	3	4	5
15. Gosto muito de fazer o que me apetece.	1	2	3	4	5
16. A minha maneira de ser ajuda-me a sentir um razoável bem-estar na vida	1	2	3	4	5
17. Considero-me uma pessoa agradável no contacto com os outros.	1	2	3	4	5
18. Quando tenho um problema que me aflige não o consigo resolver sem o auxílio dos outros.	1	2	3	4	5
19. Gosto sempre de me sair bem nas coisas que faço.	1	2	3	4	5
20. Encontro sempre energia para vencer as minhas dificuldades.	1	2	3	4	5

OBRIGADA PELA COLABORAÇÃO!